

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EMANOELA THEREZA MARQUES DE MENDONÇA GLATZ

“A SAÚDE MENTAL VAI À UNIVERSIDADE?” OS ESTRESSORES ACADÊMICOS,
OS DISCENTES DO CURSO DE PEDAGOGIA E O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO
PSICOLÓGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CURITIBA
2020

EMANOELA THEREZA MARQUES DE MENDONÇA GLATZ

“A SAÚDE MENTAL VAI À UNIVERSIDADE?” OS ESTRESSORES ACADÊMICOS,
OS DISCENTES DO CURSO DE PEDAGOGIA E O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO
PSICOLÓGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Roberlayne Borges Roballo

CURITIBA

2020

Dedico esse trabalho aos meus pais, aqueles que mesmo de longe sempre se fizeram presentes e que confiaram que esse dia chegaria, sem vocês eu nada seria.

Ao meu marido, que nunca deixou de me apoiar e de acreditar em minhas realizações. Sorte a minha o ter por perto!

AGRADECIMENTOS

Enquanto escrevo esses agradecimentos, reflito o quão frágil é a nossa vida e o quanto a família nos é importante e valiosa. Estamos enfrentando, há quase duzentos e cinquenta dias, a disseminação de uma pandemia que, dia após dia, açoita a vida de milhares de pessoas, no mundo todo. A cada novo amanhecer, e a cada novo dia de reclusão social, novas questões me colocam a refletir sobre qual é o verdadeiro sentido de tudo isso, do porquê estamos aqui e qual é o real significado da “boniteza” da vida.

Obviamente que todo esse crítico período enfrentado por todos nós, sem exceção, me oportunizou valorizar ainda mais todos os momentos e pessoas que estão ao meu redor, direta ou indiretamente. Hoje, meus agradecimentos se fazem mais do que necessários, já que os tempos são sombrios, mas a fé se renova a cada amanhecer. Agradeço primeiramente a Deus, que me protegeu e me fez compreender que todas as coisas acontecem na hora certa, é preciso respeitar e ser paciente, o seu momento chegará.

Aos meus pais, Valmir e Fátima, que sempre buscaram dar o melhor de si, para que eu pudesse me tornar o melhor de mim. Vocês são o alicerce da minha vida e não há palavras suficientes para agradecer-lhes. Meu reconhecimento e amor serão eternos. Ao meu marido Ronni que nunca, em nenhum momento, deixou de confiar no meu potencial e sempre me logrou palavras de incentivo e de perseverança. Gratidão pelos quase dez anos de companheirismo e amor, minha vida tem um colorido especial ao seu lado.

À minha doce madrinha Márcia, que sempre esteve presente mesmo há milhares de quilômetros de distância. Sua constante presença em minha vida afagou minhas lágrimas e consolou meu coração choroso pela saudade. Você sempre fez toda a diferença, não há como mensurar minha gratidão em ser sua afilhada.

À minha orientadora Roberlayne, que esteve comigo nesse ano conturbado e cheio de desafios, escutando pacientemente meus pedidos, compreendendo minhas indignações, acalmando minha “ansiedade pedagógica”, sempre me tratando com muito carinho e respeito. Enfrentamos duros obstáculos, mas resistimos juntas, com honra, e como nos disse Paulo Freire: “Ninguém liberta ninguém. As pessoas se libertam em comunhão”. Você fez parte da minha libertação! Gratidão eterna por isso.

Meu agradecimento e carinho às Prof^a Lezy e Prof^a Maria Lucia Boarini, que generosamente aceitaram compor a banca avaliadora deste trabalho. Que honra contar com a contribuição de vocês na finalização desse ciclo e, quem sabe, o início de uma nova etapa acadêmica. Saibam que, se a pesquisa me encanta, devo isso a vocês e a todos os professores pesquisadores, tão valorosos e essenciais para o progresso e êxito social.

À minha amiga Ana Urbano, que participou ativamente de toda a minha trajetória dentro da UFPR, me escutou, aconselhou e dividiu comigo os melhores e os piores momentos da minha vida nesses últimos dois anos. Muito obrigada por toda sua ajuda, carinho e companheirismo, você foi uma peça fundamental nesse grande quebra-cabeça de ser professora, acadêmica, esposa, filha e agora, pedagoga.

Ao meu amigo Rodrigo, que compartilhou comigo histórias de vida e ótimos momentos, e que foi a perseverança e o otimismo de que eu precisava nos dias difíceis.

A todo o pessoal da coordenação do curso de pedagogia da UFPR, especialmente ao Márcio, Prof^a Lezy e Prof^a Rober, que sempre me trataram com imenso carinho e respeito, e pelos quais tenho muita admiração. Vocês marcaram a minha história, muito obrigada por tudo. O trabalho de vocês faz a diferença!

A todos os meus professores, que deixaram um pedacinho de si comigo e preencheram de ensinamentos o meu eu acadêmico.

Só há gratidão a todos, por tudo que fizeram por mim! Muito obrigada!

Minha emoção ao encontrar o antigo professor do colégio me induziu a fazer uma primeira confissão. Não sei o que mais nos absorveu e se tornou mais importante para nós: as ciências que nos eram apresentadas ou as personalidades de nossos professores. De todo modo, esses eram objeto de um continuo interesse paralelo, e para muitos de nós o caminho do saber passava inevitavelmente pelas pessoas dos professores. Vários se detiveram na metade desse caminho, e para alguns - por que não admitir- ele ficou bloqueado permanentemente. Nós os cortejávamos ou nos distanciávamos deles, neles imaginávamos simpatias ou antipatias, provavelmente inexistentes, estudávamos seus caracteres e com base neles formávamos ou deformávamos os nossos. Eles suscitavam nossas mais intensas revoltas e nos compeliam à mais completa submissão. Nós espreitávamos suas pequenas fraquezas e tínhamos orgulho de seus grandes méritos, de seu saber e seu senso de justiça. No fundo os amávamos bastante, quando nos davam um motivo para isso. Não sei se todos os nossos professores se deram conta disso. Mas não se pode negar que nossa atitude para com eles era bem peculiar, de um modo que talvez lhe fosse inconveniente. Em princípio nos inclinávamos tanto ao amor como ao ódio, tanto à crítica como a veneração diante deles [...].

Sigmund Freud

RESUMO

Este trabalho, que traz como foco de estudo a saúde mental dos estudantes universitários, tem como objetivo compreender como a temática da saúde mental é apreendida pelos discentes do curso de pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), desvendando os principais fatores desencadeantes do adoecimento psíquico nessa população, interseccionando-os à relação entre discentes e o serviço de Acolhimento Psicológico ofertado pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis desta instituição. O presente trabalho, de caráter quali-quantitativo, está metodologicamente organizado em três partes, sendo uma primeira que discute sobre a saúde mental em âmbito científico, político, social e institucional, uma segunda que debate sobre a condição psicológica dos estudantes universitários e a terceira com foco nos estudantes do curso de pedagogia da Universidade Federal do Paraná. Tanto a primeira como a segunda parte, foram construídas através de uma revisão sistemática e de literatura. Já a terceira parte contou com a realização de um questionário fechado, encaminhado aos discentes com matrículas ativas no curso de pedagogia da UFPR.

Concluimos que a saúde mental vai à universidade, no entanto os discentes do curso de pedagogia da Universidade Federal do Paraná ainda temem pelo estigma e pré-conceito enraizados diante da “loucura” e da “anormalidade” daqueles que padecem de algum distúrbio psicológico. A insegurança e o preconceito, causados pelo adoecimento psíquico, não permitem que os estudantes busquem o acolhimento psicológico ofertado pela instituição. Destarte, há a sugestão para a construção de uma ferramenta de aproximação entre discentes – Pró-reitoria de Assuntos Estudantis.

Palavras-chave: Saúde Mental. Universitários. Pedagogia. Universidade Federal do Paraná. Pró-reitoria de Assuntos Estudantis.

ABSTRACT

This work, which focuses on undergraduates' mental health, aims to understand how the mental health subject is apprehended by Federal University of Paraná's (UFPR) Pedagogy students, unraveling the major factors that triggers psychic sickness in that social group, linking them to the relationship between the students and the Psychological Support service offered by this institution's Dean of Student Subjects. The present study, that is both qualitative and quantitative, is methodologically organized in three sections: the first one discusses about mental health in a scientific, political, social and institutional scope; the second one debates on the undergraduates' psychological condition; and the third one focuses on the UFPR's Pedagogy students. Both first and second sections were constructed through a systematic literature revision. And the third section was made with the realization of a closed questionnaire, forwarded to UFPR's Pedagogy students with an active enrollment.

We conclude that mental health goes to university, although the UFPR's Pedagogy students still fear for the "crazy" and "abnormal" stigma and pre-conception that is put against those who suffer from some psychological disorder. The insecurity and prejudice, both caused by psychic sickness, do not allow the students to seek for the psychological aid offered by the institution, thus there is the suggestion for constructing a tool capable of bringing the students closer to the Dean of Student Subjects.

Keywords: Mental Health. Undergraduates. Pedagogy. Federal University of Paraná. Dean of Student Subjects.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – INVESTIMENTO NA ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR NAS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS DO BRASIL	46
GRÁFICO 2 – INVESTIMENTOS EM ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR RECEBIDOS PELA UFPR	47
GRÁFICO 3 – INVESTIMENTOS EM ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR NO LOA 2020 E NO PLOA 2021	48
GRÁFICO 4 – GRADUANDOS POR FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR PER CAPITA	67
GRÁFICO 5 – GRADUANDOS COM RENDA FAMILIAR PER CAPITA DE ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO E MEIO	68
GRÁFICO 6 – PERCENTUAL DE DISCENTES QUE PENSARAM EM ABANDONAR O CURSO, DE ACORDO COM SUAS PRINCIPAIS MOTIVAÇÕES	69
GRÁFICO 7 – AS 5 PRINCIPAIS DIFICULDADES ESTUDANTIS QUE IMPACTAM NO DESEMPENHO ACADÊMICO	71
GRÁFICO 8 – DIFICULDADES EMOCIONAIS QUE INTERFERIRAM NO RENDIMENTO ACADÊMICO (NOS ÚLTIMOS 12 MESES DO ANO DE 2017-2018)	72
GRÁFICO 9 – RENDA FAMILIAR PER CAPITA DOS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA QUE REALIZARAM A PROVA DO ENADE 2014	77
GRÁFICO 10 – SITUAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL DOS CONCLUINTES DO CURSO DE PEDAGOGIA, SEGUNDO RELATÓRIO DO ENADE 2014	78
GRÁFICO 11 – GÊNERO DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DA UFPR	83
GRÁFICO 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS ACADÊMICOS DE PEDAGOGIA DA UFPR DE ACORDO COM AUTO IDENTIFICAÇÃO DE RAÇA/ETNIA	84
GRÁFICO 13 – FAIXA ETÁRIA DOS DISCENTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPR	85
GRÁFICO 14 – CARACTERÍSTICA DE DIVISÃO DE MORADIA DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DA UFPR	85

GRÁFICO 15 – RENDA PER CAPITA DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DA	
UFPR	86

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ÁREAS ESTRATÉGICAS DO PNAES	43
QUADRO 2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PRAE	51
QUADRO 3 – PROGRAMAS OFERTADOS PELA COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA PRAE	54
QUADRO 4 – OS ESTRESSORES QUE DESENCADAIAM O ADOECIMENTO PSICOLÓGICO DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO	61
QUADRO 5 – GÊNERO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PARA O CURSO DE PEDAGOGIA, NOS TURNOS MANHÃ E NOITE	75
QUADRO 6 – PERTENCIMENTO DE RAÇA/COR DOS DISCENTES DO CURSO DE PEDAGOGIA, DOS TURNOS MATUTINO E NOTURNO	76
QUADRO 7 – PERFIL PESSOAL DOS DISCENTES DO CURSO DE PEDAGOGIA	88
QUADRO 8 – SENTIMENTOS COM MAIOR PREVALÊNCIA NOS DISCENTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPR	90
QUADRO 9 – PRINCIPAS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS UNIVERSITÁRIOS, DE ACORDO COM O QUESTIONÁRIO DA AUTORA	92
QUADRO 10 – PRINCIPAIS FATORES ESTRESSORES PRESENTES NO ENSINO SUPERIOR QUE FAVORECEM O ADOECIMENTO PSICOLÓGICO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS E DOS DISCENTES DE PEDAGOGIA DA UFPR	92

LISTA DE FOTOGRAFIAS E IMAGENS

FOTOGRAFIA 1 – SEDE DA PRAE EM CURITIBA	56
IMAGEM 1 – ÍCONE PRAE CONTA COMIGO	98
IMAGEM 2 – ÍCONE PRAE CONTA COMIGO EM UM ACESSO PESSOAL DO SIGA	99

QUADRO DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS	
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAAT	Centro Acadêmico Anísio Teixeira
CAE	Coordenadoria de Assistência Estudantil
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CASA	Centro de Atenção à Saúde
CELIM	Centro de Línguas e Interculturalidades
CEM	Centro de Estudos do Mar
CEPE	Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CNE	Conselho Nacional de Educação
COPLAD	Conselho de Planejamento Administrativo
COUN	Conselho Universitário
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DISC.	Discente
DSM-5	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª edição
ECT	Eletroconvulsoterapia
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
EPSJV/Fiocruz	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

ES	Ensino Superior
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários Estudantis
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MRSB	Movimento da Reforma Sanitária Brasileira
MTSM	Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental
OCC	Outros Custeios e Capitais
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAS	Plano de Acompanhamento Singular
PEC-G	Programa de Estudantes Convênio de Graduação
PLOA	Planejamento Orçamentário Anual
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAEST	Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais
PNSM	Políticas Nacionais de Saúde Mental
PPC	Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia

PPP	Projeto Político Pedagógico
PRAE	Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
PROBEM	Programa de Benefícios Econômicos para a Manutenção dos estudantes de graduação e ensino profissionalizante
PROMISAES	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RP	Reforma Psiquiátrica
RS	Reforma Sanitária
SIPAD	Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade
SRT	Serviços Residenciais Terapêuticos
SUS	Sistema Único de Saúde
UAPS	Unidade de Apoio Psicossocial
UFPR	Universidade Federal do Paraná
(n=) n=	Número

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO – PEDAGOGIA E PSICOLOGIA: UM ENLACE NECESSÁRIO	17
2	UM PANORAMA SOBRE A SAÚDE MENTAL – O QUE ELA, DE FATO, SIGNIFICA?.....	22
2.1	A LINHA TÊNUE ENTRE O NORMAL E O PATOLÓGICO: O QUE SIGNIFICA ESTAR DOENTE?.....	27
2.2	A SAÚDE MENTAL EM ÂMBITO LEGAL-POLÍTICO-INSTITUCIONAL E A REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL.....	32
3	AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A SAÚDE MENTAL COMO SEGURIDADE SOCIAL DENTRO DO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO .	39
3.1	A PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (PRAE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	49
3.2	A COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (CAE) E O PROGRAMA DE APOIO PSICOSSOCIAL PEDAGÓGICO DA PRAE	53
4	A SAÚDE MENTAL DOS UNIVERSITÁRIOS: ALGUNS APONTAMENTOS..	59
4.1	V PESQUISA DE PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO: DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRA	65
4.2	A PEDAGOGIA COMO FOCO DE ESTUDO	72
5	“AS VOZES QUE NÃO QUEREM CALAR-SE” – O QUE DIZEM OS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DA UFPR?.....	80
5.1	“O QUE AS VOZES REVELARAM?” ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO DOS DADOS E SUAS CONEXÕES COM O FONAPRACE (2018), COM O PPC DE PEDAGOGIA (UFPR, 2019A) E COM O RELATÓRIO ANUAL DE PEDAGOGIA DA PRAE (UFPR, 2019B).....	82
5.2	“O QUE OS ACADÊMICOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPR REVELAM SOBRE A SAÚDE MENTAL DENTRO DA UNIVERSIDADE?” REFLEXÕES SOBRE O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO DA PRAE.....	94
5.3	DESTA DISTÂNCIA, SURGE UMA APROXIMAÇÃO – PRAE CONTA COMIGO	97
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101

REFERÊNCIAS	104
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.....	115
ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	117
ANEXO II – PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO (DOCS.GOOGLE)	118
ANEXO III – LINK DO QUESTIONÁRIO ENCAMINHADO VIA E-MAIL DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA – UFPR	124
ANEXO IV - CARTA DE SOLICITAÇÃO ENCAMINHADA VIA E-MAIL PARA A CHEFE DA UNIDADE DE APOIO PSICOSSOCIAL PEDAGÓGICO (UAPS) DA PRAE.....	125

1 INTRODUÇÃO – PEDAGOGIA E PSICOLOGIA: UM ENLACE NECESSÁRIO

[...] começamos a perceber melhor os limites [...] de pensar a escola em um país de dimensões e desigualdades extensas como o Brasil. Escolas com alunos que sofrem de uma nova maneira. Mais silenciosa, mais disruptiva, mais apática, mais violenta, com sintomas que se desdobraram em medicalização, criminalização e indução artificial de desempenho em escala de massa. (DUNKER, 2020).

A temática da saúde mental em nossa sociedade contemporânea ainda é estigmatizada e obscura, principalmente no tocante à sua relação direta com a educação. Assim, o presente estudo surgiu de um intenso desejo de compreender quais são as percepções dos estudantes universitários, especialmente estudantes do curso de pedagogia, diante da problemática da saúde mental, bem como quais são os fatores estressores presentes neste ambiente, que prejudicam a adaptabilidade e ocasionam problemas de ordem psicológica. No mais, busca-se também com este trabalho apurar quais são as ações suscitadas pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal do Paraná, especificamente em seu serviço de Acolhimento Psicológico, diante dessa demanda.

Evidencia-se a necessidade de que o campo da pedagogia, que carrega consigo a convergência do pleno desenvolvimento humano nas relações de ensino-aprendizagem, caminhe em congruência com os saberes da psicologia, dialogando na construção de uma prática que considere o indivíduo como um ser biopsicossocial, compreendendo o que Belloch e Olabarria (1993) constatam: o ser humano, em seu íntimo processo de saúde e/ou de adoecimento, é totalizado por uma confluência de fatores de ordens biológicas, psicológicas, sociais e históricas.

É possível compreender, então, que o indivíduo é um produto e produtor do meio social e histórico em que vive (SOUZA, ANDRADA, 2013), abarcado por aspectos biológicos próprios da raça humana, envolto em uma subjetividade que se enraíza em fatores psicológicos únicos. Uma união de aspectos que torna o ser humano completo e ao mesmo tempo singular, imponente e ao mesmo tempo frágil, que carrega consigo tudo aquilo que a ele circunda, construindo seu alicerce identitário em suas peculiares formas de ser e estar na sociedade.

Conscientizando-se de todas as facetas que tornam o ser humano único, nota-se o quão fundamental é o papel da educação e da instituição universitária no desenvolvimento integral (biopsicossocial) de seus discentes. Aqui, entende-se que a

educação deve ser pautada em uma prática que valorize as vivências e respeite as origens de cada indivíduo, proporcionando, para além de conhecimentos técnicos e acadêmicos, um movimento de autoconhecimento e de escuta ativa, valorizando as singularidades de cada um.

Diante da necessidade de uma prática educativa pautada no respeito e na equidade, Paulo Freire (1987;1997) dialogou sobre a *amorosidade*¹ em suas obras e trabalhos, elucidando que a nossa condição humana e a nossa prática pedagógica devem estar intimamente ligadas por nossa amorosidade de ser e estar no mundo. Como cita Amorim e Calloni (2017, p. 380) “[...] sobre o sentido e o sentir da amorosidade como modo de acolhimento do outro no eu, uma possibilidade de reconhecimento de um eu no outro”.

Consciente de que o ambiente educacional, seja ele da educação básica à educação superior, deve em seu cerne produzir um movimento de escuta, aceitação, diálogo e reflexão, nos questionamentos o porquê ainda há, massivamente, dentro do ambiente universitário, questões relativas à baixa autoestima dos discentes, à falta de confiança em si e no outro, desânimo, apatia, depressão, transtornos de ansiedade das mais variadas formas, e até mesmo, suicídios. Diante destas inquietações, realizamos uma revisão sistemática de literatura de diversos autores, entre eles: Neves, Dalgallarrondo (2007); Padovani et al. (2014); Oliveira et al. (2016); Baader et al. (2014); Nogueira, Sequeira (2017); Ariño, Bardagil (2018); Graner, Cerqueira (2019).

É preciso compreender os motivos pelos quais os acadêmicos estão adoecendo psicologicamente, nota-se um progressivo e ascendente aumento de diversas manifestações e “pedidos de ajuda” (enrustidos de aspereza, falta de interesse, desistências precoces e indiferença) dos muitos discentes universitários brasileiros, inclusive colegas do curso de pedagogia da UFPR. Ademais, pelo fato de ter dado alguns passos na graduação de psicologia, desenvolvi um olhar mais atento para a saúde mental e passei a encarar o processo educativo universitário com outros olhos.

O anseio de pesquisar sobre a saúde mental no âmbito universitário surgiu de alguns intrincados questionamentos nutridos durante toda minha graduação – Porque

¹ Para Paulo Freire, a amorosidade é encarada como uma potencialidade, uma capacidade humana, que se remete a uma condição existencial, ética e cultural no mundo e com o mundo (STRECK et al., 2015, p. 50).

será que os estudantes universitários, em sua maioria, possuem uma saúde mental tão debilitada? Quais são as causas desse adoecimento? Será que o adoecimento psicológico impacta diretamente no desenvolvimento acadêmico? O que a universidade tem feito sobre isso? Diante dessa urgente problemática, inferimos a necessidade de investigar mais sobre a saúde mental no ensino superior, angariando reconhecer também, o posicionamento dos estudantes sobre o assunto.

O trabalho, para além de levantar aspectos sobre algumas pesquisas já realizadas na área da saúde mental, especificamente em ambiente universitário, afunilar-se-á a posteriori com um estudo sobre os graduandos do curso de Pedagogia da UFPR. Versarei ademais sobre o alcunhado serviço de “Acolhimento Psicológico”, prestado pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da mesma universidade, ratificando então, finalmente, as reais impressões dos discentes diante da servência do atendimento ofertado.

À vista disso, a principal justificativa para essa pesquisa se aplica pela necessidade de delinear-se o perfil do alunado do curso de Pedagogia da UFPR, compreendendo também sua relação com a saúde mental dentro do ambiente acadêmico, favorecendo a elucidação dos fatores estressores que maximizam o processo de adoecimento psicológico no ensino superior.

O objetivo geral deste estudo é compreender como a temática da saúde mental é apreendida pelos discentes do curso de pedagogia da Universidade Federal do Paraná, interseccionando à relação entre discentes e o serviço de “Acolhimento Psicológico” ofertado pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis desta instituição.

Já os objetivos específicos buscam: elucidar o significado social da saúde mental; analisar dados sobre a saúde mental dos estudantes universitários e os estressores² acadêmicos que ocasionam o adoecimento psíquico; mensurar e traçar o perfil dos estudantes do curso de Pedagogia da UFPR; verificar qual é o nível de conhecimento dos discentes sobre a temática da saúde mental; delimitar os principais sentimentos externalizados pelos acadêmicos quando questionados sobre a academia e, especificamente, sobre o curso de pedagogia; averiguar a satisfação do discente com sua vida acadêmica; explanar sobre o serviço de acolhimento psicológico ofertado pela PRAE; mensurar o grau de conhecimento dos estudantes em relação à oferta do serviço de acolhimento psicológico; avaliar o nível de satisfação

² Fatores que provocam ou conduzem ao estresse.

dos acadêmicos de pedagogia que já utilizaram o serviço de acolhimento psicológico; avaliar os eventuais problemas de utilização desse serviço.

Salienta-se que essa pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa, classificada ora como *exploratória*, com o “propósito de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”, ora *descritiva*, objetivando “a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (GIL, 2017, p. 26).

O segundo capítulo do trabalho contará com um panorama sobre a saúde mental e o seu significado científico, apresentará as fronteiras entre o normal e o patológico e elucidará aspectos legais, políticos e institucionais da saúde mental e da reforma psiquiátrica no Brasil, de acordo com estudos de autores como Boarini (2006; 2007), Canguilhem (2014), Foucault (1972; 1975), Dalgalarondo (2008) entre outros. Já o terceiro capítulo versará sobre as políticas de assistência estudantil e a saúde mental como seguridade social dentro do ambiente universitário, trazendo um breve delineamento sobre a PRAE, sua Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE) e o seu Programa de Apoio Psicossocial Pedagógico da UFPR.

O quarto capítulo discutirá sobre a saúde mental dos universitários, trazendo para o certame um levantamento da V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação: Das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileira, originando ao final uma análise sobre a constituição da pedagogia no ensino superior, bem como do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPC) da UFPR. O quinto e último capítulo trará um levantamento de dados³, utilizando-se como ferramenta um questionário⁴ enviado aos estudantes do curso de pedagogia da UFPR, que os interrogou sobre a saúde mental dentro do ambiente universitário, e nos possibilitou a posteriori um maior embasamento e propriedade sobre a temática. O levantamento de dados do questionário realizará um movimento dialógico com alguns autores, como Padovani et al (2014), Baader et al (2014), Oliveira et al (2016) entre outros, bem como utilizar-se-á de dados do IV Fórum de Avaliação e Planejamento das Políticas de Apoio e Assistência Estudantil da PRAE – UFPR, e do Relatório Anual de Pedagogia

³ Se caracteriza: “[...] pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca de um problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados” (GIL, 2017, p. 33).

⁴ Caracterizado como “[...] um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado [...]” (GIL, 2017, p. 94).

(UFPR, 2019b). No mais, ainda no quarto capítulo, apresentar-se-á uma proposta, que objetiva melhorar a acessibilidade dos estudantes da UFPR ao serviço de Acolhimento Psicológico da PRAE.

2 UM PANORAMA SOBRE A SAÚDE MENTAL – O QUE ELA, DE FATO, SIGNIFICA?

A psicologia nunca poderá dizer a verdade sobre a loucura, pois é a loucura que detém a verdade da psicologia
(MICHEL FOUCAULT).

Antes de realizar um panorama sobre a atual situação psicológica dos jovens universitários, é preciso amadurecer a concepção do que, de fato, se constitui como saúde mental e qual é o seu real significado e importância para o desenvolvimento próspero de uma sociedade.

No ano de 2001, a Organização Mundial de Saúde (OMS) dedicou-se ao aprimoramento de atividades e amplas discussões sobre a temática da Saúde Mental, considerando-a como um campo importantíssimo para o desenvolvimento de uma Saúde Pública isonômica.

Elencando um segmento do documento “Relatório Mundial da Saúde – Saúde mental: nova concepção, nova esperança”, elaborado em 2002, em uma mensagem da Diretora Geral, Dr^a Gro Harlem Brundtland, verificamos que:

a maioria das doenças, mentais e físicas, é influenciada por uma combinação de factores biológicos, psicológicos e sociais. A nossa compreensão da relação entre saúde mental e física vem aumentando rapidamente. Sabemos que as perturbações mentais resultam de muitos factores e que têm a sua base física no cérebro. Sabemos que elas podem afectar a todos, em toda a parte. E sabemos que, mais frequentemente do que se pensa, podem ser tratadas eficazmente (OMS, 2002, p. XII).

Apesar de ser relativamente novo o estudo sobre a saúde mental (2002) realizado pela OMS, nota-se, entretanto, que desde o seu advento em 07 de abril de 1948, a organização incorpora a temática da saúde mental na sua definição geral de saúde, concebendo-a primordialmente como: “não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade, mas como um estado de completo bem-estar físico, mental e social” (OMS, 2002, p. 30).

Definir o conceito de saúde mental, abarcando toda a sua potencialidade em poucas palavras, é deveras difícil, ainda mais quando se esbarra com as diferenças culturais existentes ao redor do mundo e com as singularidades sociais encontradas em cada região do planeta. Há muitos conceitos que podem rascunhar uma definição para a saúde mental como:

[...] bem estar subjectivo, a auto-eficácia percebida, a autonomia, a competência, a dependência intergeracional e a auto-realização do potencial intelectual e emocional da pessoa (OMS, 2002, p. 32).

Em suma, compreende-se que a saúde mental é mais do que apenas uma ausência de transtornos psíquicos. Já a psicologia, com seu alicerce fundamentalmente filosófico, denota que a saúde mental se constitui através de dualidades como: o normal X patológico, saúde X doença, loucura X não-loucura, pulsões de vida X pulsões de morte etc. Autores como Canguilhem (2014), Foucault (1972, 1975), Dunker (2015), Freud (1966) e afins, dissertaram sobre a existência dessas dicotomias e realizaram reflexões acerca do papel de cada uma delas na construção de uma psicologia da mente.

Foucault escreveu a obra “História da Loucura na Idade Clássica” no ano de 1972, quando o Brasil caminhava lentamente para o estopim de uma reforma que reestruturaria a história da psiquiatria e da psicologia (HIRDES, 2009), sendo ela: a Reforma Psiquiátrica. A psiquiatria clássica, até então, incorporava-se a uma visão segregadora e higienista, que considerava a doença mental como um desafio a ser estudado, minuciosamente, através de técnicas pouco convencionais, como o uso de eletrochoque, determinando o internamento manicomial por período indefinido, higienizando assim a sociedade e mantendo-a livre desse “mal desconhecido”.

Nessa obra, Foucault realiza um delineamento dos eventuais objetivos da psiquiatria de caráter manicomial, revelando que

[...] tem-se a impressão de que existem dois usos, quase dois níveis de elaboração da medicina, conforme seja ela considerada no contexto do direito ou conforme deva pautar-se pela prática social do internamento. Num caso, ela põe em jogo as capacidades do sujeito de direito, e com isso prepara uma psicologia que misturará, numa unidade indecisa, uma análise filosófica das faculdades e uma análise jurídica da capacidade para elaborar contratos e contrair obrigações. Ela se dirige às estruturas mais apuradas da liberdade civil. Noutra caso, ela põe em jogo as condutas do homem social, preparando assim uma patologia dualista, em termos de normal e anormal, de sadio e mórbido, que cinde em dois domínios irredutíveis a simples fórmula: "Para ser internado" (FOUCAULT, 1972, p. 146).

Evidencia-se assim que a saúde mental, em sua história, se constituía como ferramenta de discriminação, fragmentação e de isolamento dos sujeitos que não se encaixavam nos padrões socialmente pré-estabelecidos de saúde e higidez. Esses

sujeitos, ora vistos como “loucos” e “degenerados”⁵, careciam de medidas extremas de internação e contenção, que visavam apenas a higienização e purificação social. Aqui, encaixa-se um dizer de Foucault que serve como reflexão: “A loucura só existe em cada homem, porque é o homem que a constitui no apego que ele demonstra por si mesmo e através das ilusões com que se alimenta” (FOUCAULT, 1972, p. 30). Entretanto, Foucault (1972) compreendia que a loucura manifestada pelos indivíduos era a principal engrenagem para o funcionamento de um sistema que tornaria a verdade do homem, como um objeto distinto, possibilitando uma análise científica sobre ela.

Skinner, em 1974, após os estudos iniciados por John B. Watson em 1913, compreende que o comportamento humano pode facilmente ser estudado, testado e condicionado⁶, fundamentando assim o que chamamos de Behaviorismo, que segundo ele

Não é a ciência do comportamento humano, mas, sim, a filosofia dessa ciência. [...] o comportamento humano é o traço mais familiar do mundo em que as pessoas vivem, e devem ter dito mais sobre ele do que sobre qualquer outra coisa (SKINNER, 2009, p. 07).

Já em 1975, Foucault avalia a questão da doença mental sob a luz da psicologia, buscando compreender a maneira como o indivíduo doente reelabora a sua subjetividade, ao mesmo tempo em que encara um processo patológico demérito. Assim ele disserta, dizendo-nos que

[...] a vantagem encontrada pelo doente em irrealizar seu presente na sua doença tem por origem a necessidade de se defender contra este presente. A doença tem como conteúdo o conjunto das reações de fuga e de defesa através das quais o doente responde a situação na qual se encontra; e é a partir deste presente, desta situação atual que é preciso compreender e dar sentido as regressões evolutivas que surgem nas condutas patológicas; a regressão não é somente uma virtualidade da evolução, é uma consequência [sic] da história (1975, p. 36).

Paralelamente a essas reações de fuga e de defesa citadas acima por Foucault, que modificam a maneira como o doente responde à sua atual patologia, Skinner nos

⁵ “Degenerado tornou-se rótulo para o outro como essência da patologia, o fardo de uma condição congênita; logo, sem a menor possibilidade de cura e diante da qual nenhum esforço para a reverter valeria a pena” (MISKOLCI, 2006, p. 231).

⁶ Aqui denominado de Behaviorismo Radical, que se considera para além do mero estímulo-resposta, a oferta de um condicionamento que pode, ou não, modificar e ou encerrar um comportamento (SKINNER, 2009).

revela que essas reações, segundo o Behaviorismo Radical, correspondem à maneira sob a qual o homem agirá diante do seu adoecimento, fomentando o seu comportamento a posteriori.

Aquilo que uma pessoa sente quando está numa situação em que foi punida ou quando se empenha num comportamento que foi previamente punido é coisa que depende do tipo de punição, o qual, por sua vez, depende frequentemente do agente ou instituição punitiva. [...] se age no sentido de evitar outra punição, pode moderar a condição sentida como vergonha, pecado ou culpa, mas não age por causa de seus sentimentos ou porque estes se tenham então modificado; age em virtude das contingências punitivas às quais foi exposta (SKINNER, 2009, p. 56).

Em suma, podemos perceber que a patologia mental, seja ela de qualquer ordem, coloca o indivíduo em sofrimento psíquico em uma posição um tanto quanto “punitiva”, seja pelo estigma social antiquado que ainda, infelizmente, considera as doenças psíquicas como “loucuras”, “delírios”, enfatizando uma irreal necessidade de internamento manicomial, ou pela discriminação cultural de ser e estar doente, um “pobre”, “vagabundo” e “incapacitado” que representa uma “[...] ameaça à ordem urbana [...]” (FERRAZZA, ROCHA, 2015, p. 276), um “maluco” no meio de pessoas sãs.

Nesse sentido, realizando-se uma célere regressão temporal, temos no ano de 1920 a publicação de uma obra do médico Sigmund Freud, denominada *Além do princípio do prazer* (1966a), que disserta sobre as teorias pulsionais que alavancaram o estudo da mente através da ciência psicanalítica. Aqui, Freud revela que o psiquismo humano trabalha sob a força tensional de duas pulsões distintas (a pulsão de vida e a pulsão de morte), e que nosso aparelho mental é regulado pelo *princípio do prazer*, que busca, fundamentalmente, gerar no indivíduo sensações prazerosas, satisfazendo todos os nossos desejos mais primitivos controlados pelo ID⁷. No entanto, como seres sociais, instalados em culturas próprias, precisamos conviver continuamente sob a égide de regras, leis e ordenamentos, que moldam valores e princípios considerados “corretos” e “aceitos” para o bom convívio coletivo. Assim, a fim de proporcionar uma sólida relação do indivíduo com seu meio sociocultural, o

⁷ O ID, na teoria freudiana, corresponde a uma das três estruturas do nosso aparelho psíquico (ID, ego e superego). Alicerçado em nosso inconsciente, corresponde à camada mais interna do psiquismo. Nele, encontram-se todos os nossos desejos mais primitivos e carniais, e seu dever busca incansavelmente realizá-los a todo custo obtendo o máximo possível de prazer (FREUD, 1966b).

superego⁸ age como “[...] a voz dentro de nós, que nos importuna, quando sabemos que estamos fazendo algo errado” (BARLOW, DURAND, 2015, p. 20).

Com a impossibilidade de realizar todos os desejos inconscientes impostos pelo ID, acabamos por recalcar anseios latentes, o que ocasiona incessantes sensações de desprazer e mal-estar, ocasionados pelo processo de interceptação das vontades inconscientes. Tal interceptação, segundo Freud (1966b), revela-se capaz de promover uma disfunção no estado psicológico do sujeito que, ao negar-se sua autorrealização, desperta “o sentimento inconsciente de culpabilidade, ou seja, a tensão entre o severo superego e o ego⁹”, que acaba por fomentar um processo de agressividade autopunitiva, em que o indivíduo internaliza o seu próprio desejo agressivo em prol do bem-estar social, desencadeando uma imutável “[...] sensação enfadonha do desassossego, do mal estar” (PAVÃO, 2018, p. 10). Para além, infere-se que pautados nessa lógica, a civilização, a sociedade e os seus estigmas conseguem “[...] dominar o perigoso desejo de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o, desarmando-o e impedindo-o de se proteger” (PAVÃO, 2018, p. 15).

Nós, como seres humanos, para além de regras e leis sociais, convivemos também com uma voraz batalha interna, travada entre as pulsões de vida e de morte. Se por um lado a *pulsão de vida* confere ao indivíduo a ânsia pela sobrevivência, a busca pelo prazer (fomentada pelo ID), e o bom convívio social (incitado pelo superego), fazendo-o abdicar, recalcar e/ou redimensionar desejos primitivos e libidinais, a favor de um congruente papel coletivo; a *pulsão de morte* surge quando esse indivíduo não é aceito social e culturalmente, sentindo-se excluído, coibido e castrado, fundamentando “o eterno conflito entre desejo e autoridade, entre o proibido e sua transgressão” (SOCHA, 2017, p. 02).

Segundo Oliveira, quando o sujeito não se sente aceito e acolhido socialmente, seja por diferenças de gênero, classes sociais, perfis econômicos e até mesmo familiares, a pulsão de morte sobrepuja a pulsão de vida, “é a morte simbólica, a morte social; uma pulsão que leva o indivíduo à loucura, ao suicídio” (2010, p. 62). Então, como cita Dunker (2015, p. 16), “é importante jamais separar o sofrimento individual

⁸ O superego corresponde à superfície mais consciente do nosso aparelho psíquico. Ele trabalha através do “princípio moral”, e possui como finalidade coibir e contrabalancear os impulsos primitivos e sexuais do ID, adequando o indivíduo para o convívio social (BARLOW, DURAND, 2015, p. 18-19).

⁹ O ego é considerado o mediador entre os desejos primitivos do ID e a moralidade do superego, corresponde à porção intermediária do nosso aparelho psíquico. O ego, impulsionado pelo “princípio da realidade”, permite que os indivíduos ajam de maneira mais lógica e racional (BARLOW, DURAND, 2015, p. 18-19).

dos movimentos sociais que lhe deram origem”, tendo em vista que a realidade social e as suas contradições despontam nos indivíduos sentimentos dúbios que produzem reações distintas, a depender da subjetividade e do aporte psíquico com que se confronta essa realidade.

Assim, compreende-se que para a psicanálise, a saúde mental se constitui através de um antagonismo entre a pulsão de vida e a pulsão de morte. Desse modo, o adoecimento psicológico nada mais é do que a repressão de desejos inconscientes e a não aceitação e/ou modelação de si ao mundo externo socialmente estabelecido. Dessa forma, com a pulsão de morte agindo de maneira mais predominante, o indivíduo acaba por padecer das mais variadas mazelas psicológicas.

Destarte, compreende-se que a saúde mental é um denominador de difícil designação, tendo em vista que se prospera de um paradoxo, com duas formas singulares de existir: “ter saúde mental” X “não ter saúde mental”. Não há outra possibilidade cabível nessa equação, ou o indivíduo convive “harmoniosamente” consigo, com seus iguais e com o padrão social pré-estabelecido, e assim designa-se como “detentor de saúde mental”, ou o indivíduo é proscrito, na medida em que não se encaixa no padrão social existente, ou que não deseja obedecer a essa lógica “harmoniosamente” imposta pelo meio sociocultural, diferenciando-se dos demais, travando batalhas interiores que reforçam e punem os traços de desigualdades que de si irrompem. Daqui, nasce o adoecimento psicológico, ou o paradigma de “não ter saúde mental”, pois é deveras penoso ser e viver em desarmonia com o mundo que o cerca.

2.1 A LINHA TÊNUE ENTRE O NORMAL E O PATOLÓGICO: O QUE SIGNIFICA ESTAR DOENTE?

À despatologização da “doença mental”, que pode agora ser desestigmatizada por sua renomeação como “transtorno”, “desordem” ou “dificuldade”, corresponde uma repatologização generalizada, pela qual todos nós aceitamos nossos sintomas como “normais”
(DUNKER, 2015, não p.).

Mesmo diante de toda a reflexão suscitada até agora, sobre a saúde mental e sua genuína concepção, ainda há lacunas a serem preenchidas para que, de fato, haja uma assertiva compreensão sobre a temática da saúde mental dos discentes no

ambiente universitário. Por conseguinte, é basilar discorrer sobre o limiar tênue entre o normal e o patológico, adoecimento e saúde e a compreensão da psicopatologia diante dos transtornos mentais.

Para iniciar essa discussão, é necessário ter em mente que o normal e o patológico de alguma forma se distinguem, e que vários autores discorrem sobre o que de fato delimitaria cada uma dessas condições. Um dos principais nomes da epistemologia que diferencia o normal do patológico, Georges Canguilhem (2014), realizou fundamentações filosóficas notórias, ao criticar o modelo fisiológico que a medicina utiliza para definir saúde e doença. Segundo ele,

Estar doente significa ser nocivo, ou indesejável, ou socialmente desvalorizado etc. Inversamente, o que é desejado na saúde é evidente do ponto de vista fisiológico, e isso dá ao conceito de doença física um sentido relativamente estável (CANGUILHEM, 2014, p. 77).

Para o autor, “anormal implica referência a um valor, é um termo apreciativo, normativo” (2014, p. 85). De fato, através da ciência médica, instaurou-se uma visão de que, para ser considerado “normal”, o indivíduo necessita pertencer a um seleto grupo de requisições e parâmetros, que após analisadas com afinco, e claro, obedecendo a todas as exigências, o premiará com a insígnia da normalidade, da saúde, dando-lhe um passaporte “premium” para a plena convivência social, um elitismo fornecido para poucos.

Já para Barlow e Durand (2015), o conceito de anormalidade pode justificar aquilo que não se ocorre com muita frequência, algo atípico e que, por vezes, se desvia da média. No entanto, eles ressaltam que essa terminologia pode se mesclar, ocasional e propositalmente, com aquilo que eles denominam de “excentricidade”, tendo em vista que “quanto mais produtivo você é, aos olhos da sociedade, mais excentricidades a sociedade tolerará” (p. 04). Desta forma, compreende-se que no modelo de sociedade capitalista, o comportamento anormal (aquele denominado como atípico e enquadrado como normativo), talvez “até possa” ser considerado uma peculiaridade do indivíduo, eximindo-o do caráter segregativo e depreciativo que o conceito de anormalidade ressoa, mas claro que esse cidadão precisa ser lucrativo e conivente, uma exímia engrenagem do sistema de capital, que detém o poder supremo de ferir a lógica da equidade.

Canguilhem descreve que,

[...] devemos dizer que o estado patológico ou anormal não é consequência da ausência de qualquer norma. A doença é ainda uma norma de vida, mas uma norma inferior, no sentido que não tolera nenhum desvio das condições em que é válida, por ser incapaz de se transformar em outra norma. O ser vivo doente está normalizado em condições bem definidas, e perdeu a capacidade normativa, a capacidade de instituir normas diferentes em condições diferentes (2014, p. 127).

Para complementar essa afirmação, Barlow e Durand (2015) explanam que a anormalidade, de fato, não é uma ausência de normas, mas sim, uma violação delas. Essa definição elucida perfeitamente o motivo da existência de uma diferença cultural ímpar nos mais variados transtornos psicológicos, tendo em vista que, se apreendermos a anomalia sob uma perspectiva de violação às normas socialmente estabelecidas e considerarmos que cada cultura possui traços idiossincráticos, normatizando comportamentos e ações específicas, concluímos que há disparidades, observando-se que a transgressão pode dar lugar à trivialidade a depender da ótica cultural em que é avistada.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª edição/DSM-5 (2014), livro referência para a área da psicologia e psicopatologia¹⁰, no que tange aos critérios diagnósticos de todos os transtornos psicológicos existentes, a cultura, como já visto anteriormente, é a máxima norteadora que fundamenta e caracteriza aquilo que é normal e/ou patológico dentro do seu perímetro social. Sendo assim, consideramos por ora o patológico como adaptativo, cultural e socialmente construído, que se intersecciona com as múltiplas realidades e subjetividades dos sujeitos.

No entanto, para além de uma visão reducionista e na tentativa de compreender o enigmático alicerce do adoecimento psíquico, a psicopatologia elencou nove critérios de normalidade e, conseqüentemente, de anormalidade, buscando definir e delinear comportamentos normalizadores e os disfuncionais, elencando uma gama de parâmetros, alguns, inclusive, já apontados nessa pesquisa. Os critérios, segundo Dalgalarrondo (2008, p. 32-34), são os seguintes: *Normalidade como ausência de doença, Normalidade ideal, Normalidade estatística, Normalidade como bem-estar, Normalidade Funcional, Normalidade como processo, Normalidade subjetiva, Normalidade como Liberdade e Normalidade operacional.*

¹⁰ Estudo científico dos estados psicológicos inerentes do sofrimento anímico (BARLOW, DURAND, 2015).

Por conseguinte, buscando linearizar o pensamento, nos restringiremos de agora em diante ao estudo das psicopatologias, aquelas que transcendem o adoecimento do corpo e causam “disfunções psicológicas associadas a sofrimento ou prejuízo no funcionamento e uma resposta que não é típica ou culturalmente esperada” (BARLOW, DURAND, 2015, p. 02). O DSM-5, a fim de ilustrar o papel da cultura na definição de patologias e sintomatologias psíquicas, afere que os

Transtornos mentais são definidos em relação a normas e valores culturais, sociais e familiares. A cultura proporciona estruturas de interpretação que moldam a experiência e a expressão de sintomas, sinais e comportamentos que são os critérios para o diagnóstico. A cultura é transmitida, revisada e recriada dentro da família e de outros sistemas sociais e instituições. A avaliação diagnóstica, portanto, deve considerar se as experiências, os sintomas e os comportamentos de um indivíduo diferem das normas socioculturais e conduzem a dificuldades de adaptação nas culturas de origem e em contextos sociais ou familiares específicos (AMERICAN, 2014, p. 14).

De acordo com Dunker, as síndromes psicológicas estão eclodindo rapidamente no mundo contemporâneo, tendo em vista que há uma tendência, cada vez mais presente, de massificação e banalização dos diagnósticos que “[...] se distribuem por atacado, do popular ao erudito: depressão, estresse, baixa autoestima, ansiedade, falta de limite” (2015, não p.).

Vivemos em uma sociedade de consumo baseada na produtividade e no mercantilismo desenfreado, em que muitos sujeitos buscam, a qualquer custo, modelar-se ao ideal capitalista, porém, na medida em que se torna impossível viver sob essa égide, a angústia e o mal-estar se fazem rotineiramente presentes. Há então uma naturalização, banalização e medicalização dos transtornos psicológicos, que buscam “[...] pela via medicamentosa [...] fazer de qualquer sinal de mal-estar uma possibilidade de diagnóstico psiquiátrico, seguida de pronta e continuada prescrição de psicofármacos” (FERRAZZA, ROCHA, 2015, p. 281), com o único intuito de “vendar” os sujeitos perante o adoecimento, normalizando a patologia e fazendo com que o “[...] diagnóstico dos transtornos mentais tenha se tornado uma prática desejável e perfeitamente integrada a uma nova conformação da relação entre produção e consumo” (DUNKER, 2015, não p.).

No entanto, essa naturalização dos transtornos psicológicos acaba por velar a descoberta dos reais motivos pelos quais os indivíduos têm adoecido tanto. Para além de apenas considerarmos as psicopatologias como uma violação de normas sociais

ou uma constante angústia pela não adaptação ao sistema de convívio que essa sociedade impõe, é importante considerarmos que “[...] certos sintomas podem se tornar apenas um modo de escamotear a opressão e a desigualdade quanto a raça, pobreza ou gênero” (DUNKER, 2015, não p.). À vista disso, como descreve BOARINI (2006, p. 6523),

[...] quando a ciência se propõe a classificar e justificar a superioridade ou inferioridade de indivíduos, de etnias, de classes sociais pelas diferenças naturais entre os indivíduos, pode-se instituir a rejeição ao diferente, por representar o signo de “fora do padrão”, e a intolerância passa a ser a norma.

Por ora, observamos que o processo de sofrimento psíquico foi, e ainda é, erroneamente compreendido, preconizando práticas de eugenia¹¹ e de higienismo social, justificando internações manicomiais em massa de sujeitos que, mesmo isentos de quaisquer patologias mentais, destoavam dos padrões culturais e socialmente aceitos.

Para BOARINI (2007, p. 10-11):

O que a história nos permite afirmar é que a busca incessante pela definição do padrão de normalidade e mensuração de enquadramentos e desvios dos parâmetros normais com o auxílio de instrumentais científicos e técnicos almejou a promoção de uma espécie de saneamento social e, na seqüência [sic], selecionou uma legião de desviantes ou diferentes do padrão estabelecido para neles aplicar as práticas higienistas e eugênicas [...].

Destarte, objetivando a promoção de práticas eugênicas com o escopo de expurgação social, muitas pessoas foram internadas, compulsoriamente, em instituições manicomiais. Pessoas com deficiências, mulheres que se negavam à submissão do autoritarismo patriarcal e até mesmo crianças eram obrigados a residir em hospícios, convivendo em situações degradantes¹², que violavam os atuais direitos humanos mais fundamentais.

¹¹ Pensada a partir do conceito de darwinismo social (1859), foi idealizada por J. Galton, que no ano de 1883 criou uma nova ideologia de melhoria da raça humana através da ciência, batizada por ele de eugenia – que significa bem nascer. A eugenia visava o aperfeiçoamento da raça, através de casamentos seletivos (eugenia positiva), proibição marital, esterilização, extermínio, eutanásia e afins (eugenia negativa). Vale lembrar que o ideário eugênico fora muito utilizado no holocausto nazista que visava a preservação da raça ariana e o extermínio dos demais (GUERRA, 2006, p. 04).

¹² Os hospitais psiquiátricos utilizavam instrumentos para coerção e controle dos desajustados, como por exemplo: o choque insulínico, o choque cardiazólico, a eletroconvulsoterapia, as lobotomias e os psicofármacos que tornaria “[...] os internos mais dóceis e a instituição manicomial mais tranquila e administrável” (FERRAZZA, ROCHA, 2015, p. 280).

A jornalista Daniela Arbex (2013) dissertou sobre a trágica rotina das pessoas que viveram no maior hospício do Brasil, o Hospital Colônia, em Barbacena-MG. Suas palavras, semelhantes a golpes de navalha, nos elucidam uma deplorável realidade:

[...] a estimativa é que 70% dos atendidos não sofressem de doença mental. Apenas eram diferentes ou ameaçavam a ordem pública. [...] desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos. A teoria eugenista, que sustentava a ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos. Livrar a sociedade da escória, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar (2013, não p.).

A sociedade capitalista e patriarcal, proveniente do modo de organização burguesa (FOUCAULT, 1984), preceitua que “O lugar do indivíduo na sociedade [...] depende da sua posição na cadeia produtiva e os mecanismos de exclusão e opressão garantem esta ‘ordem social’” (BOARINI, 2007, p. 11).

Como sabemos, essa padronização de caráter social e a supressão das diferenças são deliberadas “pelo discurso dominante; assim, a norma do sujeito da modernidade é o homem branco, burguês, cristão, heterossexual, ocidental, urbanizado” (BOARINI, 2007, p. 12). Diante dessa perspectiva utilitarista, impiedosa e eugênica, o próprio meio sociocultural vem, através dos séculos, enclausurando sujeitos sãos e compactuando com o lastimável sofrimento daqueles que foram escanteados, rejeitados e que viviam às margens dos privilégios sociais. Dessa forma, rotulou-se para sempre o termo *saúde mental*, concernindo a ele um status quo de loucura, delírio, hostilidade e desumanidade.

A verdade é que, para além de apenas explicar sobre o normal e o patológico e as suas fronteiras dualistas e arbitrárias, é mais do que necessário pensar em novas maneiras de reposicionar esses conceitos, através de um olhar social mais crítico (DUNKER, 2015).

2.2 A SAÚDE MENTAL EM ÂMBITO LEGAL-POLÍTICO-INSTITUCIONAL E A REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL

Como pessoas, não mais como corpos sem palavras, eles, que foram chamados de “doidos”, denunciam a loucura dos “normais”
(ARBEX, 2013, p. 3).

Diante do horror e da violência que os hospitais psiquiátricos engendravam, tornou-se evidente que, cedo ou tarde, seria primordial o desenvolvimento de políticas públicas que protegessem os sujeitos de todas as violações e crueldades fomentadas pelo sistema manicomial.

A dita Reforma Psiquiátrica (RP) no Brasil iniciou-se em 1970, embasada substancialmente pela Reforma Sanitária¹³ (RS) no país, que exigia políticas públicas mais fidedignas na área da saúde e na humanização social. Com a necessidade de reivindicar direitos, surge o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB), que se constituiu

[...] no processo de amplas mobilizações da sociedade brasileira pela redemocratização. Expressou a indignação da sociedade frente as aviltantes desigualdades, a mercantilização da saúde (AROUCA, 2003) e, configurou-se como ação política concertada em torno de um projeto civilizatório de sociedade inclusiva, solidária, tendo a saúde como direito universal de cidadania (SOUTO, OLIVEIRA, 2016, p. 205).

No entanto, é necessário salientar que, apesar de alicerçar-se no paradigma proposto na RS, a RP possuiu um caráter único e refletiu uma luta internacional (BRASIL, 2005), iniciada a priori na Itália, por intermédio de um movimento de resistência suscitado pelo médico psiquiatra Franco Basaglia¹⁴, que mostrava-se contrário às instituições manicomiais e seus desumanos métodos de controle e “tratamento” dos internos. Basaglia idealizou, ao longo de sua carreira, o fim da violência asilar manicomial e a garantia de direitos aos pacientes psiquiátricos, tornando-se mundialmente conhecido como o símbolo da reforma psiquiátrica italiana e da luta antimanicomial brasileira.

A RP contou com o envolvimento de diversas esferas sociais e políticas, e foi “compreendida como um conjunto de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais” (BRASIL, 2005, p. 06). Foi marcada por muita apreensão, adversidades e obstáculos, sendo circunscrita pelas vivências das instituições, serviços e nas mais variadas relações interpessoais.

¹³ “Movimento postulado a democratização da saúde, justamente num período no qual novos sujeitos sociais, emergiram nas lutas contra a ditadura” (PAIM, 2007, p. 21).

¹⁴ Em meio ao movimento de luta e resistência aos asilamentos manicomiais, no dia 13 de maio do ano de 1978, aprova-se na Itália a Lei 180, conhecida também como Lei Basaglia, “[...] que regulava as consultas médicas obrigatórias e voluntárias, com o objetivo de superar o hospital psiquiátrico” (SERAPIONI, 2019, p. 1181).

Em 1978, ainda sob a prevalência da Ditadura Militar no Brasil, com o mandato presidencial liderado pelo militar Ernesto Geisel, eclodiu no país um movimento social que pregava a atribuição de direitos aos pacientes psiquiátricos. O então denominado Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) era constituído por profissionais adeptos do MRSB, familiares, sindicatos, associações profissionais da área da saúde e por pessoas que enfrentaram um longo histórico de internações psiquiátricas. Foi a partir desse movimento que o início de uma mudança foi instituído, ao realizar-se assim,

a denúncia da violência dos manicômios, da mercantilização da loucura, da hegemonia de uma rede privada de assistência e a construir coletivamente uma crítica ao chamado saber psiquiátrico e ao modelo hospitalocêntrico na assistência às pessoas com transtornos mentais (BRASIL, 2005, p. 07).

Já no ano de 1987, durante o mandato presidencial de José Sarney, surgiu o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no Brasil, sediado na cidade de São Paulo. Dois anos depois, em 1989, a Secretaria Municipal de Saúde da cidade de Santos (SP) interveio para extinguir a “Casa de Saúde Anchieta”, hospital psiquiátrico da localidade denunciado por maus tratos e atendimento desumano aos internados (BRASIL, 2005). Este processo de intervenção repercutiu nacionalmente e demonstrou, de maneira assertiva, a viabilidade da construção de uma rede de apoio concreta, que pudesse substituir os hospitais psiquiátricos, oferecendo condições de vida mais dignas aos portadores de problemas mentais.

O ano de 1989 foi marcado também pelo estopim de lutas do movimento da RP no campo normativo e legislativo, quando o então deputado federal Paulo Delgado¹⁵ (PT/MG), inspirado pelos ideais e experiências da psiquiatra Dr^a. Nise da Silveira¹⁶, deu entrada no Congresso Nacional do “Projeto de Lei Paulo Delgado”, com a finalidade de regulamentar os direitos das pessoas com transtornos mentais e extinguir, progressiva e definitivamente, os manicômios do país (BRASIL, 2005).

Em 1990, já com o mandato presidencial de Fernando Collor, o Brasil firma um compromisso político internacional com a OMS quando assina a Declaração de

¹⁵ Professor e sociólogo brasileiro, um dos fundadores do Partido Trabalhista, participou da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, responsável pela elaboração da Constituição Brasileira (PAULO, [2007?]).

¹⁶ Pioneira na luta antimanicomial, “combateu práticas como o eletrochoque, o coma insulínico e a lobotomia”, utilizando atividades expressivas como forma de terapia em pacientes psiquiátricos. Popularmente conhecida pela psiquiatria como “a libertadora dos loucos através da arte” (MELO, 2009, p. 30-31).

Caracas¹⁷ e após, realiza em Brasília, no ano de 1992, a II Conferência Nacional de Saúde Mental, regulamentando e autorizando a implementação de serviços em âmbito de atenção diária nos CAPS e afins, e normatizando, pela primeira vez, a fiscalização dos hospitais psiquiátricos.

Outro marco importante na luta pela RP se deu pela promulgação da portaria nº 106/2000, assinada pelo então Ministro da Saúde do governo Fernando Henrique Cardoso, José Serra. Essa portaria se instituiu com o escopo de introduzir os denominados Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) no Sistema Único de Saúde (SUS).

Compreende-se os SRT como,

[...] moradias ou casas inseridas, preferencialmente, na comunidade, destinadas a cuidar dos portadores de transtornos mentais, egressos de internações psiquiátricas de longa permanência, que não possuam suporte social e laços familiares e, que viabilizem sua inserção social (BRASIL, 2000, p. 01).

É importante mencionar também que os SRT deram o impulso inicial para a substituição da internação manicomial prolongada, dando os primeiros passos de encontro ao que será denominado mais adiante como desinstitucionalização. Hoje, os SRT ainda permanecem acolhendo indivíduos oriundos de internações prolongadas, porém, admitem também portadores de transtornos mentais severos, moradores de rua e até mesmo egressos do sistema prisional (BRASIL, 2019).

E então finalmente, após 12 anos tramitando no Congresso Nacional, com o incentivo do então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, a Lei Paulo Delgado, popularmente conhecida como “Lei da Reforma Psiquiátrica”, é sancionada no país, no ano 2001, representando um marco histórico para a constituição da RP brasileira. A então Lei Federal 10.216/01

[...] redireciona a assistência em saúde mental, privilegiando o oferecimento de tratamento em serviços de base comunitária, dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, mas não institui mecanismos claros para a progressiva extinção dos manicômios (BRASIL, 2005, p. 08)¹⁸.

¹⁷ Documento que marca as reformas na atenção à saúde mental nas Américas (OMS, 1990).

¹⁸ A lei que foi aprovada “[...] não contemplava a extinção progressiva dos manicômios e não estabelecia as condições para internação psiquiátrica nos termos definidos pelo projeto original” (FERRAZZA, ROCHA, 2015, p. 283).

Nesse mesmo período, o Ministério da Saúde fomentou programas de financiamento para os serviços que viriam a substituir os hospitais psiquiátricos, aprimorando a fiscalização para a redução progressiva dos leitos manicomiais existentes no país, fomentando o processo de desinstitucionalização¹⁹ dos indivíduos internados por longos períodos.

Então, já no ano de 2003, como meio de amparo e reinserção desses pacientes no ambiente social, o então presidente da república da época, senhor Luiz Inácio Lula da Silva, institucionaliza o Programa “De Volta para Casa”, com a específica finalidade de

[...] contribuir efetivamente para o processo de inserção social dessas pessoas, incentivando a organização de uma rede ampla e diversificada de recursos assistenciais e de cuidados, facilitadora do convívio social, capaz de assegurar o bem-estar global e estimular o exercício pleno de seus direitos civis, políticos e de cidadania (BRASIL, 2003, p. 01).

À vista disso, através do fornecimento de um benefício pecuniário oferecido pela União de, na época, R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), atualmente R\$ 412,00 (quatrocentos e doze reais), os indivíduos desinstitucionalizados fruiriam da oportunidade de estabilização financeira e reinserção social, com o mínimo de prejuízo possível.

Então, finalmente, após a interseção de forças do governo federal, estadual e municipal e através de décadas de lutas e desafios individuais, institucionais e sindicais, a RP se consolidou de fato como política oficial de Estado.

Enfatiza-se que atualmente²⁰, sob a liderança presidencial de Jair Messias Bolsonaro, o país enfrenta algumas modificações substanciais no tocante às Políticas Nacionais de Saúde Mental (PNSM), que, cabe ressaltar, foram esboçadas no governo antecessor de Michel Temer que, com o respaldo da Comissão Intergestores Tripartite – CIT²¹, homologou em dezembro do ano de 2017 algumas mudanças na

¹⁹ Desinstitucionalização distingue-se de desospitalização, pois remete para além da mera saída dos indivíduos com transtornos psíquicos dos hospitais psiquiátricos. É preciso fornecer subsídios mínimos para a realocação desses sujeitos na sociedade (AMARANTE, 1996).

²⁰ Para conhecer as políticas públicas na área da saúde mental fomentadas entre os anos de 2003 a 2019, favor consultar: (ALMEIDA, 2019).

²¹ “[...] é reconhecida como uma inovação gerencial na política pública de saúde. Constituem-se como foros permanentes de negociação, articulação e decisão entre os gestores nos aspectos operacionais e na construção de pactos nacionais, estaduais e regionais no Sistema Único de Saúde (SUS)” (BRASIL, 2013).

PNSM, e estas, atualmente, foram reformuladas a fim de compactuar com a nova ideologia governamental.

Dentre as três principais mudanças na PNSM do atual governo de Jair Bolsonaro, fixa-se: o retorno dos Hospitais Psiquiátricos, que agora encontram-se alocados dentro da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), sendo que a partir de agora “a desinstitucionalização não será mais sinônimo de fechamento de leitos e de Hospitais Psiquiátricos” (BRASIL, 2019, p. 05); a possibilidade de internações de crianças e adolescentes em unidades psiquiátricas, podendo ocorrer inclusive em unidades não especializadas em Infância e Adolescência, a depender do caso, e a volta do investimento do SUS na aquisição de aparelhos de Eletroconvulsoterapia (ECT), o que segundo Oliveira é duvidoso, pois

Praticar o eletrochoque com financiamento público, e financiar a volta a um modelo que privilegia os manicômios, constitui um passo em uma direção equivocada e um retrocesso na verdadeira Política Nacional de Saúde Mental (2019, p. 63).

A mais exímia definição para a ECT foi dada por Marco Aurélio Soares Jorge, psiquiatra e professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), em uma entrevista concedida a essa mesma escola, mencionando que: “Eletrochoque é igual um rádio antigo, que você dá um soco e ele volta a funcionar: você não sabe o que aconteceu lá dentro, sabe que voltou, mas não sabe o que é que mexeu lá dentro” (2019, não p.).

Toda a análise realizada até aqui fora substancialmente necessária para compreendermos que todos os direitos conquistados, tanto pela RS quanto pela RP, foram frutos de árduas batalhas travadas por mais de cinco décadas, com o intuito de promover práticas equânimes e aprimorar leis e deveres do corpo social.

A partir de agora, é necessário debruçar-se sobre a história política e social da educação brasileira, buscando compreender como suas nuances firmaram a inserção dos princípios sociais assistencialistas dentro do ambiente acadêmico. Ao passo que a pesquisa sobre o sistema político brasileiro avança e desvenda o aparato econômico, pautado em princípios neoliberais que há por traz de todas as transformações sociais e educacionais presentes no Brasil, possibilita-nos realizar um movimento dialógico com uma sublime convicção de Paulo Freire, o qual sempre defendeu o fomento de uma prática democrática totalmente nova “[...] no sentido de

possibilitar às diferentes classes defender e contestar seus interesses e estender pactos [...]”²², esperando por uma transformação social que traga equidade e melhores condições de vida para todos os sujeitos sociais (STRECK et al., 2015, p. 474, tradução nossa).

²² No original: “[...] en el sentido de posibilitar que las diferentes clases puedan defender y disputar sus intereses y ampliar pactos (STRECK et al., 2015, p. 474).

3 AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A SAÚDE MENTAL COMO SEGURIDADE SOCIAL DENTRO DO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

As universidades públicas federais brasileiras, para atender à Constituição, realizam atividades de ensino, extensão e pesquisa, implementando e exercendo funções sociais que encaminham os discentes a serem profissionais qualificados, cidadãos ativos, mesmo com as desigualdades sociais, e promovem a cidadania (RAMOS, 2012, p. 17).

O cenário brasileiro ao longo de quase todo o século XX foi estarrecedor, pois para além do enfrentamento de uma grave crise econômica, o país passava pela comutação de seu sistema político, que no ano de 1985 findou o período ditatorial militar que perdurou por pouco mais de duas décadas. A essa altura, o sistema de capital buscava alternativas para se manter enérgico e prolífero, e encontrou no escopo educacional a possibilidade de gerir e massificar uma ideologia que compactuasse, diretamente, para a inserção e manutenção dos ideais de uma classe politicamente dominante (CHAUÍ, 2008).

A educação galgou um lugar de destaque, ao ser utilizada como principal ferramenta de transferência dos valores e normas ditados pelo topo da pirâmide social mercadológica, e assim, ao invés de integralizar e consubstanciar as relações sociais, contrariamente, se tornou uma hábil determinante dessas relações (VEIGA, 2017, p. 162), e em face de seu processo clientelista, ditado pela lógica bancária e subsidiada pela lei da oferta e demanda, aqueles antes considerados estudantes fundem-se nessa dialética e convertem-se em exigentes fregueses do processo educativo.

Marcel Crahay, professor titular da Universidade de Genebra, alega que a educação e a instituição escolar “[...] representa um investimento a prazo que a sociedade faz na expectativa de obter dividendos substanciais em termos de competências e, até mesmo, de capacidades específicas” (CRAHAY, 2013, p. 10).

Destarte, em face desse novo panorama societário em que a educação passa a ser referenciada como um produto ludibriador, meritocrático, um “quase-mercado” (ARAÚJO, BEZERRA, 2007, p. 02), origina-se, na década de 80, um movimento de reforma no campo da política educacional, instaurando-se, por assim dizer, uma ampla reconfiguração, inclusive na educação de nível superior do país.

Emerge nesse período um grande movimento de inquietação social, já que agora, mais do que nunca, não há a mínima garantia e previsibilidade de como se

constituirá “o caráter dos indivíduos formados pelo novo paradigma de ensino” (ARAÚJO, BEZERRA, 2007, p. 03). O fato é que o processo formativo educacional está às cegas, alicerçando-se em incertezas, ceticismos e dubiedades, diante de uma hodierna forma de organização social que ainda concerne inúmeros impasses, haja vista que, de agora em diante, o Estado deverá não apenas ofertar um maior número de vagas nas universidades federais de todo o país, mas, para além disso, é imprescindível garantir a igualdade de acesso e permanência dos estudantes dentro do ambiente acadêmico.

Defronte dessa nova configuração de acesso e permanência na academia, originam-se, no final da década de 80, duas grandes entidades políticas, que se detêm ao compromisso de nutrir e defender os direitos da classe universitária. Em 1987, cria-se o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários Estudantis (FONAPRACE) e, tão logo, no ano de 1989, origina-se a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

Segundo Ramos (2012), ambas frentes políticas defendiam direitos sociais e reivindicavam uma “integração regional e nacional das instituições de ensino superior na perspectiva do direito social” (RAMOS, 2012, p. 27). Lutavam pela oferta de condições dignas para a permanência e conclusão da graduação, com a finalidade de reduzir o número alarmante de retenção e evasão que, muitas vezes, ocasionavam-se por dificuldades socioeconômicas de muitos dos discentes, que contavam apenas com uma renda mínima que garantia nada além do que apenas sua trivial subsistência.

Através de um salto qualitativo nas políticas públicas educacionais direcionadas especificamente ao ensino superior, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina no dia 24 de abril de 2007 o Decreto nº 6.096 que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Este objetivou fornecer às universidades federais que aderissem ao programa subsídios necessários para ampliação do acesso e da permanência na educação superior, interseccionando-se como uma das principais ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado também no dia 24 de abril de 2007 pelo Ministro da Educação Fernando Haddad e sancionado pelo então Presidente da República (BRASIL, 2007).

O programa exigiu das instituições de ensino superior conveniadas a elaboração de novos cursos de graduação, o aumento progressivo na oferta do número de vagas em todos os cursos, a ampliação e reforma de suas instalações

físicas e campus, bem como a diplomação de 90% dos estudantes matriculados e o parâmetro de 18 discentes para cada docente lotado na IFES (BRASIL, 2007).

No tocante ao fomento da assistência estudantil dentro das universidades participantes, o programa REUNI elucida, em seu artigo 2º, item V, que o mesmo buscará a “ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil” (BRASIL, 2007, p. 07).

Cabe salientar que a Universidade Federal do Paraná (UFPR), IFES examinada nesta pesquisa, recebeu, no final do ano de 2007, R\$ 9 milhões de reais para dar início às mudanças propostas pelo REUNI dentro da instituição, buscando atingir, em cinco anos corridos (2007- 2012), todas as metas contempladas pelo programa. “A aprovação da entrada da Federal do Paraná aconteceu na sessão do Conselho Universitário de 30 de outubro de 2007” (UFPR, 2008d).

O Brasil vinha investindo e prosperando muito no âmbito educacional e nas políticas sociais de inclusão e garantia de direitos, submetendo as instituições de ensino superior do país a um processo de reflexão e revisão de práticas, reelaborando e instaurando uma nova visão de universidade pública.

Destarte, a partir do ano de 2007

Cabe às IFES assumirem a assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que irá ter efeito educativo e, conseqüentemente, multiplicador (FONAPRACE, 2007, p. 05).

Diante desse novo cenário nacional, com a crescente ascensão das IFES nas políticas públicas de fomento por equidade e da assistência social, coadunadas com as exigências do programa REUNI que subsidiou pecuniariamente esse avanço, o FONAPRACE, munido de sua representatividade como órgão assessor da ANDIFES (COSTA, 2016), instaurou uma proposta “[...] de defesa da Assistência Estudantil como uma política pública fundamental” (ARAÚJO, BEZERA, 2007, p. 05).

A proposta fora, por algum período, pensada, dialogada e remodelada de maneira coletiva, resultando, em julho do ano de 2010, em uma das maiores conquistas no âmbito da assistência social dentro do ambiente universitário: o Decreto nº 7.234/2010 do governo Federal, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cuja principal finalidade seria a de ampliar e garantir condições

sociais básicas para a permanência dos jovens na educação superior pública (BRASIL, 2010).

Sobre os objetivos do PNAES, constantes em seu Art.2º, apresentam-se:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, p. 05).

O decreto ressalta, em seu Art. 3º, que o PNAES se institui como ferramenta de auxílio aos estudantes que se encontram regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais das IFES, sendo precípua sua articulação com o tripé basilar: ensino-pesquisa-extensão. A assistência pecuniária oferecida pelo programa deve favorecer ações e melhorias no fomento de: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiências, altas habilidades, superdotação e transtornos globais do desenvolvimento (BRASIL, 2010). Com o intuito de assegurar o subsídio Federal para a manutenção do programa, garante-se que todo o recurso orçamentário extra, contido na “matriz orçamentária anual do MEC destinada às IFES sejam exclusivos à assistência estudantil” (FONAPRACE, 2007, p. 14).

Um dos objetivos específicos do PNAES, elencados pelo FONAPRACE (2007, p. 15), remete-se à necessidade de uma reestruturação organizacional “em nível de Pró-Reitora”, que agora se responsabilizará em “definir e gerenciar os programas e projetos de assistência estudantil” no seio de cada IFES, respeitando seu caráter isonômico e autônomo, imbuindo-se da responsabilidade de fornecer e assegurar os direitos do corpo discente. Veremos posteriormente que na UFPR a ampliação da PRAE se deu, fundamentalmente, para o cumprimento hábil e eficaz de todas as exigências propostas desde a aprovação do REUNI até a posterior criação do PNAES.

De maneira objetiva, salienta-se que o PNAES se subdivide em áreas estratégicas e que cada uma dessas áreas corresponde há algumas linhas temáticas específicas, como podemos ver no quadro a seguir:

QUADRO 1 – ÁREAS ESTRATÉGICAS DO PNAES

ÁREAS	LINHAS TEMÁTICAS	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS
Permanência	<ul style="list-style-type: none"> - Moradia; - Alimentação; - Saúde (física e mental); - Transporte; - Creche; - Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis; - Ensino; - Pesquisa; - Extensão.
Desempenho Acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsas; - Estágios remunerados; - Ensino de línguas; - Inclusão digital; - Fomento à participação político-acadêmica; - Acompanhamento psicopedagógico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis; - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão; - Parcerias com órgãos públicos e entidades com fins sociais.
Cultura, Lazer e Esporte	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais; - Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis; - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão; - Parcerias com órgãos públicos e entidades com fins sociais.
Assuntos da Juventude	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação profissional, sobre mercado de trabalho; - Prevenção a fatores de risco; - Meio ambiente; - Política, Ética e Cidadania; - Saúde, Sexualidade e Dependência Química. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis; - Parcerias com órgãos públicos e entidades com fins sociais.

FONTE: A autora (2020)²³

Realizando uma detalhada análise do Quadro 1, evidencia-se que na área destinada à Permanência, suas Linhas Temáticas incluem: moradia, alimentação, transporte, entre outros. Todavia, aquela que notoriamente se destaca para a dissertação desta pesquisa apresenta-se em: “Saúde (física e mental)”

²³ Emanoela Glatz é a autora dessa pesquisa e por ser esse o primeiro registro do trabalho, a mencionada autora não consta na lista de referências, e será referenciada na pesquisa somente como A Autora.

(FONAPRACE, 2007, p. 16). Curiosamente, é importante esclarecer que no Decreto nº 7.234/2010, publicado no Diário Oficial da União, em seu Artigo 3º, § 1º, inciso IV, aparece tão somente a designação “atenção à saúde” (BRASIL, 2007, p. 05), não deixando cognoscível, em nenhum momento, que a saúde mental se integrava nesse inciso.

No entanto, como já dissertado no segundo capítulo desta pesquisa, a OMS sempre incorporou a temática da saúde mental em sua definição geral de saúde. Dessa forma, somente com um conhecimento prévio sobre essa referência, tornar-se-ia evidente que a saúde mental incluía-se em uma das áreas estratégicas contempladas pelo PNAES. Todavia, no documento redigido pelo FONAPRACE (2007) já consta esta distinção, que acaba por conceder à saúde mental o seu espaço que lhe é de direito.

A fim de assegurar a efetivação do PNAES, elaborou-se nas IFES um “Fundo para Assistência Estudantil” que contingenciou o valor correspondente a 10% do orçamento anual de OCC (Outros Custeios e Capitais) das instituições, sendo que no segundo semestre do ano de 2007 o valor disponível aproximou-se de 5% do orçamento supracitado (FONAPRACE, 2007). Esses novos recursos gerados foram agregados aos valores atuais recebidos pelas IFES.

Ademais, é pertinente desvelar que após a publicação do decreto que autorizou o PNAES, homologado no dia 19 de julho de 2010, instaurou-se uma moção nas universidades estaduais de todo o país (não inclusas no programa por obterem via estados suas verbas mantenedoras), que pleiteavam as mesmas prerrogativas aos seus estudantes, diminuindo a tensão e a distinção entre as instituições da União e dos estados.

À vista disso o MEC, através da Portaria Normativa de nº 25, publicada no dia 28 de dezembro de 2010, institucionaliza o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais, o PNAEST.

Os objetivos e ações do PNAEST se assemelham aos do PNAES e garantem aporte assistencial à saúde (e à saúde mental) dos estudantes, entretanto, as universidades estaduais estão proibidas de utilizar os recursos do programa para a concessão de bolsas e auxílios financeiros diretamente aos discentes (BRASIL, 2010a), diferentemente do PNAES, que autoriza essa convenção às IFES. Sendo assim, segundo o Art. 2º do decreto “O PNAEST será implementado por meio de

ações de assistência estudantil articuladas às atividades de ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2010a, p. 37).

Outra especificidade do PNAEST se deriva dos requisitos a serem cumpridos pelas universidades estaduais para a possibilidade de alocação dos recursos distribuídos de acordo com o Art. 5º:

- I - Instituições que ofertem, por meio do SiSU, até 200 (duzentas) vagas: até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- II - Instituições que ofertem, por meio do SiSU, entre 201 (duzentas e uma) e 1.000 (mil) vagas: até R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta [sic] mil reais);
- III - Instituições que ofertem, por meio do SiSU, acima de 1.000 (mil) vagas: até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) (BRASIL, 2010a, p. 37).

Os fundos subsidiados ao fomento do PNAEST serão alocados anualmente pelo MEC e dependem da legislação orçamentária e financeira do país a cada ano (BRASIL, 2010a).

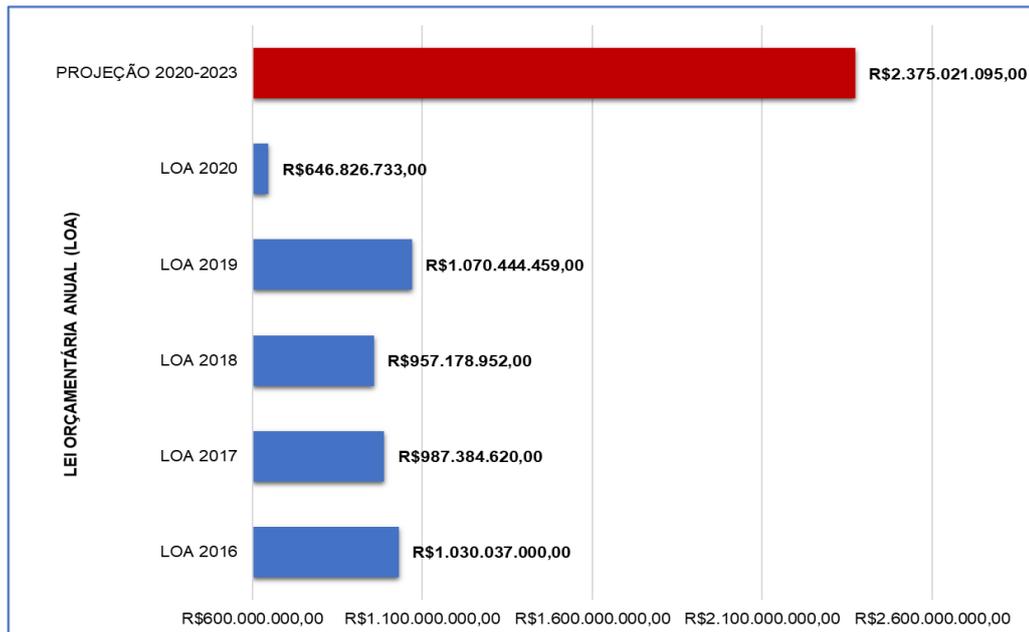
Finalmente, a partir do ano de 2010 o PNAES consolidou-se dentro das universidades públicas e dos institutos tecnológicos do país. Com o passar dos anos e de acordo com as mudanças de governo, o investimento na assistência ao estudante de ensino superior, ação número 4002²⁴ dos programas 2080 e/ou 5013²⁵, tornou-se mutável, porém, com discreta flutuação de um ano para o outro. No entanto, no ano de 2020, sob o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, o valor repassado para o programa de assistência estudantil fora substancialmente reduzido.

No gráfico 1, dilucida-se o investimento efetivado pela União na ação de Assistência ao Estudante de Ensino Superior direcionada a todas as Universidades e Institutos Federais do Brasil, entre os anos de 2016 a 2020, bem como uma projeção para os próximos 3 anos (2020-2023).

²⁴ Ação integrada no Planejamento Orçamentário Anual (PLOA) ou na Lei Orçamentária Anual (LOA) da União, que discursa sobre a “Assistência ao Estudante de Ensino Superior”.

²⁵ Até o ano de 2019 o programa que consubstanciava a ação 4002 do MEC era intitulado “2080- Educação de qualidade para todos”, no entanto, partir do ano de 2020 o programa mudou de nomenclatura, passando a denominar-se: “5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão” (BRASIL, 2018, 2020).

GRÁFICO 1 – INVESTIMENTO NA ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR NAS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS DO BRASIL



FONTE: A autora (2020) a partir de BRASIL (2016, 2017, 2018, 2019, 2020).

Com base nos dados elencados no gráfico, observa-se que o investimento na área de assistência ao estudante do ensino superior no país, no ano de 2020, apresentou um decréscimo de 39,5% quando comparado ao benefício pecuniário alocado no ano de 2019. Ademais, com o intuito de conhecer melhor a realidade da UFPR dentro deste cenário, o gráfico 2 apresenta os investimentos efetivados no âmbito da Ação de Assistência ao Estudante de Ensino Superior destinados, exclusivamente, à UFPR nos últimos 4 anos (2016-2019); o investimento outorgado no ano em curso (2020), e uma projeção do governo para os próximos 3 anos. Ressalta-se, no entanto, que essa projeção (2021-2023) foi idealizada nos primeiros dias do ano de 2020, dois meses antes do início da Pandemia por Sars-Cov-2²⁶.

²⁶ Popularmente denominado Corona Vírus.

GRÁFICO 2 – INVESTIMENTOS EM ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR RECEBIDOS PELA UFPR²⁷

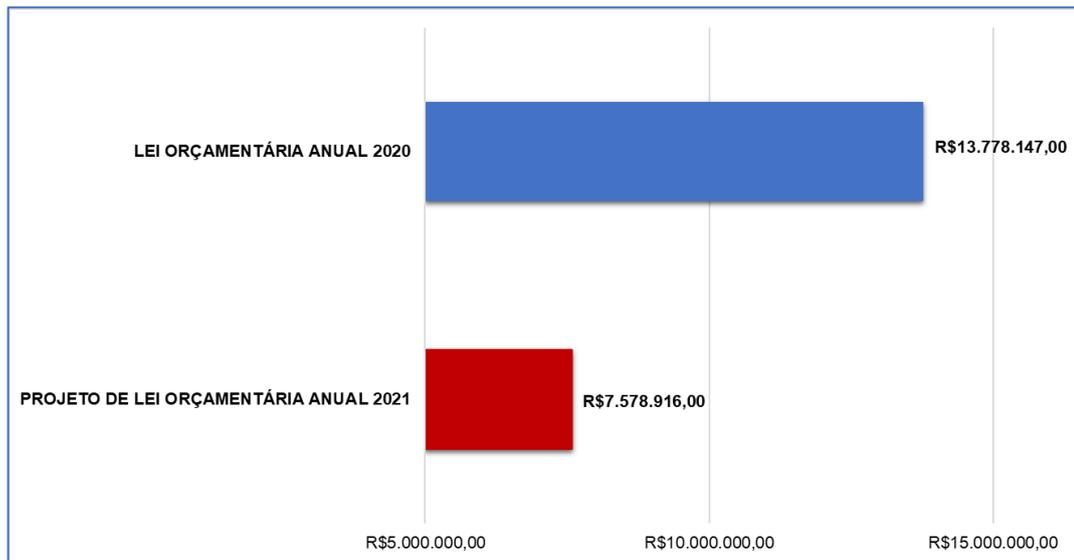


FONTE: A autora (2020).

É primordial destacar que durante a realização dessa pesquisa, o presidente da república Jair Messias Bolsonaro enviou para a votação no Congresso Nacional, no dia 31 de agosto do ano de 2020, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o ano de 2021. O comparativo do investimento entre o ano de 2020 (LOA - 2020) e a previsão orçamentária em 2021, elenca-se no gráfico 3:

²⁷ O gráfico foi construído com base em um amplo estudo dos orçamentos dos seguintes Projetos de Lei, em versões finais: PL nº 07/2015; PL nº 18/2016; PL nº 20/2017; PL nº 27/2018 e nº 22/2019. Todos os PL detalham os créditos orçamentários destinados à máquina pública, sempre do ano posterior ao do PL. Para um estudo mais aprofundado e direcionado ao tema desta pesquisa, somente os orçamentos direcionados ao MEC foram analisados, e a fim de refinar ainda mais o estudo, analisou-se apenas a Ação: 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior, e somente os investimentos destinados diretamente à UFPR. O gráfico mostra em renda pecuniária os valores recebidos pela UFPR desde o ano de 2016 para o fomento da assistência estudantil na instituição.

GRÁFICO 3 – INVESTIMENTOS EM ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR NO LOA 2020 E NO PLOA 2021



FONTE: A autora (2020) a partir de BRASIL (2020).

Lamentavelmente, nota-se que com o agravamento da crise financeira, grande parte fomentada pelo colapso sanitário ocasionado pela pandemia de Sars-Cov-2, irrompe-se uma corpulenta retração no investimento público direcionado para a área de assistência estudantil no ensino superior, motivando um corte de 45% no seu empenho pecuniário quando comparado ao ano de 2020. Não obstante, é preciso compreender que, apesar da constante queda dos investimentos públicos destinados a esse propósito, um novo perfil de sociedade ascende, com indivíduos que, cada vez mais, buscam ser enérgicos, atuantes e defensores dos direitos que lhes são instituídos, que clamam por justiça, que lutam pela exercício pleno de sua cidadania e que engendram um firme alicerce de “[...] políticas públicas sociais as quais garantam condições de uma vida digna e com condições para uma cidadania ativa, [...] participativa da esfera pública” (DIAS et al, 2012, p. 127).

Um novo know-how²⁸ eleva-se então, diante talvez daquilo que Streck alcunhou como *solidariedade política e social*, sendo a mesma

[...] o resultado de um processo educacional de desenvolvimento de provisões e exercício prático de participação, diálogo com responsabilidade e combinação com uma sociedade radicalmente democrática (STRECK et al, 2015, p. 475, tradução nossa)²⁹.

²⁸ Saber-fazer.

²⁹ No original: “es resultado de un proceso educativo de desarrollo de disposiciones y ejercicio práctico de participación, de diálogo con responsabilidad y que combina con una sociedade radicalmente democrática”.

No entanto, esse novo corpo social é rigorosamente interligado com políticas de governo/partidário, que influenciam energicamente na criação, condução e/ou manutenção de políticas públicas no país. Assim, depreende-se que os programas nacionais de assistência aos estudantes universitários, como o PNAES e o PNAEST, permanecem ativos dentro das IFES, pois asseguram direitos básicos, no entanto, há anos com maior investimento da União e há outros com o mínimo possível de alocação orçamentária.

3.1 A PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (PRAE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

As pró-reitorias são unidades administrativas ligadas diretamente ao Gabinete do Reitor, responsáveis por implantar o plano de gestão de cada reitor eleito, mantendo, contudo, os procedimentos administrativos correntes da instituição
(BRASIL, 2012, p. 11).

Na UFPR, assim como em todas as outras IFES, as pró-reitorias são reputadas como ramificações do “órgão executivo central” da “Administração Superior da Universidade” (UFPR, 2019, p. 09), a popularmente conhecida Reitoria³⁰. Designa-se às pró-reitorias o ofício de disponibilizar, com qualidade e agilidade, ferramentas e soluções essenciais para o bom funcionamento da instituição como um todo, sendo que cada uma delas responsabiliza-se por um nicho específico de trabalho, como graduação, ou pesquisa e pós-graduação, gestão de pessoas e assim por diante.

As IFES, por sua vez, possuem total autonomia para nomear suas próprias pró-reitorias, que devem ser indicadas de acordo com a estrita necessidade de sustentar o pleno funcionamento da academia, e também delimitar e delegar as atribuições que cada uma delas gozará dentro do processo administrativo da universidade. Salienta-se que há a possibilidade, de acordo com cada momento político nacional e/ou com novas posses dirigentes na instituição, de uma ocasional flexibilização das unidades administrativas predeterminadas, e até mesmo a gênese de novas pró-reitorias.

No ano de 2006, sob a gestão do reitor Carlos Augusto Moreira Junior, a UFPR implementou em sua organização administrativa a Assessoria de Assuntos

³⁰ Prédio onde situa-se o gabinete do Reitor (aquele que rege e/ou dirige a universidade) (INFOPÉDIA, 2003-2020).

Estudantis, que possuía ligação direta com o reitor da instituição e objetivava, a priori, “[...] realizar o atendimento às demandas estudantis e a elaboração de uma proposta de estrutura administrativa voltada às questões de interesse da comunidade discente da UFPR” (BRASIL, 2012, p. 17).

Transcorreram-se, em meados do ano de 2007, grandes mudanças no cenário político brasileiro, já descritas anteriormente, como o fomento do REUNI, a pujança das diligências do FONAPRACE e da ANDIFES, assim como a criação no ano de 2010 do PNAES, que contribuiriam, de maneira direta, na promoção da assistência estudantil dentro das IFES.

A UFPR, com o intuito de assegurar, institucionalmente, o fomento dos programas sociais propostos pela União, ratificou a necessidade de implementar uma nova Pró-reitoria “com estrutura ágil e fluida que tratasse exclusivamente dos assuntos relacionados aos estudantes” (BRASIL, 2012, p. 17). Em um processo de construção coletiva, que envolveu a comunidade discente, bem como a sensível escuta de representantes do movimento estudantil, nasceu a “Proposta da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis” (UFPR, 2017, p. 03), que foi, a princípio, enviada, discutida e aprovada pelo Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD), e posteriormente a isso, encaminhada para a apreciação do Conselho Universitário da instituição (UFPR, 2017).

Então, após grandes expectativas, no dia 12 de março do ano 2008, o Conselho Universitário da UFPR aprovou a Resolução 003/2008 – COUN, que homologou a criação da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, com a missão de receber e auxiliar as demandas relacionadas à permanência dos discentes no ambiente acadêmico, buscando garantir sua plena formação profissional, contando com uma equipe multiprofissional que irá acompanhar, proteger e zelar pelo desenvolvimento “[...] de uma trajetória acadêmica com qualidade de vida” (BRASIL, 2012, p. 07).

A Reitoria da UFPR passa a contar com oito pró-reitorias, divididas com o intuito de fornecer com qualidade os seus serviços específicos, dentre eles: graduação; pesquisa e pós-graduação; extensão e cultura; gestão de pessoas; planejamento, orçamento e finanças; administração; comunicação social; e agora, assuntos estudantis (UFPR, 2008b).

[...] E assim nasce a PRAE, [...] com a missão de atender as demandas voltadas à permanência do estudante para a formação profissional,

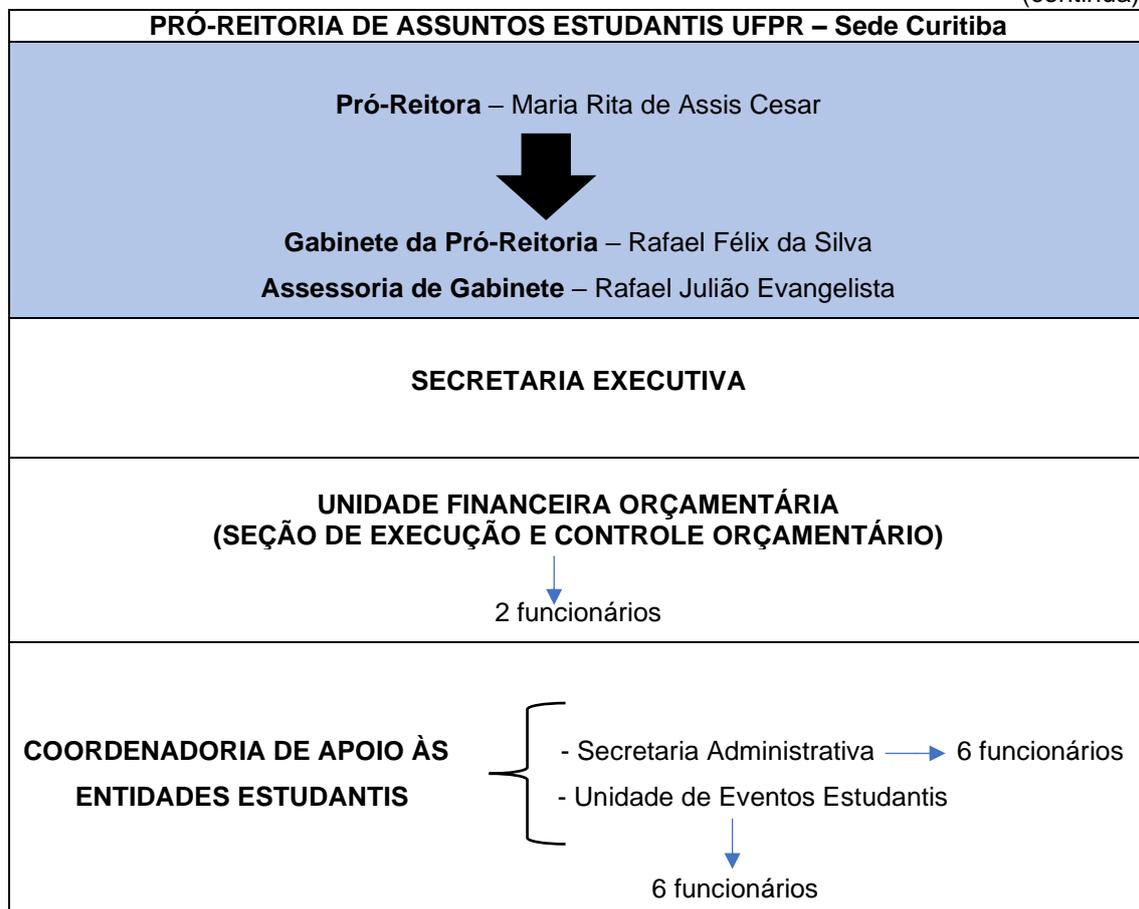
proporcionando acolhimento, orientação, apoio e acompanhamento durante a sua trajetória acadêmica (UFPR, 2017, p. 03-04).

É salutar para o prosseguimento desta pesquisa conhecer e compreender o funcionamento do eixo central estruturante de uma das valorosas ramificações das pró-reitorias da UFPR, a então alcunhada *Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)*.

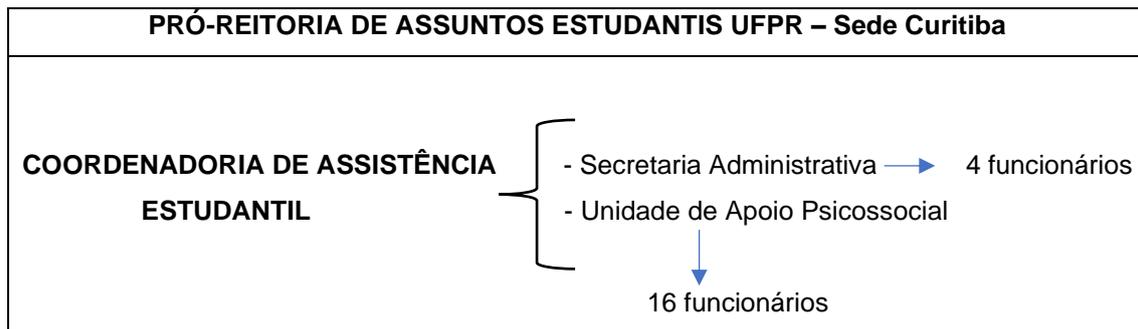
A PRAE iniciou suas atividades no ano de 2008, contando com o auxílio de apenas cinco servidores, entre eles dois auxiliares administrativos, dois assistentes administrativos e dois docentes (UFPR, 2017). Destaca-se, no entanto, que até o ano de 2016 a equipe de servidores expandiu-se exponencialmente, contabilizando trinta e dois profissionais, contemplando agora também psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, técnico esportivo e contador (UFPR, 2017). Atualmente, a equipe PRAE é constituída de 43 profissionais, das mais diversas áreas, lotados em todos os campi da instituição.

Já no tocante à disposição estrutural da PRAE, podemos observá-la de maneira sistematizada no quadro a seguir:

QUADRO 2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PRAE (continua)



(conclusão)



FONTE: A autora (2020) a partir de UFPR (2017).

Para além de apenas uma mera estrutura organizacional, infere-se que todas as atividades desenvolvidas pela PRAE, em quaisquer de suas coordenadorias, preconizam a viabilização e o fomento de programas de carácter social e assistencial, com a excelência e com o compromisso de promoção e ascensão de uma assistência estudantil que **reconheça as minúcias do corpo discente** e que transponha-se aos muros da universidade, colaborando com a promoção de uma formação superior integral e humanizada, fundamentada em três grandes aspectos: humanização, integração e assistência (UFPR, [2008?], grifo nosso).

O aspecto da humanização garante uma assistência que se alicerça no desenvolvimento contínuo de ações, com o fomento de processos reflexivos sobre as mais variadas questões, pessoais e/ou coletivas, como preconceito, discriminação, entre outros, buscando conscientizar os estudantes sobre as reais necessidades de dedicar-se também, para além das atividades acadêmicas, às atividades que proporcionem um amplo bem-estar físico e mental (UFPR, 2017).

Por conseguinte, quando nos referimos ao aspecto da integração, valorizamos como pilar a “realização de ações que propiciem maior interação e integração política e acadêmica entre os estudantes [...]” (UFPR, 2017, p. 05). Essa integração acadêmica, citada a priori, deve acontecer entre os estudantes da própria universidade, independente do campus, com discentes de outras universidades e, até mesmo, com a sociedade no geral, através da realização e participação em eventos culturais e acadêmicos que favoreçam a confluência de culturas e valores entre os sujeitos.

Por último, quando se discorre sobre o aspecto de assistência, articulando-a a um breve retrospecto sobre todo o embasamento técnico-científico já contemplado nessa monografia, revela-se, indubitavelmente, que a promoção de condições

mínimas de acesso e, principalmente, de permanência dentro do ambiente universitário, resulta na formação de sujeitos mais seguros e mais conscientes sobre seus direitos e deveres no escopo social, ademais, o auxílio assistencial promove um maior índice de rendimento acadêmico e um maior número de diplomados, reduzindo drasticamente a evasão e o trancamento de cursos.

Salienta-se que todas as atividades e ações desenvolvidas pela PRAE são financiadas, como já visto anteriormente, com recursos do Tesouro Nacional, através do PNAES, e também pela “Arrecadação Própria/ Cantinas (Resolução 10/00-COPLAD³¹)” (UFPR, 2017, p. 05).

3.2 A COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (CAE) E O PROGRAMA DE APOIO PSICOSSOCIAL PEDAGÓGICO DA PRAE

Cabe a CAE coordenar, acompanhar e avaliar os programas de assistência estudantil voltados à permanência e conclusão do curso dos estudantes [...]
(UFPR, 2017, p. 06).

Há uma vasta gama de programas sociais ofertados pela CAE da PRAE, que detêm, em sua totalidade, a função de auxiliar, das mais variadas formas (disponibilizando atendimento psicológico, pedagógico, financeiro, alimentar e afins), os estudantes que apresentam qualquer tipo de vulnerabilidade social, minimizando, o quanto possível, os impactos negativos que essas fragilidades ocasionam no desempenho acadêmico.

No quadro a seguir há uma relação de todos os programas ofertados pela CAE, bem como uma breve descrição sobre cada um deles:

³¹ “Regulamenta a ocupação de espaços físicos nos imóveis da Universidade Federal do Paraná, que sejam disponibilizados para concessão ou permissão de uso, objetivando a exploração ou execução de serviços remunerados e não remunerados, e dá outras providências” (UFPR, 2000, p. 01).

QUADRO 3 - PROGRAMAS OFERTADOS PELA COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA PRAE

(continua)

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (CAE)	
Programas de Assistência Estudantil	
<p>Programa de Benefícios Econômicos para a Manutenção dos estudantes de graduação e ensino profissionalizante</p> <p style="text-align: center;">- PROBEM –</p>	<p>- Auxílio Permanência: Benefício pecuniário mensal, no valor de R\$ 400,00 reais, que pode ser acumulado com outras bolsas, como monitoria, extensão e afins.</p>
	<p>- Auxílio Refeição: isenção total das taxas cobradas pelo Restaurante Universitário em três refeições por dia, sete por semana.</p>
	<p>- Auxílio Moradia: auxílio pecuniário mensal, no valor de R\$275,00 reais, para o pagamento de aluguel aos estudantes, cujas famílias não residam na localidade do seu curso.</p>
	<p>- Auxílio Creche: auxílio pecuniário mensal, no valor de R\$200,00 reais, aos estudantes vinculados ao programa, que possuam filhos na faixa etária de 0-6 anos incompletos, e que estão matriculados em Centros de Educação Infantil particulares.</p>
<p>Bolsa do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior</p> <p style="text-align: center;">- PROMISAES-</p>	<p>- Oferta de um auxílio pecuniário mensal, ofertado aos estudantes estrangeiros participantes do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) e regularmente matriculados em algum dos cursos ofertados pela UFPR.</p>
<p>Programa de Apoio à Formação Profissional (exclusivo para estudantes vinculados ao PROBEM)</p>	<p>- Auxílio à Mobilidade Acadêmica: proporciona, através de auxílio logístico e de um benefício pecuniário mensal, a ampliação da formação acadêmica e profissional aos estudantes que se interessem em estudar, por um período de seis meses, em outras instituições de ensino, nacionais ou internacionais.</p>
<p>Cursos de Línguas Estrangeiras</p>	<p>- Cursos ofertados pelo Centro de Línguas e Interculturalidades da UFPR (CELIM): 10% de todas as vagas abertas pelo CELIM, são destinadas, exclusivamente, aos estudantes contemplados pelo PROBEM.</p>
<p>Apoio a Aquisição de Material Pedagógico</p>	<p>- Benefício ofertado aos estudantes inscritos no PROBEM, que necessitem de auxílio para a aquisição de materiais pedagógicos e profissionais, comprovando a incapacidade financeira para a aquisição dos mesmos.</p>

(conclusão)

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (CAE)	
Programas de Assistência Estudantil	
Programa Retorno à Aldeia	- Benefício pecuniário ofertado com fins restritos de deslocamento aldeia – universidade, no período de recesso acadêmico, destinado aos estudantes indígenas, regularmente matriculados na UFPR, que tenham atingido 75% de aproveitamento no semestre anterior.
Unidade de Apoio Psicossocial - UAPS-	-Acolhimento Psicológico: Plano de Acompanhamento Singular (PAS); Grupos; Oficinas e Assessoria a docentes e técnicos.
	- Atendimento Pedagógico: Escuta e acolhida; Acompanhamento acadêmico dos estudantes do PROBEM.
	- Atendimento Social: Acolhimento e promoção de Serviços Sociais com equipe capacitada.
Programa de Atenção à Saúde do Estudante	- Oferece aos estudantes da UFPR atendimento no Centro de Atenção à Saúde (CASA) da universidade, com serviços nas áreas de odontologia e medicina (clínica médica, ginecologia, psiquiatria e homeopatia).
Apoio à Apresentação de Trabalhos	-Viabiliza a participação de estudantes com matrícula ativa na UFPR, contemplados em algum outro programa assistencial da PRAE, estimulando a produção acadêmica científica, proporcionando a participação dos discentes em eventos científicos em território nacional. - O auxílio acontece mediante benefício pecuniário para as passagens de ônibus convencional (ida e volta), limitado a R\$800,00 reais.
Programa de Apoio a Eventos Estudantis	- Oferta de recursos financeiros para a realização de eventos estudantis organizados pelos graduandos, fomentados por suas entidades representativas, podendo ter caráter: didático-científico, político-acadêmico, artístico-cultural e esportivos.

FONTE: A autora (2020) a partir de UFPR ([2008?], 2017).

Diante do vasto aporte informativo, viabilizado pelo Quadro 3, o estudo será focado, doravante, apenas na UAPS, e, mais especificamente, na oferta de

Acolhimento Psicológico oportunizado pela PRAE, declarando, por conseguinte, que sua equipe é composta por 10 profissionais psicólogos, sendo seis deles lotados em Curitiba, um em Toledo, um em Jandaia do Sul, um em Palotina e um em Pontal do Sul.

O serviço de Acolhimento Psicológico da PRAE realiza diversas ações de atenção e apoio aos estudantes da UFPR, bem como proporciona um suporte especificamente destinado aos docentes e técnicos da instituição, sendo que

Essas ações podem acontecer de forma direta ou indireta e têm como objetivo proporcionar maior qualidade de permanência aos estudantes da UFPR, auxiliando-os no enfrentamento de dificuldades vivenciadas individual ou coletivamente (UFPR, 2017, p. 12).

O serviço de Acolhimento Psicológico, ofertado em Curitiba, acontece no Edifício Professor Doutor José Munhoz de Mello, sede própria da PRAE, localizada na Rua Ubaldino do Amaral, número 321, 1º andar, no bairro Alto da Glória, em horário pré-estabelecido³².

FOTOGRAFIA 1- SEDE DA PRAE EM CURITIBA



FONTE: UFPR (2020).

³² Não é necessário agendar horário para o atendimento, porém, caso o estudante careça de um horário extra-comercial, solicita-se o envio de um e-mail para psicoprae@ufpr.br, detalhando a situação e necessidade. Ademais, para outras informações, o contato pode acontecer tanto pelo mesmo e-mail, anteriormente informado, como pelos telefones (41) 3888-7777 / (41) 3888-7754. Salienta-se que a PRAE possui uma segunda sede, no Centro de Estudos do Mar (CEM) – Campus Pontal do Paraná (UFPR, 2020).

Até o mês de outubro do ano de 2019, o serviço de Acolhimento Psicológico da PRAE oferecia, em uma de suas modalidades, o ora antes denominado: Plantão Psicológico, que trabalhava com uma metodologia pautada, prioritariamente, na relação entre desempenho acadêmico e a permanência dos estudantes na universidade. Entretanto, de acordo com a constante mudança do perfil estudantil da UFPR, evidenciou-se a necessidade de uma atualização e remodelação do serviço, empreendendo-se agora, no lugar do Plantão, o Plano de Acompanhamento Singular (PAS), que fornece subsídios necessários para um acompanhamento maior do estudante, não pautado apenas em situações momentâneas (UFPR, 2020).

No campo “encaminhamentos externos à Prae, na UFPR” do PAS, se avaliar necessário, aquele que acolhe pode direcionar o aluno ao Centro de Atenção à Saúde 3 (Casa 3) – unidade ambulatorial do sistema de atendimento à saúde oferecido à comunidade universitária –, ao Casa 4 – atendimento psiquiátrico – ou à Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (Sipad) (UFPR, 2020, não p.).

Já a modalidade de Grupos dedica-se ao trabalho com as questões mais pertinentes e relevantes, partilhadas recorrentemente por grande parte dos estudantes atendidos pelo PAS. Dessa forma, o hábito de se trocar experiências estimula o grupo a construir, coletivamente, a “[...] possibilidade de transformação de situações de sofrimento a partir da construção de soluções” (UFPR, 2017, p. 12).

De maneira muito similar aos Grupos, as Oficinas trabalham temáticas importantes suscitadas dentro do ambiente universitário, encaminhadas pelas coordenações de cursos e trazidas por estudantes nos serviços de PAS ou advindas de questões culturais e sociais à época. Busca-se aqui “[...] discutir e criar possibilidades de atuação dos estudantes frente às dificuldades vivenciadas, promovendo a autonomia e, [...] prevenção da evasão” (UFPR, 2017, p. 12).

Todas as oficinas elaboradas pela PRAE buscam alçar o maior número possível de partícipes do público-alvo e cabe recordar que no ano de 2019 transcorreram-se algumas “Rodas de Conversas”, propostas em parceria com a coordenação do curso de pedagogia da UFPR, destinadas aos acadêmicos do curso, sendo conduzidas pelo psicólogo da PRAE Curitiba, Jardel Pelissari Machado. As questões debatidas articulavam-se através de assuntos geradores como: ansiedade, rotina, permanência na universidade, a confluência entre trabalho e estudos e etc.

Tanto a PRAE, quanto a coordenação do curso e, inclusive, um dos principais gatilhos motivadores dessa pesquisa, intencionaram com essas rodas de conversas, sanar dúvidas sobre as principais motivações responsáveis pelo crescente número de trancamentos de matrículas e, até mesmo, o aumento de casos de suicídio e afastamento por licença médica dos estudantes do curso de pedagogia da UFPR, aliado a um expressivo aumento da demanda dos discentes que procuraram a coordenação em busca de auxílio psicológico e emocional. Ressalta-se que, no entanto, a atividade teve pouquíssima adesão dos estudantes, o que conflagrou um alerta para uma vital e pormenorizada vigilância sob a qualidade da saúde mental dos discentes deste curso.

Por fim, o Serviço de Assessoria a Docentes e Técnicos busca amparar os docentes e técnicos da universidade, instruindo-os e auxiliando-os na assertiva resolução dos principais impasses existentes dentro do ambiente acadêmico, construindo “[...] ferramentas e estratégias que possam ser adotadas, [...] para auxiliar não apenas o estudante, mas também os servidores da universidade, objetivando o bem-estar a todos os envolvidos” (UFPR, 2017, p. 13).

Perfaz-se esse capítulo com o primordial esclarecimento de que

Os estudantes, em qualquer época durante o período do curso, podem procurar a Unidade de Apoio Psicossocial (UAPS) e solicitar atendimento para receber apoio e orientação em qualquer situação que lhe cause desconforto e possa prejudicar o seu desempenho acadêmico (UFPR, 2017, p. 11).

Com base na discussão perdurada em todo o capítulo, e já conhecendo as especificidades da PRAE-UFPR, bem como o seu suporte de acolhimento psicológico, nos próximos capítulos serão manifestados e discutidos novos diálogos, pautados em estudos e publicações científicas de autores que discorrem sobre os pormenores existentes na realidade social dos sujeitos que impactam em sua saúde mental e os pré-dispõem ao adoecimento psíquico. É essencial dilucidar quais são as relações causa-efeito presentes no ensino superior que transfiguram a realidade de seus estudantes e facilitam o desencadeamento de distúrbios de carácter psíquico, derivados das particularidades e exigências intrincadas nesse nível acadêmico.

4 A SAÚDE MENTAL DOS UNIVERSITÁRIOS: ALGUNS APONTAMENTOS

Os problemas de saúde mental influenciam significativamente no desempenho dos acadêmicos e na sua qualidade de vida [...]. Esta realidade representa um enorme desafio para as universidades e envolve fatores éticos, sociais e econômicos inerentes à sua missão institucional
(BAADER et al., 2014, p. 168, tradução nossa)³³.

A inserção dos jovens no ensino superior (ES) é, muitas vezes, um período supervalorizado cultural e socialmente, e deveras frágil para aqueles que adentram na academia idealizando viver experiências, “[...] cognições, motivações e afetos [...]” (OLIVEIRA, et al., 2016, p.44) e almejando concretizar seus maiores anseios nesta instituição. Para a sociedade, o ingresso no ES representa um grande passo rumo a uma profissão, um sonho que carrega consigo muitas expectativas, metas, pretensões e responsabilidades (OLIVEIRA, et al., 2016). Aliado a isso, a vivência desse momento singular impõe novos comportamentos, adaptações e resiliência em um processo “[...] complexo e multidimensional [...] que exigem um esforço de ajustamento do indivíduo” (OLIVEIRA, et al., 2016, p. 44).

Iniciar uma vida acadêmica no ES significa transmutar-se para uma realidade díspar daquela vivenciada no ensino médio. É preciso uma maior dedicação e organização para enfrentar a carga de leituras, trabalhos e provas, muitas vezes realizados concomitantemente a um emprego fixo ou um contrato de estágio. Frequentemente, há a necessidade de abdicar-se das horas de lazer e dos momentos de diversão, a fim de estudar para um teste importante ou realizar a leitura de um livro e/ou artigo científico. Mais desafiador ainda é afastar-se do seio familiar e das amizades para se aventurar em uma cidade ou estado desconhecido (OLIVEIRA, et al., 2016).

Segundo Baader et al. (2014), o estudante de ES transita por uma etapa singular e evolutiva que exige comprometimento, adaptações, autossuficiência e a incumbência de responsabilidades, bem como o desenvolvimento da identidade pessoal, da sexualidade e de suas relações afetivas. Sobretudo, é preciso responder inúmeras expectativas dos familiares e da sociedade, que vislumbram esse momento

³³ No original: “Los problemas de salud mental influyen significativamente en el desempeño académico de los estudiantes y su calidad de vida [...]. Esta realidad representa un enorme desafío para las universidades e involucra factores éticos, sociales y económicos inherentes a su misión institucional” (BAADER et al., 2014, p. 168).

como uma das poucas oportunidades de ascender um futuro promissor. Todo esse período pode vir acompanhado de dificuldades econômicas e incertezas sobre o futuro, além de um deslocamento e uma constante sensação de não pertencimento àquela instituição e aos grupos sociais que ali se inserem. Desse modo, o estudante universitário carece do desenvolvimento de “[...] recursos cognitivos e emocionais complexos para o manejo das demandas desse novo ambiente” (PADOVANI et al, 2014, p. 03).

Em razão de todas essas peculiaridades inerentes ao ingresso no ES, alguns estudos apontam que há uma maior taxa de sofrimento psicológico e transtornos mentais não psicóticos em indivíduos que frequentam a universidade, quando comparados aos jovens da mesma idade que não se encontram na academia (ARIÑO, BARDAGI, 2018; NEVES, DALGALARRONDO, 2007; BAADER, 2014).

De acordo com Ariño e Bardagi (2018), estudos recentes vêm demonstrando que aproximadamente 15% a 25% dos estudantes do ES apresentarão, em algum momento de sua trajetória universitária, disfunções psicológicas que poderão afetar profundamente sua qualidade de vida, sua saúde e, conseqüentemente, sua permanência na universidade.

Alguns autores como Nogueira e Sequeira (2017); Padovani et al. (2014); Neves e Dalgalarrondo (2007); Oliveira et al. (2016); Baader et al. (2014); Ariño e Bardagi (2018) e Graner e Cerqueira (2019), dedicaram-se ao fomento de pesquisas extremamente relevantes para a esfera da saúde mental na educação superior, com o intuito de conhecer e apreender as características de cada coletivo discente das universidades, identificando assim os principais “gatilhos motivadores” do adoecimento psicológico desses estudantes. Pesquisas como essas possibilitam que a IES conheça melhor seu público estudantil e o meio sociocultural no qual ele se insere. A tabela a seguir dilucida, de acordo com as pesquisas de cada autor, os principais fatores estressores presentes no ambiente universitário, que justificam o ascendente número de adoecimento psicológico dentro do ES.

QUADRO 4 - OS ESTRESSORES QUE DESENCADAIAM O ADOECIMENTO PSICOLÓGICO DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO

(continua)

AUTORES	CONCLUSÕES
<p>NEVES, DALGALARRONDO (2007, p. 243)</p>	<ul style="list-style-type: none"> → O gênero feminino se associou mais intensamente com os transtornos psiquiátricos do que o gênero masculino; → Indivíduos com piores condições psicossociais apresentaram maior taxa de adoecimento psicológico. Nesse grupo se inserem os fatores: relacionamento ruim com amigos, maior sensação de discriminação, menos apoio dos pais, maior envolvimento com substâncias psicoativas como álcool e drogas e, frequentemente, provêm de uma educação básica realizada na rede pública (o que é indicativo de um menor nível socioeconômico).
<p>PADOVANI et al. (2014, p. 3- 4) OLIVEIRA et al. (2016, p. 45- 47)</p>	<ul style="list-style-type: none"> → Elevadas expectativas sobre a universidade; → Excesso de aspirações e expectativas a respeito do futuro pessoal e profissional; → Fatores de origem psicossocial, principalmente por problemas financeiros; → Residir em locais distantes do núcleo afetivo; → Dificuldade de adaptação a novas situações, como residir em uma nova cidade, morar sozinho e, muitas vezes, longes dos pais. → Processo de adaptação vivenciado pela saída do ensino médio e a entrada no ensino superior; → Lidar com novos colegas, professores e conteúdo que exigem maior autonomia e responsabilidade; → Favorecimento da Síndrome de Burnout (caracterizada como uma redução brusca de afetividade e desempenho no trabalho ou estudos, acompanhado de atitudes negativistas e hostis); → Pouca interação com outros universitários; → Falta de informações sobre a universidade e sobre os cursos; → Infraestrutura e ferramentas precárias nas IES; → Disciplinas introdutórias ruins e desmotivadoras; → Estrutura curricular mal distribuída; → Docentes que não relacionam conteúdos teóricos com a realidade prática da profissão; → Falta de preocupação e de interesse com o aprendizado dos estudantes, por parte dos docentes; → Problemas de relacionamento entre os professores, que impactam diretamente seu trabalho em sala de aula;

(continuação)

AUTORES	CONCLUSÕES
<p>PADOVANI et al. (2014, p. 3- 4) OLIVEIRA et al. (2016, p. 45- 47)</p>	<ul style="list-style-type: none"> → Incompreensão dos docentes sobre a grande importância que os estudantes creditam a eles; → Falta de receptividade por parte dos docentes, coordenações de curso e colegas veteranos (aplica-se aos recém ingressos).
<p>BAADER et al. (2014, p. 172 – 173)</p>	<ul style="list-style-type: none"> → Em estudantes do sexo masculino há maior tendência no desenvolvimento do consumo excessivo de substâncias psicoativas, como drogas e álcool; → Já as estudantes do sexo feminino, possuem maior tendência de apresentarem problemas depressivos e transtornos alimentares como a bulimia e anorexia; → Fatores socioculturais impactam profundamente a saúde mental dos universitários, bem como condições socioeconômicas médias-baixas e o pertencimento a uma cultura ou etnia socialmente estigmatizada.
<p>NOGUEIRA, SEQUEIRA (2017, p. 54)</p>	<ul style="list-style-type: none"> → Poucas horas de sono por dia, em média 5 – 6 horas ou menos que isso; → Sedentarismo e pouca prática de atividades físicas.
<p>ARINÕ, BARDAGI (2018, p. 44 – 50)</p>	<ul style="list-style-type: none"> → Falta de receptividade por parte dos docentes, coordenações de curso e colegas veteranos (aplicado os estudantes que recém ingressaram na IES). → Excesso de carga horária de estudo; → Maior nível de exigência em relação ao processo de formação; → Adaptação da rotina do sono; → Reorganização do tempo e estratégias de estudos; → Momentos de transições e mudanças da vida; → Novos padrões de relacionamentos com a família, novos padrões de relação com professores e colegas; → Dificuldade de adaptação à nova realidade e às novas exigências do ambiente de ES; → Sentimento de não pertencimento ao ambiente universitário e a pouca crença em relação aos pares e aos seus professores; → Crenças dos estudantes sobre sua própria capacidade (denominada de autoeficácia); Quanto menor a autoeficácia maiores as chances de se desenvolver ansiedade, estresse, depressão e em aspectos mais gerais, menor qualidade de vida.

(conclusão)

AUTORES	CONCLUSÕES
GRANER, CERQUEIRA (2019, p. 1340 – 1343)	<ul style="list-style-type: none"> → Maior incidência de transtornos psicológicos na população do sexo feminino; → O uso de substâncias como estratégias de fuga/esquiva dos problemas; → Má qualidade do sono; → Estresse e tensão excessiva; → Dificuldades de fazer amigos → Relações conflituosas na vida pessoal; → Dificuldades com as interações sociais; → Sentir-se rejeitado no ambiente universitário; → Não receber o apoio emocional necessário; → Percepção disfuncional de apoio social; → Dificuldades de adaptação; → Desconforto com o processo avaliativo da universidade e insatisfação com o curso escolhido; → Baixas expectativas com o futuro profissional; → Perfeccionismo extremo; → Supressão da raiva; → Discriminação (racial, idade, classe e orientação sexual); → Preocupação com a segurança pessoal e com agressões; → Dificuldade em ser resiliente; → Séries do curso impactam diretamente na qualidade da saúde mental, tendo em vista que: <ul style="list-style-type: none"> - Primeiro ano: adaptação e aceitação do novo modelo de aprendizagem; - Metade do curso: Início da realização dos estágios e ansiedade sobre a prática; - Anos finais: Preocupação com a inserção no mercado de trabalho ou arrependimento pelo curso escolhido; → Percepção negativa do ambiente acadêmico; Trote; Violência escolar e Bullying.

FONTE: A autora (2020)³⁴

Examinando a tabela anterior é possível notar que há similaridades em algumas conclusões levantadas pelos autores, referente aos supracitados aspectos que ocasionam uma baixa na saúde mental e o consequente estopim do adoecimento psicológico no ES. Dentre os fatores análogos estão: maior incidência de problemas psicopatológicos em indivíduos do gênero feminino, com baixa condição psicossocial

³⁴ A partir de Nogueira e Sequeira (2017); Padovani et al. (2014); Neves e Dalgalarondo (2007); Oliveira et al. (2016); Baader et al. (2014); Ariño e Bardagi (2018) e Graner e Cerqueira (2019).

e socioeconômica; falta de receptividade na universidade; dificuldades de adaptação ao ambiente, às exigências da academia e aos sujeitos que ali se encontram; sono de má qualidade; sensação de não pertencimento ao espaço universitário, o que resulta em dificuldades de relacionamentos sociais, discriminação e o uso descomedido de substâncias.

Outro dado significativo para a compreensão do adoecimento psíquico no ES diz respeito à formação de crenças e convicções que os estudantes forjam sobre sua própria capacidade de realizar atividades, permanecer e/ou agir dentro do ambiente acadêmico, o que a psicologia denomina de autoeficácia (ARIÑO, BARDAGI, 2018). O processo de autoeficácia “funciona como mediador da relação de *coping*³⁵ e o processo de saúde” (ARIÑO, BARDAGI, 2018, p. 45), enunciando que uma baixa autoeficácia promoverá dificuldades de *coping* e um menor sucesso no enfrentamento de estressores, o que por conseguinte piora a qualidade de vida e incita a formação de experiências negativas sobre o ambiente acadêmico. E são essas experiências negativas que, quando solidificadas, causam dificuldades nas relações sociais, na aprendizagem, na saúde e acabam por impulsionar atitudes disfuncionais como o abuso de álcool e drogas, o aumento de comportamentos sexuais de risco, a evasão escolar e até mesmo o suicídio (ARIÑO, BARDAGI, 2018).

Para Graner e Cerqueira (2019, p. 1340), é muito provável que “[...] o uso de substâncias ocorra para atenuar o estresse, sendo uma estratégia de *coping*, do tipo fuga/esquiva [...]”, dilucidando que os comportamentos disfuncionais apresentados pelos universitários ocorrem com a finalidade de fugir ou se esquivar dos problemas, ao invés de buscar resolvê-los.

Diante de todo esse cenário, um fato importante deve ser considerado quando pensamos o papel da IES para além de uma formação acadêmica, uma especialização para o mercado de trabalho e/ou a formação de *expertise*. A universidade faz parte de um período único na vida dos sujeitos, repleto de transições e com o desfecho de uma formação identitária sólida e cidadã. No entanto, estudos evidenciam que a academia não se preocupa em conhecer e trabalhar com as expectativas de seus estudantes (OLIVEIRA et al, 2016), e essas expectativas, muitas vezes utópicas e supervalorizadas, quando não atendidas provocam desmotivações,

³⁵ Implementação de estratégias empregadas para o enfrentamento de estressores, sejam eles ambientais, acadêmicos e etc. Para isso, emprega-se um grande esforço comportamental e cognitivo, que contribuíra para a tomada de decisão do sujeito frente às intemperes cotidianas (ARIÑO, BARDAGI, 2018).

prejuízos no desenvolvimento psicossocial e impactam significativamente “[...] o nível de compromisso e de investimentos dos estudantes, afetando a qualidade da adaptação acadêmica, o nível de aprendizagem [...]” (OLIVEIRA et al, 2016, p. 44).

Cabe às IES promoverem ações assertivas que caracterizem o perfil do seu alunado, viabilizando intervenções institucionais que englobem aspectos psicoeducativos, orientando, articulando e prevenindo ingerências na área da saúde mental e do adoecimento psíquico, nutrindo um ambiente de acolhida e de confiança que intencione o oferecimento de uma formação de qualidade, intimamente associada a uma boa qualidade de vida (OLIVEIRA et al, 2016; ARIÑO, BARDAGI, 2018). A universidade deve, essencialmente, proporcionar aos seus acadêmicos um suporte social estável e seguro, entretanto vale salientar que “[...] não é apenas a presença desses recursos que proporciona o suporte social, é a percepção que a pessoa tem de tal presença que torna o suporte eficaz” (PADOVANI et al, 2014, p. 03).

À vista disso, é imprescindível que o cerne das IES conheça e intervenha sob a atual realidade “[...] para que os estudantes universitários possam vivenciar o período de formação superior sem adoecer em decorrência de fatores acadêmicos associados” (ARIÑO, BARDAGI, 2018, p. 50).

4.1 V PESQUISA DE PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO: DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRA

*“[...] Não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação”
(FREIRE, 1987, p. 78).*

Desde o ano de 1996 o FONAPRACE, em parceria com a ANDIFES, conduz e incentiva a promoção de pesquisas e estudos que evidenciam e caracterizam a população acadêmica presente nas IFES de todo o país. Esses levantamentos possuem um caráter diagnóstico e visam, principalmente, a descrição do perfil socioeconômico e cultural da comunidade discente, bem como a explanação sobre as reais condições e dificuldades vividas por eles. No entanto, o intuito maior desse

“censo acadêmico”³⁶ é impugnar as desigualdades presente no ensino superior público, fomentando políticas públicas que protejam e assegurem a equidade e a permanência digna nessas instituições (FONAPRACE, 2018).

Não obstante,

Além do diagnóstico mais preciso para definição de políticas públicas, a defesa da universidade pública, em geral, e da Assistência Estudantil, particularmente, depende de um rigoroso conhecimento de sua realidade social. Quem é o seu público? Qual é a matéria prima sobre a qual ela se dirige? Qual a composição social das IFES brasileiras? (FONAPRACE, 2018, p. 02).

Até o ano de 2020 apenas cinco dessas pesquisas foram promovidas, sendo elas, respectivamente, nos anos de (I Pesquisa) 1996, (II Pesquisa) 2003, (III Pesquisa) 2010, (IV Pesquisa) 2014 e (V Pesquisa) 2018. Informa-se que para fins de análise e produção desta pesquisa, recorreu-se ao relatório da V Pesquisa, datada em 2018.

Para compor “O universo investigado pela V Pesquisa” (FONAPRACE, 2018, p. 09) foi realizado nacionalmente, do dia 01^o de fevereiro a 30 de junho do ano de 2018, a aplicação de um questionário aos estudantes das IFES. Com o fim da coleta de dados, e diante de um primeiro contato com os resultados obtidos, constatou-se que foram coletadas informações de 65 IFES, com o cadastramento inicial total de 459.000 mil estudantes com matrículas ativas em 355 cursos superiores presenciais, lotados em 395 campus em todo o país. Os discentes participantes são ingressantes no período de 2000-2018, nos turnos Diurno, Noturno e Integral e em cursos de Bacharelado, Licenciatura, Bacharelado e Licenciatura e Tecnológico (FONAPRACE, 2018, p. 10, 262).

Após alguns ciclos de revisões das informações coletadas e eliminações de eventuais inconsistências contidas nas respostas do banco de dados, alcançou-se a amostra final que “compõe-se de 424.128 discentes, resultando em uma fração amostral de 35,34%” (FONAPRACE, 2018, p. 262), considerando que em fevereiro de 2018 alcançava-se o importe de (n=³⁷) 1.200.300 estudantes ativamente matriculados no ensino superior público brasileiro.

³⁶ Que visou levantar informações sobre: perfil básico, moradia, origem familiar, trabalho, histórico escolar, vida acadêmica, atividades culturais, saúde e qualidade de vida e, finalmente, dificuldades estudantis e emocionais (FONAPRACE, 2018, p. 09).

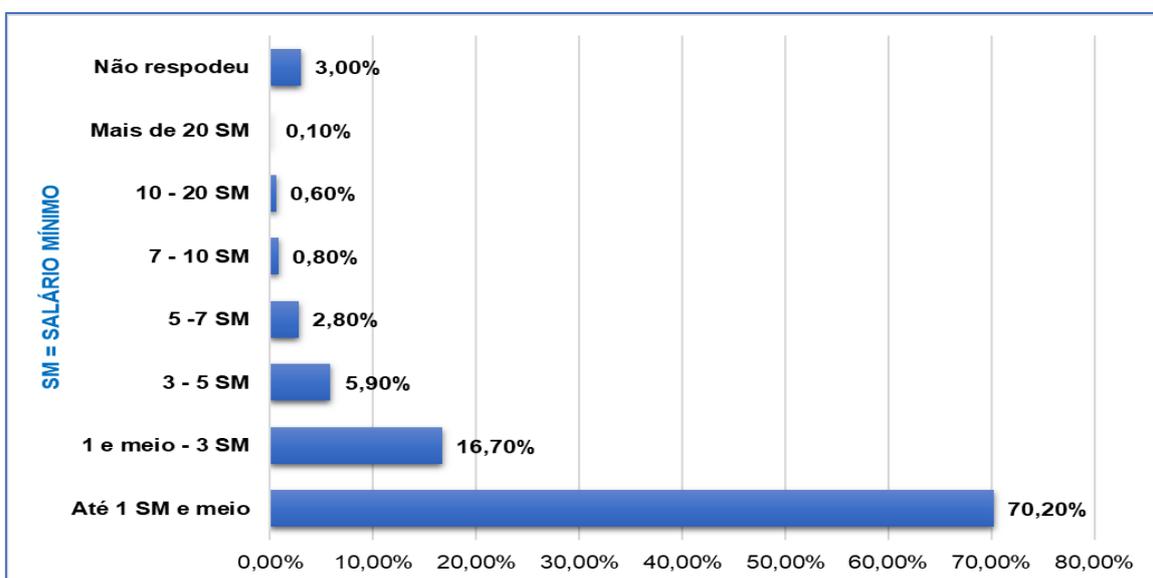
³⁷ Abreviação de número.

Dos (n=) 424.128 discentes avaliados, apenas 15,2% (n= 64.457) dos discentes compõem a área de conhecimento “Ciências Humanas”, sendo que 24,8% desse total (n= 15.985) cursam pedagogia (FONAPRACE, 2018, p. 12). Ainda do número total de estudantes consultados, 64,7% (n= 274.411) deles advêm do ensino básico público, total ou majoritariamente, instituindo-se também como maioria em todos os estados do país, com exceção apenas do Distrito Federal.

O sexo feminino compõe o maior número de discentes universitários no país, totalizando 54,6%, e a média de idade dos estudantes analisados manteve-se em 24,4 anos. No que tange à cor ou raça, 43,3% dos estudantes se declararam Branca; 39,2% Parda; 12% Preta; 2,1% Amarelo e 0,9% Indígena (FONAPRACE, 2018, p. 19-21).

A pesquisa indica que 11,4% (n= 48.351) dos estudantes são pais ou mães, e que desses, 85,3% moram com seus filhos. No que concerne à renda mensal familiar per capita desses estudantes, seus dados lograram uma análise mais sensível, e apresentam-se transpostos no gráfico 4.

GRÁFICO 4 – GRADUANDOS POR FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR PER CAPITA



FONTE: A autora (2020) a partir de (FONAPRACE, 2018, p. 28).

Observando o gráfico, podemos concluir que em um universo de (n=) 424.128 estudantes de ensino superior, aproximadamente (n=) 297.738 deles sobrevivem com até 1 salário mínimo e meio per capita, o que corresponde ao valor de R\$ 954,00 reais³⁸ até, no máximo, R\$ 1431,00 reais.

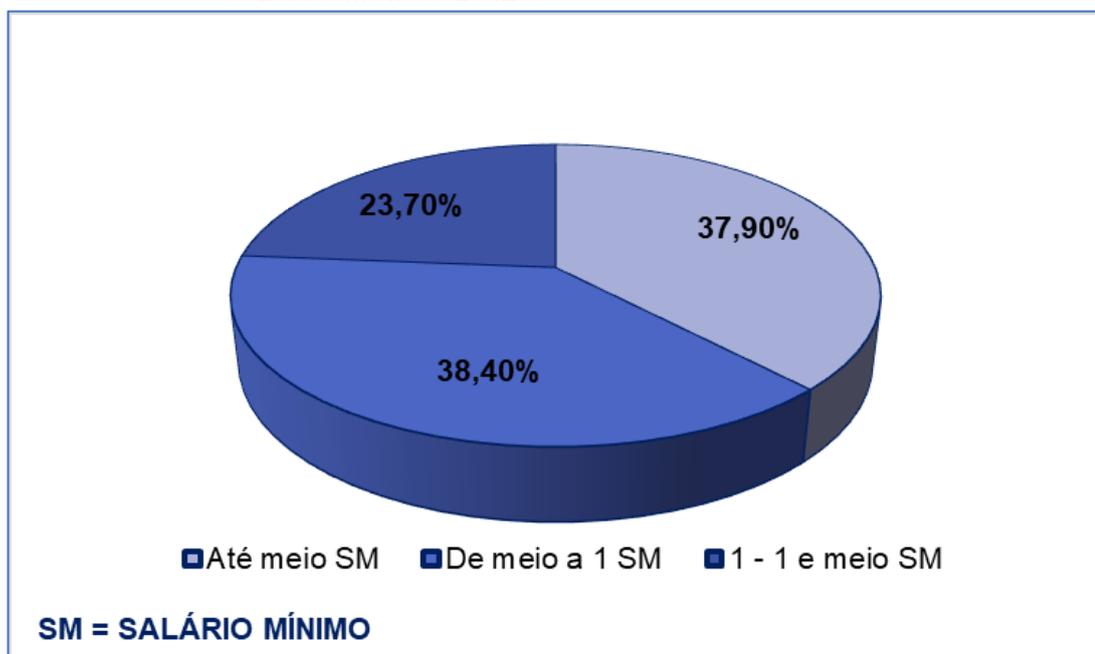
Segundo o FONAPRACE,

³⁸ Valor do salário mínimo no ano de 2018.

Não obstante, é revelador que o percentual de estudantes pertencentes a famílias com renda mensal per capita “Até 1 e meio SM” tenha saltado de 44,3%, em 1996, para 66,2% em 2014, alcançando 70,2% em 2018, o maior patamar da série histórica (2018, p. 32).

Há ainda um outro agravante, no gráfico 5 apresentar-se-á a porcentagem de estudantes que contam com uma renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, desvelando-se que dentre os 297.738 mil estudantes que declararam fruir de renda mensal per capita de até um salário mínimo e meio, 76,3% (n= 227.174) correspondem a faixa de até 1 salário mínimo.

GRÁFICO 5 – GRADUANDOS COM RENDA FAMILIAR PER CAPITA DE ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO E MEIO



FONTE: A autora (2020) a partir de (FONAPRACE, 2018, p. 29).

Destarte, depreendem-se que, infelizmente, há um número alarmante de universitários que sobrevivem com uma baixíssima condição socioeconômica, o que pode consubstanciar-se como um singular fator estressante, que estimula o desencadeamento de disfunções psicológicas durante o ensino superior (FONAPRACE, 2018).

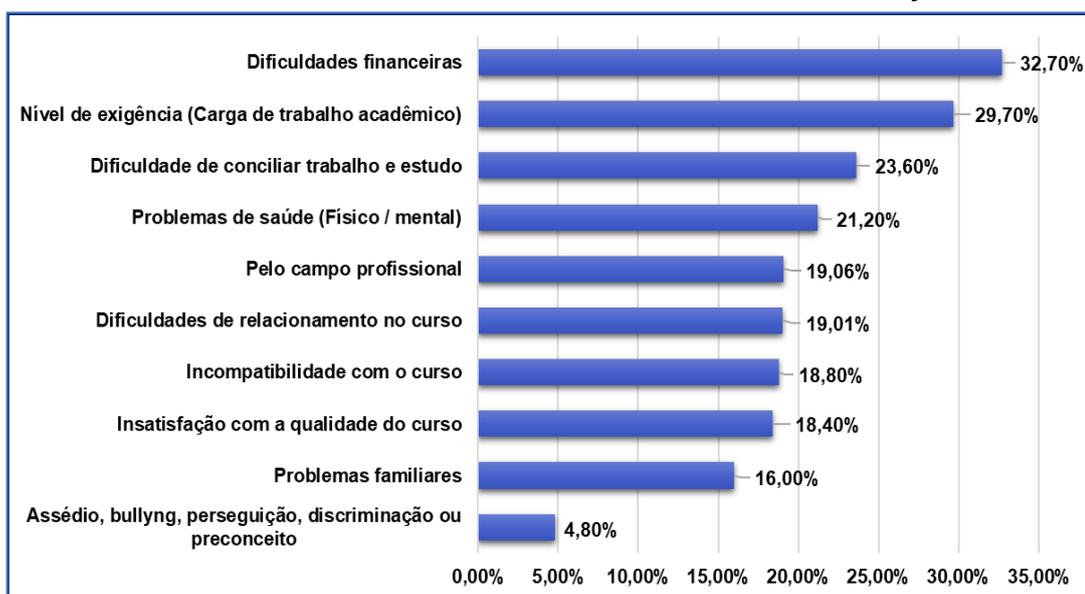
Quando o FONAPRACE (2018) buscou compreender sobre os programas de assistência estudantil, consubstanciados pelo PNAES e ofertados pelas IFES através de ações de suas pró-reitorias de assuntos estudantis, o cenário figurou-se ainda mais estarrecedor e delicado. Segundo o levantamento, 30% dos estudantes que

responderam à pesquisa, aproximadamente (n=) 127.238, tiveram acesso há algum programa de assistência estudantil oferecida pelas IFES e apenas 3% desse montante, (n=) 3.817 daqueles, fruíram do serviço de atendimento psicológico.

Não obstante, todos os programas estudantis de caráter assistencial apresentaram um conspícuo declínio em sua abrangência, quando comparados os resultados obtidos na pesquisa do ano de 2018 (V pesquisa) com aquela de 2014 (IV pesquisa), o que é explícito, por exemplo, na oferta e adesão do programa de atendimento psicológico, que no ano de 2014 aferiu o acesso de 5,1% dos estudantes e, apenas quatro anos depois (2018), ratificou uma queda de 2,1%, atestando, como citado a priori, que apenas 3,0% dos acadêmicos envolvia-se com esse serviço (FONAPRACE, 2018).

A fim de compreender a relação dos estudantes com o ambiente e as exigências inerentes ao ensino superior, eles foram questionados se, em algum momento da sua trajetória universitária, pensaram em abandonar seus cursos e evadir do ES. Surpreendentemente, 52,8% (n= 223.940) dos discentes revelaram já terem cogitado desistir da instrução superior. “E quando inquiridos sobre as razões, e o questionário permitia que fosse marcada mais do que uma alternativa [...]” (FONAPRACE, 2018, p. 178), elencaram suas principais motivações, todas elas dispostas no gráfico 6.

GRÁFICO 6 – PERCENTUAL DE DISCENTES QUE PENSARAM EM ABANDONAR O CURSO, DE ACORDO COM SUAS PRINCIPAIS MOTIVAÇÕES



FONTE: A autora (2020) a partir de (FONAPRACE, 2018, p. 179).

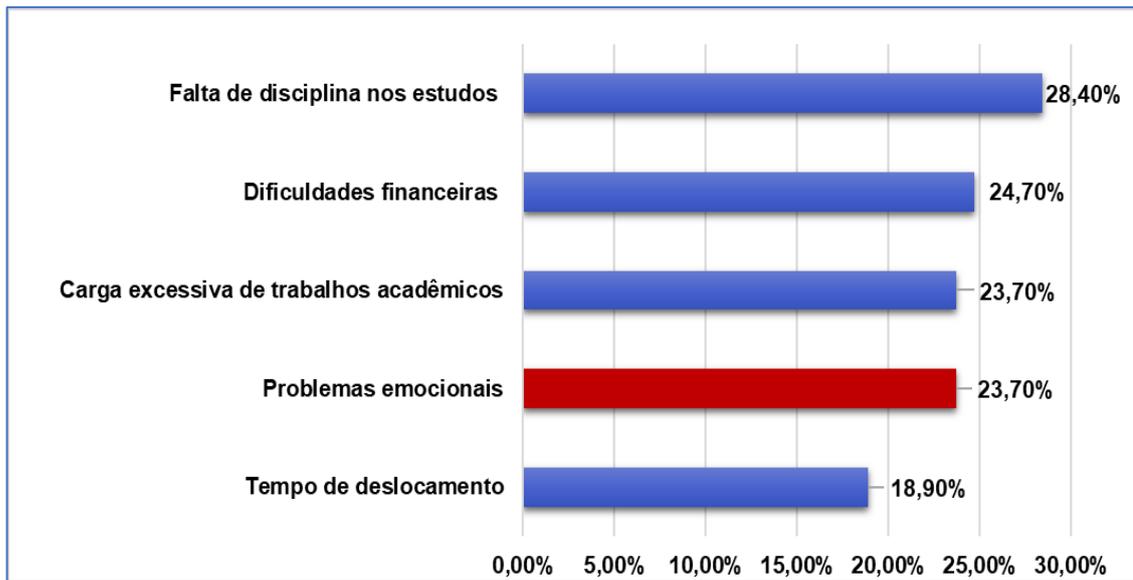
Constata-se que as três principais motivações que tencionam um possível abandono do curso correspondem, respectivamente: às dificuldades financeiras: 32,7% (n= 138.690 disc.³⁹); ao nível de exigência acadêmica: 29,70% (n= 125.966 disc.); e à dificuldade de conciliar o trabalho com as demandas estudantis: 23,60% (n= 100.094 disc.). Do montante de n= 223.940 estudantes que já refletiram sobre uma possível evasão, 56,8% (n= 127.198 disc.) são cobertos pela assistência estudantil, sendo que 55,6% (n= 124.511 disc.) são oriundos da área de Ciências Exatas e da Terra, 55,6% (n= 124.511 disc.) das Ciências Biológicas e, 54,5% (n= 122.047 disc.) das engenharias, todas acima da distribuição geral nacional (52,8%) citada anteriormente (FONAPRACE, 2018, p. 180).

Outro dado relevante refere-se ao percentual de estudantes que já cogitaram abandonar o ensino superior por problemas de saúde (física e mental), sendo considerada a quarta justificativa mais expressiva, com uma porcentagem de 21,20% (n= 89.915) do total discente, distante apenas 11,5% da alegação mais comum, suscitada pelas dificuldades financeiras (FONAPRACE, 2018).

A pesquisa também buscou elencar as principais adversidades que os acadêmicos vivenciaram durante sua trajetória no ensino superior, e findou que a falta de disciplina nos estudos, as dificuldades financeiras, os problemas de caráter emocional, a carga excessiva de trabalhos acadêmicos e o tempo de deslocamento até a universidade são os empecilhos mais recorrentes citados por eles. No gráfico 7 encontra-se listado as cinco principais dificuldades estudantis que impactam substancialmente, segundo os próprios discentes, o desempenho acadêmico, designando-se a porcentagem de cada infortúnio relatado a priori.

³⁹ Abreviação de discentes.

GRÁFICO 7 – AS 5 PRINCIPAIS DIFICULDADES ESTUDANTIS QUE IMPACTAM NO DESEMPENHO ACADÊMICO

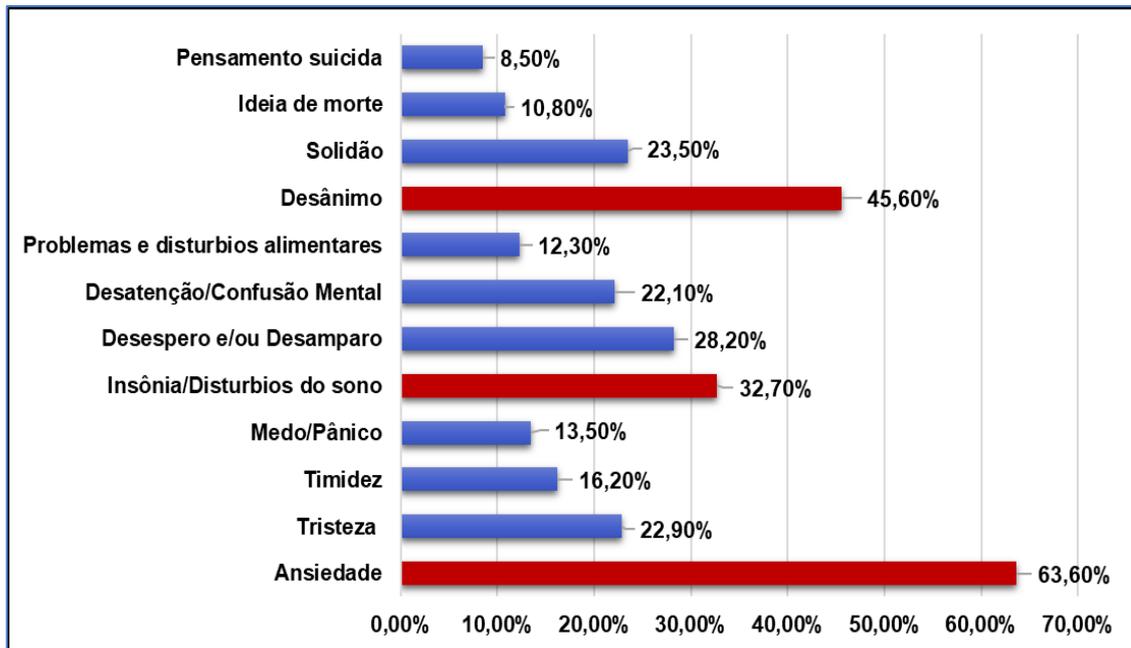


FONTE: A autora (2020) a partir de (FONAPRACE, 2018, p.157).

A posteriori, os estudantes foram questionados sobre a existência de dificuldades emocionais durante sua trajetória no ensino superior, e o resultado foi alarmante, considerando que 83,5% deles (n= **354.147**) alegaram enfrentar dificuldades emocionais que impactam negativamente seu rendimento acadêmico (FONAPRACE, 2018, p. 203, grifo nosso). Optou-se por analisar “as dificuldades emocionais que interferiam na vida acadêmica de estudantes nos 12 meses anteriores à pesquisa” (fevereiro 2017 – fevereiro 2018), o resultado encontra-se disposto no gráfico 8 e evidencia que a ansiedade, o desânimo e a insônia (distúrbios do sono) são as três adversidades anímicas mais corriqueiras encontradas por eles (FONAPRACE, 2018, p. 203), sendo que a ansiedade por si só já “[...] afeta 6 a cada 10 estudantes” (FONAPRACE, 2018, p. 229).

O gráfico 8 nos possibilitará apreender sobre quais são as principais dificuldades emocionais que interferem no rendimento acadêmico dos estudantes das IES.

GRÁFICO 8 – DIFICULDADES EMOCIONAIS QUE INTERFERIRAM NO RENDIMENTO ACADÊMICO (NOS ÚLTIMOS 12 MESES DO ANO DE 2017-2018)



FONTE: A autora (2020) a partir de (FONAPRACE, 2018, p. 204).

Esse importante estudo produzido pelo FONAPRACE, em parceria com a ANDIFES e perscrutado até aqui, revela que há dois fatores excepcionalmente preocupantes e que permeiam, inexoravelmente, a temática principal dessa pesquisa. O FONAPRACE (2018, p. 199) advertiu que 67,6% dos (as) entrevistados (n= 286.711) nunca tiveram acesso a nenhum tipo de atendimento psicológico, e mais grave ainda, a “Ideia de morte afeta 10,8% da população-alvo e pensamento suicida 8,5%” (FONAPRACE, 2018, p. 229). Ou seja, (n=) 45.806 estudantes idealizam a morte, enquanto (n=) 36.051 desenvolvem pensamentos e ideias suicidas.

Cabe concluir que “Está acesa a luz vermelha da atenção à saúde mental. Um crescimento preocupante não fosse o fato de que o suicídio já é considerado a segunda causa de morte entre o público universitário” (SANTOS, 2017, apud FONAPRACE, 2018, p. 229).

4.2 A PEDAGOGIA COMO FOCO DE ESTUDO

Pedagogia é, então, o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação – do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais (LIBÂNEO, 2001, p. 6).

Há uma diversidade de denominações e conceitos que buscam alcunhar um significado para a Pedagogia, determinando-a como: “[...] um campo de conhecimento sobre a problemática educativa [...] uma diretriz orientadora da ação educativa”, por assim dizer, um “[...] campo de conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação – do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana” (LIBÂNEO, 2001, p. 06); “[...] ciência *da e para* a educação, [...] a teoria e a prática da educação” (SCHIMIED-KOWARZIK apud LIBÂNEO, 2001, p. 06).

Já Paulo Freire sistematiza-a como a ciência *in loco* na tensão dialética entre a ação e a reflexão, em que teoria e prática estão em um diálogo permanente, segundo o autor “[...] não existe uma pedagogia única. Existem **pedagogias** que correspondem a determinadas intencionalidades formativas e [...] se assentam em matrizes ideológicas distintas [...] na dinâmica social” (STRECK et al, 2015, p. 384, tradução nossa⁴⁰, grifo nosso). Para Pimenta e Libâneo a pedagogia é designada como

[...] uma reflexão teórica baseada nas práticas educativas e sobre elas. Investiga os objetivos sociopolíticos e os meios organizacionais e metodológicos de viabilizar os processos formativos em contextos socioculturais específicos [...] (1999, p. 252).

Sabe-se também que a Pedagogia “[...] é um campo de estudo com identidade e problemáticas próprias” (LIBÂNEO, 2001, p. 10-11), que encontra-se permeada por uma teia de relações complexas e frágeis que ainda promove nos perfis sociais, éticos, políticos e morais, uma racionalidade desumanizadora, “barbarizadora”⁴¹ e mercantilista. Libâneo (2001) recorre à ideia de que a pedagogia vem se reestruturando e se redescobrimo social e culturalmente, no entanto, salienta-se que o fenômeno educativo, interiorizado em uma sociedade política e conflituosa, impõe à ciência da educação um direcionamento explícito para sua ação, que deve condescender a gestão social e política vigente (LIBÂNEO, 2001). Felizmente, “[...] toda experiência social, até as mais brutais, de sofrimentos, de vitimação, de opressão produz conhecimento, indagações radicais, leituras lúcidas de si e do mundo, leitura

⁴⁰ No original: “[...] no existe una pedagogia única. Existen pedagogías que corresponden a determinadas intencionalidades formativas y [...] se asientan en matrices ideológicas distintas [...] en la dinámica social” (STRECK et al, 2015, p. 384).

⁴¹ Para saber mais: ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. In: Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

das relações de poder [...]” e conseqüentemente, “[...] a tomada de consciência política [...]” (ARROYO, 2017, p. 09). Hoje, mais do que nunca, há “[...] à necessidade de formar sujeitos racionais, mediante a valorização da razão crítica, o resgate do sentido da busca da autonomia e a afirmação de uma ciência não absolutizada conectada ao contexto social e cultural” (LIBÂNEO, 2001, p. 23).

Destarte, compete ao pedagogo (profissional plurifacetado, diplomado no curso superior de Pedagogia, com atribuições ímpares e essenciais) comprometer-se moral e eticamente com seu objeto de estudo primeiro: a educação, bem como com os agentes que fazem parte do processo de trabalho pedagógico (estudantes, escola e afins).

A partir dessa breve discussão sobre a pedagogia, seu campo de atuação e suas especificidades, é salutar discorrer, especificamente, sobre o modo de organização do curso de pedagogia da UFPR, analisando a constituição do seu Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPC), que compor-se-á e traçará, para além do PPC (UFPR, 2019), o perfil dos sujeitos “*outros*”⁴², que nessa IFES constituem-se como discentes, futuros pedagogos (as) e professores (as).

Sendo considerado uma licenciatura, o curso de Pedagogia da UFPR trabalha atualmente com duas versões de currículos concomitantes (2008 e 2019), este último atualizado no ano de 2018, a fim de readequar-se às solicitações do MEC e do CNE. O curso, conforme o PPC versão 2019, manteve-se anual, com disciplinas semestrais (permanecendo com um número mínimo de disciplinas anuais); sendo disposto nos turnos Matutino e Noturno; compreendendo uma carga horária total de 3200 horas (podendo o discente integralizá-las em um período mínimo de 05 e máximo de 08 anos), com a oferta de 170 vagas anuais⁴³. O PPC elucida também informações pertinentes ao Perfil e aos Objetivos do Curso; o Perfil do Egresso; as Formas de Acesso ao Curso; o Sistema de Avaliação do Projeto do Curso e do Processo de Ensino-Aprendizagem; a Metodologia; a Orientação Acadêmica; o Núcleo Docente Estruturante; o Trabalho de Conclusão de Curso; as Atividades Complementares; os

⁴² Jovens, adultos, idosos que “[...] trazem experiências sociais, raciais, de gênero, de trabalho e de sobrevivência dramáticas, de percursos escolares tensos. Trazem às escolas histórias de lutas por direitos ao trabalho, à moradia, a um viver digno e justo [...] levam a consciência do direito a saber mais de si mesmos, de sua história, de seu ser no mundo, nas relações sociais, raciais, de gênero, saber mais de si nas relações de trabalho, de poder [...]” (ARROYO, 2014, p. 158-159).

⁴³ Lotadas no Campus Reitoria, fixado na Rua General Carneiro, nº 460 – Edifício Dom Pedro I, na cidade de Curitiba-PR (UFPR, 2019, p. 02). Atualmente, a coordenação do curso é composta pela Coordenadora (e também orientadora desta pesquisa), Professora Doutora Roberlayne Borges Roballo e pela Vice Coordenadora, Professora Doutora Leziany Silveira Daniel.

Estágios Curriculares; o Quadro Docente e Técnico-Administrativo; a Infraestrutura; a Acessibilidade e, finalmente, a Matriz Curricular (UFPR, 2019).

Cabe aqui realizar um recorte temático, observando minuciosamente quais dados documentais contribuirão, diretamente, para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa, reconhecendo-se que, diante de todas as relevantes e essenciais particularidades presentes no PPC, há uma que merece redobrada atenção: o Perfil do Egresso. Convém salientar que todos os dados e informações relativas ao perfil do egresso do curso de Pedagogia da UFPR foram coletados através do Questionário Socioeducacional, preenchido pelos inscritos no Processo Seletivo (vestibular) para o curso de Pedagogia, nos anos de 2016 a 2018, bem como também pelo Questionário do Estudante do ENADE - ano 2014, sendo um exame aplicado aos discentes do curso em sua fase de conclusão (UFPR, 2019).

A seguir, apresenta-se no quadro 5 a relação entre gênero dos candidatos aprovados no processo seletivo para o curso de pedagogia, nos turnos matutino e noturno, apresentando-se também uma média das aprovações ocorridas entre os anos de 2016 a 2018.

QUADRO 5 – GÊNERO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PARA O CURSO DE PEDAGOGIA, NOS TURNOS MANHÃ E NOITE

Nº	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
Feminino	108	124	127
Masculino	11	12	10
EM TRÊS ANOS (2016 – 2018)			
359 aprovados do gênero Feminino		33 aprovados do gênero masculino	

FONTE: A autora (2020) a partir de (UFPR, 2019).

É possível observar a acentuada presença feminina entre os aprovados nos processos seletivos para o curso de Pedagogia, salientando que “[...] a média dos anos observados gira em torno de quase 92% de presença feminina” (UFPR, 2019, p. 10). O baixo número de estudantes do gênero masculino no curso de pedagogia deve-se, talvez, ao preconceito social enraizado que subjuga a atividade do pedagogo (a)

e docente ao tripé “ESPOSA – MATERNIDADE – DOCÊNCIA”, rejeitando social e civilmente a atuação do gênero masculino no cuidado com crianças⁴⁴.

Já no quadro 6, disposto a seguir, observa-se que os discentes do curso de pedagogia são, em sua maioria, brancos, seguidos de pardos e pretos. O curso contou com a inserção de apenas um indígena em três anos, sendo ele matriculado em regime noturno. Segundo o PPC, os dados extraídos do ENADE 2014 confirmam essa tendência, afirmando que próximo dos 77% daqueles que realizaram o exame se autodeclararam brancos (UFPR, 2019).

QUADRO 6 – PERTENCIMENTO DE RAÇA/COR DOS DISCENTES DO CURSO DE PEDAGOGIA, DOS TURNOS MATUTINO E NOTURNO

Nº	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018	
Branca	83	109	101	
Preta	07	13	06	
Amarela	01	0	05	
Parda	28	13	25	
Indígena	00	01	00	
EM TRÊS ANOS (2016 – 2018)				
Branca 293	Preta 26	Amarela 06	Parda 66	Indígena 01

FONTE: A autora (2020) a partir de (UFPR, 2019).

Já no que tange à faixa etária dos discentes do curso de Pedagogia da UFPR, o PPC ressalta que:

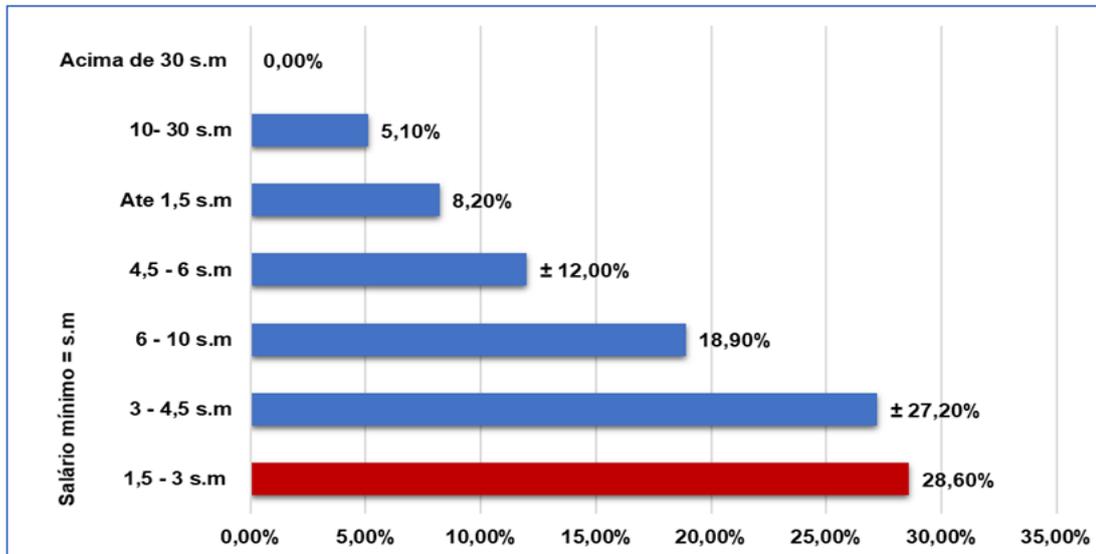
A faixa etária dos concluintes do Curso de Pedagogia da UFPR é proporcionalmente maior dentre os frequentadores do turno noturno, posto que cerca de 36% deverão ter em média 28 anos idade à época da conclusão do curso, posto que ingressaram com idade média de 23 anos, segundo dados do Questionário Socioeducacional do NC/UFPR (UFPR, 2019, p. 11).

Quando falamos sobre a renda per capita mensal dos estudantes do curso de Pedagogia que prestaram a prova do ENADE no ano de 2014 (gráfico 09), deparamo-

⁴⁴ Para saber mais, consulte: PASCHOAL, J.; AGUIAR, L.; BOLSONARO, V. **Projeto de Lei Nº 1.174/2019**. Confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil e traz outras providências. Assembleia Legislativa de São Paulo, 15 de out. 2019. São Paulo: 2019. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000292074>. Acesso em 01 de out. 2020.

nos com uma realidade muito presente nas IFES, principalmente na área da educação.

GRÁFICO 9 – RENDA FAMILIAR PER CAPITA DOS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA QUE REALIZARAM A PROVA DO ENADE 2014⁴⁵



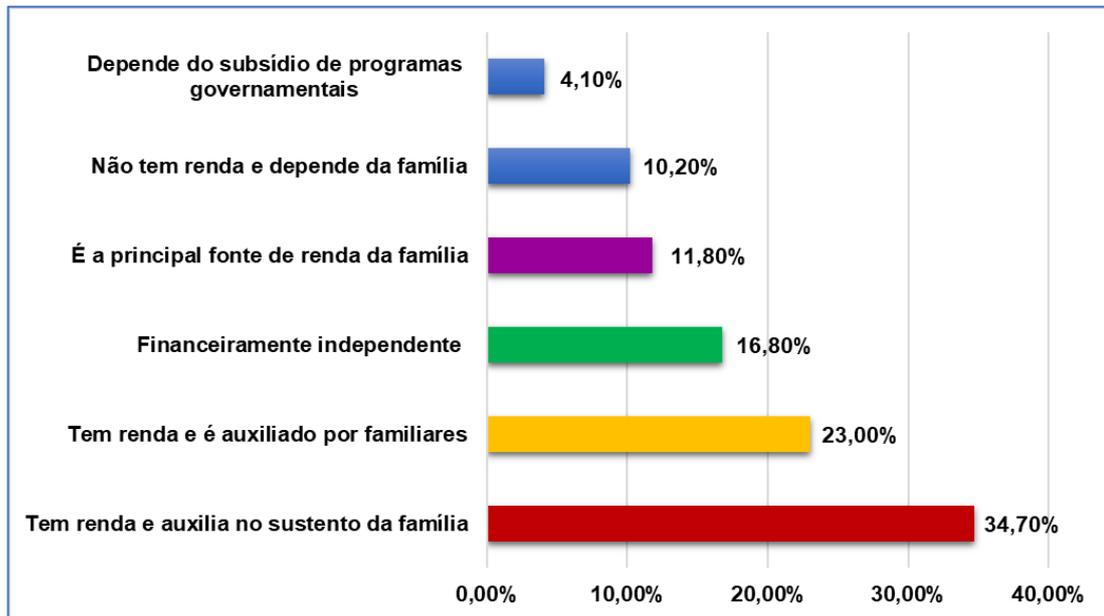
FONTE: A autora (2020) a partir de (UFPR, 2019); (BRASIL, 2014).

Os dados elencados no gráfico evidenciam uma eminente “[...] fragilidade econômica em um contingente grande de estudantes do curso” (UFPR, 2019, p.12), e convém lembrar que esta pesquisa já indicou, anteriormente, que a dificuldade financeira representa a primeira causa para o eventual abandono do curso superior, sendo também o segundo fator estressante que mais impacta o desempenho acadêmico dos discentes.

Uma última análise do PPC do curso de Pedagogia da UFPR, bem como dos dados coletados no ENADE 2014, é essencial para compreensão da trajetória acadêmica dos discentes dentro das IES, quando permite-se avaliar a situação financeira individual dos concluintes, elencadas no gráfico 10.

⁴⁵ Saliencia-se que no ano de 2014 o salário mínimo correspondia à quantia de R\$ 724,00 reais.

GRÁFICO 10 – SITUAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL DOS CONCLUINTE DO CURSO DE PEDAGOGIA, SEGUNDO RELATÓRIO DO ENADE 2014



FONTE: A autora (2020) a partir de (UFPR, 2019); (BRASIL, 2014).

Através de uma análise do gráfico acima, afere-se que a maioria dos concluintes do curso Pedagogia concluem o ensino superior já possuindo renda fixa, o que significa que 83,3% dos pedagogos (as) formados em 2014 haviam sido inseridos no mercado de trabalho. Evidencia-se também que 46,7% deles contribuem com as despesas familiares, sendo que 11,8% constituem-se como principal provedor da renda de seus familiares.

No trajeto constitutivo de todo o quarto capítulo desta pesquisa, observou-se que o *continuum* da trajetória acadêmica é marcado por múltiplos fatores que podem determinar o sucesso e/ou a evasão no ensino superior. Fatores estressores, como a distância da família, a falta de receptividade da IES, a sensação de não pertencimento ao grupo social que compõe as instituições, a falta de recursos financeiros, emocionais e psicológicos, agravam-se em um ambiente novo e levam à universidade problemáticas que estão aquém de suas atribuições. Desvela-se no ensino superior complexas realidades sociais, culturais, de gênero e tantas outras, porque nós, como seres biopsicossociais, estamos em constante processo de mudança e ressignificação de vivências e realidades, e o papel da universidade é primordial para fortalecer vínculos, ressignificar experiências sociais e culturais traumáticas, munindo os sujeitos de ferramentas que sejam capazes de possibilitar-lhes mudanças, suas

próprias mudanças. No entanto, quando falamos dessa adaptação, é preciso reconhecer que a universidade é uma instituição de caráter educacional, que acolhe, porém, problemáticas oriundas do meio social, como a violação de direitos, desigualdades, preconceitos que, indiretamente, refletem no âmago estudantil da instituição.

Assim, efetiva-se a necessidade de que é preciso dar voz aos estudantes de Pedagogia da UFPR, para que expressem seus sentimentos, opiniões, anseios e medos. Dessa forma, o quinto capítulo será dedicado aos discentes do curso, pois através de um questionário, oportunizou-se a eles um espaço de expressão sobre as problemáticas de saúde mental enfrentadas no ambiente universitário.

5 “AS VOZES QUE NÃO QUEREM CALAR-SE” – O QUE DIZEM OS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DA UFPR?

Diante de toda a explanação até aqui realizada, percebe-se que para além de um levantamento bibliográfico de estudos, que fomentaram a compreensão das principais características do adoecimento psíquico dos sujeitos inseridos no ensino superior, infere-se a urgente necessidade de dar voz aqueles que vivenciam essa prática cotidiana. É imprescindível escutar os discentes do curso de pedagogia da UFPR, já que compõem o tema central desse trabalho.

Destarte, no mês de maio do ano de 2020, utilizando-se de um instrumento de coleta de dados, tecemos um breve questionário, com perguntas sucintas que vislumbravam “[...] a obtenção de informações acerca do que a pessoa sabe, crê ou espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez [...]” (GIL, 2017, p. 94). O questionário fechado, contemplando os “[...] objetivos específicos da pesquisa em itens bem rígidos [...]” (GIL, 2017, p. 95), foi elaborado com a intenção de conhecer melhor o atual público estudantil do curso de pedagogia da UFPR, buscando elucidar também qual é a sua relação com a saúde mental e com o serviço de acolhimento psicológico ofertado pela PRAE da instituição.

O questionário denominado “A saúde mental no curso de pedagogia da UFPR e o Acolhimento Psicológico prestado pela PRAE” contemplou vinte e três questões fechadas, sendo vinte e duas delas de múltipla escolha e apenas uma com a possibilidade de resposta discursiva breve. As questões foram divididas em dois grupos, sendo eles informações pessoais e informações pertinentes ao tema da saúde mental. Antes que o campo de questões fosse acessado, exigiu-se do respondente a concordância com o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (ANEXO I), sendo sua participação totalmente facultativa e possível de ser interrompida a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Todas as informações coletadas são anônimas, destacando-se que nenhum dado pessoal, como nome e/ou e-mail, fora solicitado. (Para consultar o questionário completo, favor verificar ANEXO II).

O referido questionário foi encaminhado para os estudantes via e-mail da coordenação do curso de pedagogia (ANEXO III) e também através dos grupos estudantis reunidos no *WhatsApp*. O primeiro envio do questionário via e-mail se deu no dia três de junho do ano de 2020, salientando-se que posteriormente, no mês de

julho, o questionário foi reencaminhado mais uma vez, aceitando respostas até o dia treze de julho de 2020.

É importante dilucidar que o questionário se deparou com uma considerável aceitação do público-alvo, já que angariou a contribuição de cento e cinquenta e quatro (n=154) discentes, correspondendo a um percentual de 19,25% das atuais (n= 800) matrículas ativas no curso, que juntos compuseram o âmago deste trabalho. Convém aqui redigir um alerta, já que o número satisfatório de respostas obtidas através de um questionário encaminhado via e-mail, aberto por apenas quarenta e um dias, em um período de recesso acadêmico devido à pandemia de Sars-Cov-2, previamente nos aponta para uma urgente necessidade pessoal de fala sobre a saúde mental, sobre sentimentos e sobre o desenvolvimento de uma escuta sensível dentro das IES, que devem promover uma mitigação do mal-estar e do adoecimento psicológico de seus membros estudantis. Para a interpretação dos dados, algumas perguntas foram reunidas em uma única planilha e/ou gráfico, a fim de otimizar as informações e relacioná-las entre si.

Antes de iniciarmos a discussão dos resultados obtidos através do questionário, cabe aqui uma breve explicação sobre uma nova fonte de dados que não havia sido contemplada no início desta pesquisa, mas que irá consubstanciar todas as demais informações já obtidas até o momento. Através de uma carta de solicitação com algumas questões inqueridas (com o intuito único de obter-se informações mais atualizadas a respeito da oferta do serviço de acolhimento psicológico, e da característica do público oriundo do curso de pedagogia), encaminhada via e-mail (ANEXO IV) para a chefe do departamento de psicologia da PRAE, Lauren Machado Pinto, com uma posteriori reunião sugerida por ela e realizada por vídeo conferência no dia 21 de outubro do ano de 2020, foi possível complementar de forma significativa os dados já coletados. Assim, salienta-se que todos os novos dados fornecidos pela chefia da UAPS foram extraídos tanto do IV Fórum⁴⁶ de Avaliação e Planejamento das Políticas de Apoio e Assistência Estudantil da PRAE, quanto da base de dados do Relatório Anual de Pedagogia (UFPR, 2019b).

Nos dias 10 e 11 de novembro do ano de 2019, aconteceu a realização do IV Fórum de Avaliação e Planejamento das Políticas de Apoio e Assistência Estudantil da PRAE – UFPR, realizado em parceria com a Seção de Políticas Afirmativas,

⁴⁶ Espaços utilizado para discussões e reflexões a cerca de um tema.

Assuntos Estudantis e Comunitários (SEPOL- LITORAL). Neste evento “[...] são apresentadas e avaliadas as atividades desenvolvidas durante o ano e se planejam as políticas e as ações para o ano seguinte” (UFPR, 2019b). A posteriori, munidos dos dados levantados, a equipe da PRAE produziu, dentre outros documentos, o Relatório Anual de Pedagogia, que fora arquivado no banco de dados da Pró-reitoria.

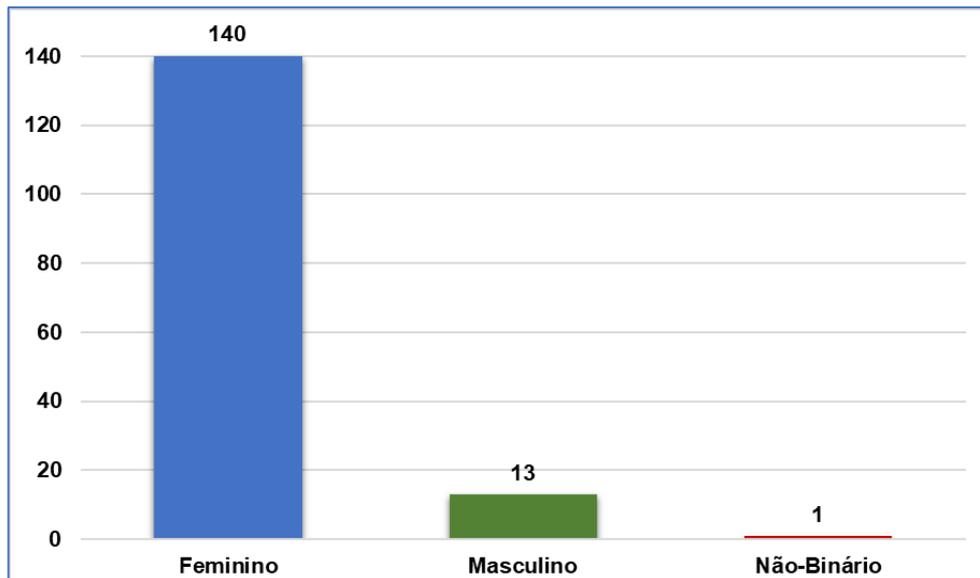
5.1 “O QUE AS VOZES REVELARAM?” ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO DOS DADOS E SUAS CONEXÕES COM O FONAPRACE (2018), COM O PPC DE PEDAGOGIA (UFPR, 2019A) E COM O RELATÓRIO ANUAL DE PEDAGOGIA DA PRAE (UFPR, 2019B)

*“Após, ou juntamente com a análise, pode ocorrer também a interpretação dos dados, que consiste, fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente”
(GIL, 2017, p. 103).*

Sob a perspectiva de, inicialmente, delinear-se o atual perfil pessoal dos discentes do curso de pedagogia da UFPR, as primeiras informações pertinentes se referem à constituição de gênero, situação de moradia, ano do curso, renda familiar per capita, raça/etnia, faixa etária e recebimento, ou não, de subsídios assistenciais por parte desses estudantes.

No gráfico 11 apresenta-se a composição geral dos gêneros dos estudantes que responderam ao questionário enviado, evidenciando-se que o gênero feminino se constitui como parcela substancial das matrículas ativas na graduação de pedagogia da UFPR, e correspondem a mais de 90% dos n=154 discentes respondentes, fato esse que vai ao encontro das informações contidas no PPC do curso, que estimou em três anos (2016 a 2018) a aprovação de 359 sujeitos do gênero feminino e de apenas 33 do gênero masculino que prestaram o vestibular para o curso de pedagogia da UFPR. Convém salientar também que o público feminino corresponde a 54,6% da média nacional dos estudantes das IFES do país (FONAPRACE, 2018).

GRÁFICO 11 – GÊNEROS DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DA UFPR

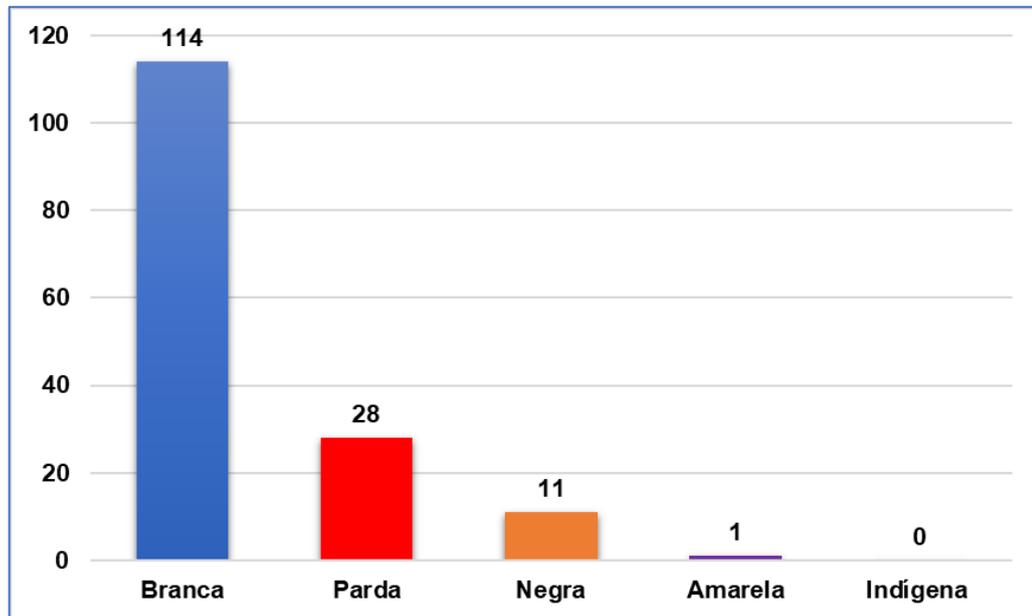


FONTE: A autora (2020).

É interessante destacar que tanto Neves e Dalgallarrondo (2007), quanto Baader et al. (2014) e Ariño e Bardagi (2018) afirmaram, como já mencionado no capítulo anterior, que o gênero feminino possui maior facilidade para a incidência de transtornos psicológicos, especificamente com quadros depressivos e/ou alimentares. Logo, o curso de pedagogia da UFPR, majoritariamente composto por discentes do gênero feminino, possui uma pré-disposição de encontrar em seu alunado maiores taxas de problemas de caráter depressivo. Não há uma regra para isso, no entanto, os estudos já realizados podem dar uma ideia da condição a ser enfrentada pelos cursos de graduação, de acordo com o perfil de seus estudantes.

Já no que diz respeito à constituição de raça/etnia dos estudantes, evidencia-se que uma parcela significativa (um pouco mais de dois terços dos respondentes) se auto identificam da raça branca. No gráfico 12 é possível visualizar essa distribuição por autoidentificação de raça/etnia.

GRÁFICO 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS ACADÊMICOS DE PEDAGOGIA DA UFPR DE ACORDO COM AUTO IDENTIFICAÇÃO DE RAÇA/ETNIA

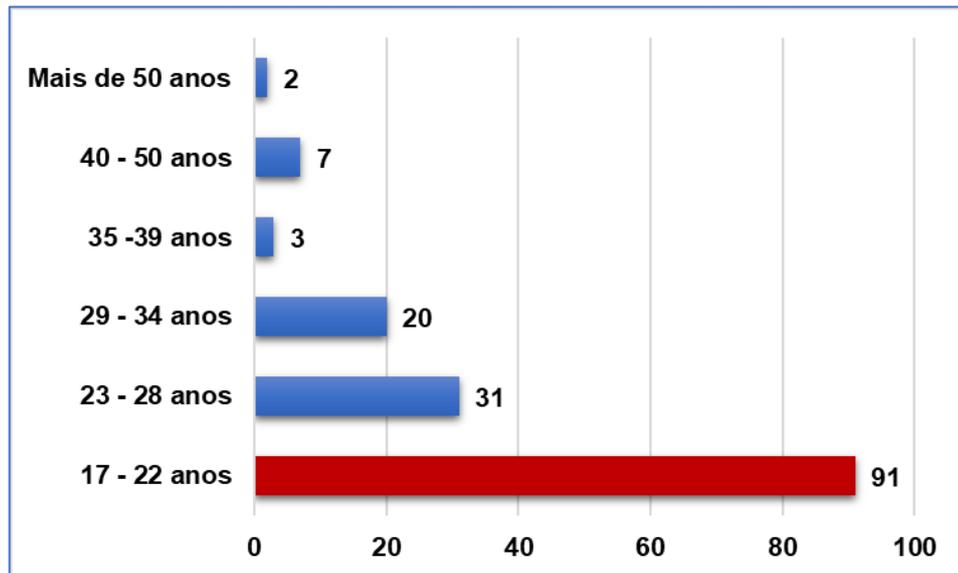


FONTE: A autora (2020).

Assim como já mencionado no PPC, o curso de pedagogia da UFPR é composto majoritariamente por sujeitos auto identificados da raça branca, seguidos por pardos e negros, assemelhando-se à média nacional estipulada pelo FONAPRACE (2018), que evidenciou o montante de 43,3% dos estudantes analisados pela V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das IFES autodenominados da raça branca, seguidos por 39% parda e 12% preta.

Quando falamos na composição etária dos estudantes do curso, nos debruçamos sobre a constituição de um público acadêmico relativamente jovem, em que mais de 59% dos respondentes do questionário se incluem na faixa dos 17 até os 22 anos de idade. No gráfico 13 é possível observar o quantitativo de respostas para cada faixa etária aproximada.

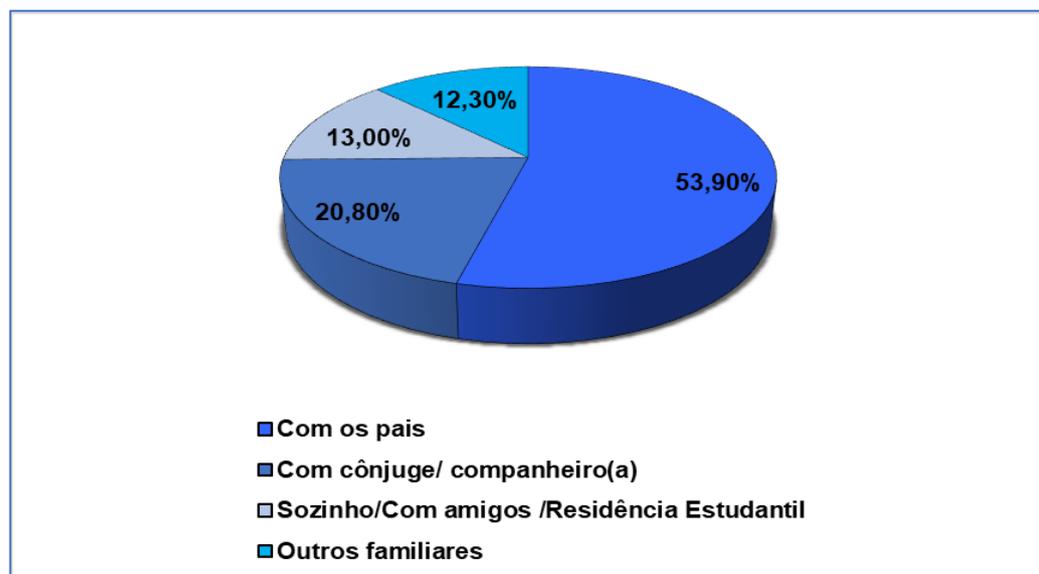
GRÁFICO 13 – FAIXA ETÁRIA DOS DISCENTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPR



FONTE: A autora (2020).

Com o intuito de saber mais sobre a moradia dos estudantes, uma das perguntas do questionário indagava-os com quem residiam, e no gráfico 14 podemos observar que mais da metade deles moram com os pais.

GRÁFICO 14 – CARACTERÍSTICA DE DIVISÃO DE MORADIA DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DA UFPR



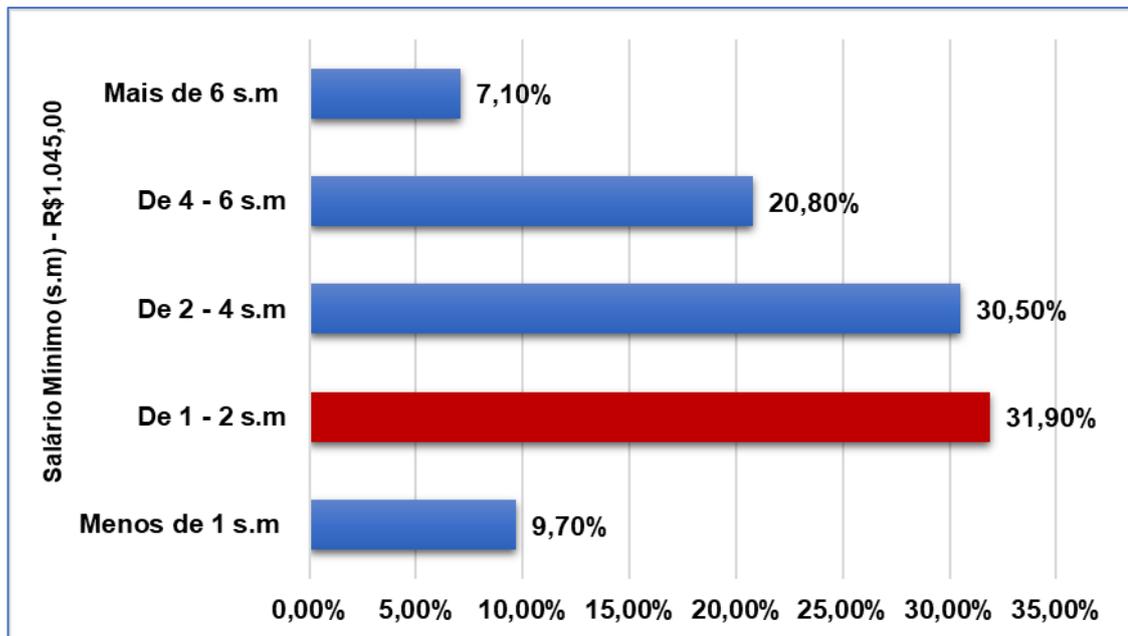
FONTE: A autora (2020).

Com base nessa informação, constata-se que da amostragem analisada apenas 13% dos discentes moram sozinhos, com amigos ou em Residência Estudantil, o que sugere que apenas uma pequena parcela do montante total

acadêmico convive com o estressor de residir em locais distantes do núcleo familiar afetivo. Segundo Padovani et al (2014) e Oliveira et al (2016), conviver longe da família, morar sozinho e ter de se adaptar a um novo lar, sustenta um dos fatores estressores que desencadeiam o adoecimento psicológico de estudantes universitários.

Aos acadêmicos do curso de pedagogia da UFPR, percebe-se que um outro fator estressor é mais preocupante, aquele que diz respeito à condição socioeconômica familiar dos mesmos. A fim de conhecer um pouco melhor essa realidade, uma das perguntas do questionário indagou-os sobre a composição de sua renda familiar per capita. As respostas estão dispostas a seguir, no gráfico 15.

GRÁFICO 15 – RENDA PER CAPITA DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DA UFPR



FONTE: A autora (2020).

Tendo como base tanto a análise do PPC do curso, quanto a composição apresentada no gráfico 15, conclui-se que os discentes do curso de pedagogia da UFPR dispõem de uma renda familiar per capita semelhante ao padrão médio nacional, estipulado pelo FONAPRACE (2018). De acordo com o gráfico, 41,6% dos respondentes do questionário (n=154) possuem renda familiar per capita de até 2 salários mínimos, o que fica entre R\$ 1.045,00 a R\$ 2.090,00 reais. Já a média obtida pelos dados da V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das IFES aponta que no ano de 2018, 76,9% dos acadêmicos das IFES

possuíam renda média de até 3 salários mínimos, o que correspondia à época até R\$ 2.862,00 reais. Vale ressaltar que a média da renda familiar per capita corresponde à soma dos ganhos pecuniários de todos os indivíduos que moram sob o mesmo teto, e que a quantidade de pessoas que compõe esse seio familiar altera drasticamente a qualidade de vida a depender de sua renda bruta. O que significa dizer que, em um lar composto por 4 pessoas, que possui uma renda familiar per capita de R\$2.090,00 reais, cada sujeito dispõe de uma renda de R\$ 515,00 reais, menos da metade do salário mínimo vigente.

Ainda no tocante aos problemas de uma precária condição socioeconômica enfrentada por mais de 80% dos universitários no Brasil, dados do FONAPRACE (2018) indicaram que a dificuldade financeira aparece como a principal motivação dos acadêmicos que já pensaram em evadir do ensino superior, alocando-se em segundo lugar entre as cinco principais dificuldades estudantis que impactam no desempenho acadêmico, perdendo apenas para a falta de disciplina nos estudos (ver subitem 3.1). Esses sujeitos, vivendo sob forte e constante pressão financeira, abdicam dos estudos para trabalhar e acabam desistindo do sonho de concluir o ensino superior.

Percebe-se assim que, devido à baixa condição socioeconômica dos discentes oriundos do curso de pedagogia da UFPR, segundo dados do questionário socioeconômico do ENADE do ano de 2014 (UFPR, 2019), 46,5% dos concluintes possuíam renda ao final do curso e auxiliavam ou sustentavam integralmente seu grupo familiar. Tanto Neves e Dalgalarondo (2007), quanto Baader et al (2014), afirmaram em seus estudos que condições e níveis socioeconômicos baixos correspondem a um dos estressores que facilitam o adoecimento psicológico dos estudantes universitários. Segundo o Relatório de Pedagogia da PRAE (UFPR, 2019b), dificuldades de caráter financeiro também se apresentaram como uma das principais queixas relatadas pelos universitários atendidos no serviço de acolhimento psicológico da PRAE (UFPR, 2019b).

Com o escopo de conhecer a realidade dos estudantes da UFPR que recebem algum tipo de auxílio oriundo dos programas de assistência estudantil, obteve-se através do questionário a informação de que, dos 154 discentes respondentes, apenas 19 deles (12,3%) recebem algum tipo de auxílio do PROBEM, sendo que 19 recebem auxílio permanência, 12 auxílio refeição e 02 auxílio moradia. Dados do Relatório de Pedagogia da PRAE (UFPR, 2019b) apontam que 8.923 estudantes da UFPR receberam, em outubro do ano de 2019, auxílios assistenciais estudantis,

sendo 2.880 auxílio refeição, 478 auxílio refeição emergencial, 4.060 auxílio permanência, 1.316 auxílio moradia, 8 auxílio creche e 181 auxílio internet emergencial. Atualmente (2020), há 4.280 universitários vinculados ao PROBEM, e desses, 228 são provenientes do curso de pedagogia (5,3%). Segundo o FONAPRACE (2018), a média nacional de estudantes universitários que necessitam de algum tipo de assistência estudantil permanece na casa dos 30%.

Com todos os dados analisados até aqui, conclui-se que o perfil pessoal do estudante de pedagogia da UFPR é composto, principalmente, por indivíduos do gênero feminino, de etnia branca, na faixa etária dos 17 aos 22 anos, que moram com os pais, cuja renda familiar per capita compõe-se de 1 a 2 salários mínimos, e que apenas 5,3% contam com algum tipo de auxílio oriundo dos programas de assistência estudantil. No quadro 7 encontra-se o delineamento desse perfil, a fim de facilitar a observação.

QUADRO 7 – PERFIL PESSOAL DOS DISCENTES DO CURSO DE PEDAGOGIA

GÊNERO	FEMININO
RAÇA/ETNIA	BRANCA
FAIXA ETÁRIA	17-22 ANOS
CONDIÇÃO DE MORADIA	COM OS PAIS
RENDA FAMILIAR PER CAPITA	1 – 2 SALÁRIOS MÍNIMOS
RECEBEM ALGUM AUXÍLIO DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	5,3%

FONTE: A autora (2020).

Doravante, elucidar-se-á o perfil psicológico dos estudantes de pedagogia da UFPR, buscando compreender a sua relação com a temática da saúde mental. Primeiramente, afirma-se que dos 154 respondentes do questionário, apenas 16 deles (10,4%) nunca realizaram terapia com psicólogo, e que 66,9% nunca fizeram uso de psicofármacos. Isso nos demonstra que uma parcela dos estudantes possuem um maior acesso e familiaridade à terapia psicológica, e utilizam menos medicamento

para o controle de problemas psíquicos, no entanto, denota-se que apenas cinco estudantes do curso de pedagogia da UFPR fazem acompanhamento psicológico no serviço de acolhimento da PRAE, o que corresponde a apenas 0,6% do número total de matrículas ativas do curso no ano de 2020, para além, os estudantes são recebidos pelo serviço em caráter de acolhimento diário, quando assim o solicitarem (UFPR, 2019b).

Ponderando-se sobre os dados citados no parágrafo anterior, evidencia-se que segundo dados do FONAPRACE (2018), 67,6% dos sujeitos avaliados pela V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das IFES nunca tiveram acesso a nenhum tipo de atendimento psicológico, apontando que 10,8% destes já tiveram ideia de morte e 8,5% já pensaram em tirar a própria vida. Informações obtidas pela PRAE (UFPR, 2019b) indicam que dentre as principais queixas dos estudantes que chegam ao serviço de acolhimento psicológico, incluem-se o comportamento de risco para sua própria integridade física e emocional (como automutilação), alto risco e/ou tentativas prévias de suicídios. Essas informações revelam que, apesar do baixo índice de estudantes que nunca consultaram-se com um psicólogo (dado esse extraído do questionário com a amostragem de 154 discentes respondente), o serviço de acolhimento psicológico da PRAE acompanha continuamente um número muito pequeno de discentes do curso de pedagogia, e que as queixas são semelhantes às aquelas indicadas pelo FONAPRACE (2018), referência preocupante, que evidencia um número considerável de universitários que pensam ou idealizam o suicídio, até aqueles que, de fato, já tentaram cometê-lo.

Falar sobre saúde mental é falar sobre sentimentos intrínsecos à realidade subjetiva de cada ser humano, dados do Relatório de Pedagogia (UFPR, 2019b) desvelam que os principais sentimentos prevalentes aos estudantes que procuram o serviço de acolhimento psicológico são: ansiedade, alterações de humor, alterações na volição (vontade de realizar coisas), dificuldades de interação e permanência no meio social que, conseqüentemente, desencadeia o isolamento social. O FONAPRACE (2018) também elencou em sua pesquisa os sentimentos mais manifestados entre os discentes das IFES. Com base nos sentimentos mais manifestados tanto pelo FONAPRACE (2018), quanto pela UFPR (2019b), e contemplando o levantamento de uma das respostas obtidas através do questionário, elaborou-se o quadro 8 que dispõe os principais sentimentos inerentes dos estudantes de pedagogia da UFPR.

QUADRO 8 – SENTIMENTOS COM MAIOR PREVALÊNCIA NOS DISCENTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPR

SENTIMENTO	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
Insegurança	116	75,3%
Alegria	82	53,2%
Entusiasmo	72	46,80%
Desânimo	69	44,8%
Medo	52	33,8%
Raiva	25	16,2%
Tristeza	22	14,30%
Apatia	21	13,6%
Calma	18	11,7%
Paz	8	5,02%
Nenhuma das anteriores	4	2,06%

FONTE: A autora (2020).

É possível observar que os estudantes de pedagogia da UFPR vivem sob uma ambivalência de sentimentos, considerando-se que os quatro mais prevalentes correspondem a: insegurança, alegria, entusiasmo e desânimo, nessa ordem de prevalência. É preciso chamar a atenção para algo importante, o questionário enviado aos estudantes foi respondido em meio à grave pandemia do Sars-CoV-2, que já levou a óbito mais de um milhão de pessoas no mundo todo, sendo cento e cinquenta e nove mil delas (n=159.000) só no Brasil. Com a instabilidade da vida acadêmica, financeira, pessoal e com o ensino remoto emergencial adotado pela UFPR há mais de cinco meses, essa questão específica pode ter sofrido distorções a respeito dos sentimentos suscitados nos discentes quando buscam refletir sobre a universidade.

Destarte, dados do FONAPRACE (2018) confabulam com algumas informações transcritas no quadro 8, ao avaliar que 63,60% dos respondentes da V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das IFES relataram sentir ansiedade, 45,60% desânimo, 28,20% desespero/desamparo e 22% tristeza, reconhece-se que, mesmo com uma margem de erro devido à atual situação mundial, ainda assim os sentimentos mais prevalentes nos estudantes do ensino superior são deletérios e favoráveis ao desencadeamento de problemas psicológicos.

No que tange à questão da qualidade do sono para a saúde física e mental dos sujeitos, uma análise mais criteriosa deve ser realizada. Sabe-se que o sono é de extrema importância para a produção de hormônios necessários para a boa regulação do corpo humano, e que o ritmo circadiano, quando desregulado, prejudica substancialmente a qualidade de vida, em todos os aspectos⁴⁷. Ao responder à pergunta do questionário que interrogava-os sobre a qualidade de seu sono, 44,2% (n=68) dos estudantes o avaliaram como mediano, 32,5% (n=50) como bom e 11,7% (n=18) como ruim, ou seja, mais de 50% dos estudantes consideraram a qualidade do seu sono “médio/ruim”.

Nogueira e Sequeira (2017), Ariño e Bardagi (2018) e Graner e Cerqueira (2019) indicaram que a má qualidade do sono (menos que seis horas por dia), prejudica substancialmente as atribuições diárias dos estudantes universitários, constituindo-se como um dos fatores estressores que acaba por incitar o adoecimento psicológico nos mesmos. Já os dados da V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das IFES (FONAPRACE, 2018) apontam que a insônia e os distúrbios do sono correspondem à terceira maior causa que impacta negativamente o rendimento acadêmico dos estudantes da IFES do país.

Para além de queixas com a qualidade do sono, no quadro 9 visualizar-se-á as quatro principais dificuldades enfrentadas pelos universitários respondentes ao questionário investigativo (AUTORA, 2020), a fim de facilitar a apreensão dos principais dados encontrados nas respostas.

⁴⁷ Para saber mais, consulte: (MARTINEZ et al, 2018).

QUADRO 9 – PRINCIPAS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS UNIVERSITÁRIOS DE ACORDO COM O QUESTIONÁRIO DA AUTORA

QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO (AUTORA, 2020)
Conciliar o trabalho diário com as atividades acadêmicas
Excesso de carga horário de leitura, trabalhos e provas
Precária formação na educação básica
Os professores e suas metodologias

FONTE: A autora (2020).

Com base no quadro anterior e em toda a investigação desenvolvida até o momento (FONAPRACE, 2018; UFPR, 2019a; UFPR, 2019b), compreende-se que problemas de saúde (físico/mental), conflitos com professores, colegas e familiares, dificuldade de conciliar trabalho e estudos, dificuldades financeiras e acadêmicas e a sensação de não pertencimento ao ambiente universitário, compõem os principais estressores acadêmicos que acabam por facilitar o desenvolvimento de transtornos psicológicos nos estudantes do ensino superior, porém, alguns deles são mais predominantes e merecem redobrada atenção. No quadro 10, através da confluência dos dados obtidos no questionário encaminhado aos discentes do curso de pedagogia da UFPR com os nacionais, viabilizados pelo FONAPRACE (2018), disponibilizar-se-á os fatores estressores mais contribuintes para o adoecimento psicológico dos estudantes de ensino superior do país, em conjunto com aqueles mais citados pelos discentes de pedagogia da UFPR.

QUADRO 10 – PRINCIPAIS FATORES ESTRESSORES PRESENTES NO ENSINO SUPERIOR QUE FAVORECEM O ADOECIMENTO PSICOLÓGICO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS E DOS DISCENTES DE PEDAGOGIA DA UFPR

(continua)

Baixa condição socioeconômica				
Alta prevalência de ansiedade e de sentimentos aflitivos como:	Insegurança	Desânimo	Desespero	Tristeza

(conclusão)

Má qualidade do sono
Má qualidade da saúde física e mental
Dificuldades em conciliar o trabalho com o estudo
Excesso de atividades acadêmicas
Conflitos com os professores e má adaptação ao ambiente universitário

FONTE: Autora (2020).

Mesmo enfrentando tantos estressores presentes no ambiente acadêmico, na vida social e pessoal, cabe aos estudantes do ensino superior à prática daquilo que Paulo Freire denominou de “dialogicidade”, que acontece no exercício da conversa/diálogo honesto. É preciso procurar falar, seja com as coordenações de curso, com as Pró-reitorias de Assuntos Estudantis, ou com qualquer órgão responsável pela promoção da assistência psicológica dos discentes. Aquilo que não se diz, não se reelabora, não se supera, não se cura. No entanto, constata-se através do questionário enviado aos discentes de pedagogia que não há conforto e segurança para a exposição de uma temática tão delicada, como a saúde mental, dentro do ambiente acadêmico.

Para além, quando questionados sobre a existência de abertura/liberdade, tanto por parte dos professores como da coordenação do curso de pedagogia da UFPR, para uma escuta ativa sobre problemáticas de saúde mental trazidas pelos estudantes, 65,6% deles alegaram que sim, há essa liberdade, no entanto, 69,5% dos respondentes ponderaram que não se sentem confortáveis em tratar sobre questões psicológicas pessoais dentro do ambiente acadêmico. Um dado ainda mais complexo evidencia que 66,2% dos estudantes nunca compartilharam questões pessoais dentro da academia, 13,6% alegaram que já falaram sobre frustrações pessoais e receberam apenas conselhos, 10,4% argumentaram que já compartilharam questões pessoais,

no entanto, não obtiveram nenhum tipo de ajuda, 5,8% foram orientados a procurar ajuda de um psicólogo, e apenas 3,2% foram orientados a procurar ajuda do acolhimento psicológico ofertado pela PRAE.

Tais conclusões nos evidenciam a urgente necessidade dos diferentes agentes se inteirarem mais sobre as problemáticas enfrentadas pelos discentes do curso de pedagogia da UFPR, que os fazem sentir-se tão distantes do serviço de acolhimento psicológico da PRAE e da temática da saúde mental dentro do ambiente acadêmico. Quais são os entraves que distanciam os acadêmicos na busca de atendimento e escuta psicológica profissional dentro do ambiente universitário?

5.2 “O QUE OS ACADÊMICOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPR REVELAM SOBRE A SAÚDE MENTAL DENTRO DA UNIVERSIDADE?” REFLEXÕES SOBRE O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO DA PRAE

*“Considero o pré-conceito próprio uma dificuldade. O entendimento de se considerar uma pessoa inferior por precisar de ajuda psicológica é uma grande barreira, até mesmo cultural”
Resposta do questionário - (AUTORA, 2020).*

O serviço de acolhimento psicológico da PRAE – UFPR trabalha sob algumas formas de organização e funcionamento, já previamente explicitadas no terceiro capítulo, dentre elas está a “demanda espontânea” (procura de atendimento realizada pelo estudante ou encaminhada via coordenações de curso) com o acompanhamento contínuo atual de 174 estudantes da UFPR/Curitiba. A este atendimento, soma-se também o trabalho de “acolhimento diário” (busca momentânea e emergencial) que contempla a média de 70 atendimentos individuais e 50 acolhimentos mensais (UFPR, 2019b).

Objetivando depreender sobre o nível de conhecimento dos discentes de pedagogia da UFPR a respeito da existência e da oferta de um serviço de acolhimento e escuta psicológica ofertada pela PRAE, algumas questões sobre essa temática foram incluídas no questionário enviado aos acadêmicos. Questionando-os sobre o conhecimento do serviço de acolhimento psicológico fomentado pela Pró-reitoria, 70,1% (n=108) dos respondentes alegaram saber algo sobre ele, no entanto, dos 154 respondentes da pesquisa, 84,4% (n=130) admitiram que nunca o utilizaram.

Com o escopo de facilitar a compreensão das dificuldades enfrentadas pelos discentes de pedagogia da UFPR em se aproximar da PRAE e interagir com a gama de serviços ofertados por ela, visando reconhecer, especificamente, as dificuldades de acesso ao serviço de acolhimento psicológico, a única pergunta do questionário passível de uma resposta discursiva, para além de apenas refletir sob as alternativas já dispostas, incitou a seguinte discussão: “Qual é a maior dificuldade em utilizar o serviço de acolhimento psicológico da PRAE?”. Para 44,2% dos respondentes, a maior problemática enfrentada corresponde à pouca ou nenhuma informação sobre a oferta do serviço de acolhimento psicológico realizado pela PRAE, 24% alegaram que não encontraram dificuldade de acesso, 12,3% mencionaram que há grande demora pelo atendimento, 7,1% mencionaram que há pouca receptividade e/ou informação quando se chega na PRAE e 11,6% relataram que há dificuldades em conseguir contato via e-mail, telefone e uma inacessibilidade ao prédio central da PRAE-UFPR.

Alguns discentes optaram por encaminhar breves relatos discursivos sobre sua experiência com o serviço de acolhimento psicológico, e as problemáticas mais elencadas compreendem: a insegurança e a falta de liberdade para procurar e permanecer utilizando o serviço; a divergência de informações sobre os serviços ofertados para todo o público discente da UFPR, e aqueles ofertados apenas para os estudantes que recebem algum auxílio assistencial estudantil; descrença na receptividade do atendimento; dificuldades em compreender os processos de encaminhamento para a assistência da rede pública de saúde do município de Curitiba; o pré-conceito e a barreira cultural ainda imposta aos que são acometidos por algum problema de caráter psicológico, e a ruptura realizada pelo serviço entre a vida pessoal e acadêmica do estudante, priorizando debater assuntos exclusivamente academicistas.

Com bases nos dados levantados através do questionário, percebe-se que o estudante de pedagogia da UFPR possui fragilidades no contato e na aproximação com os serviços ofertados pela PRAE, sendo a maior delas a falta de informações sobre o serviço de acolhimento psicológico da Pró-reitoria. Apesar da evidente necessidade de um acompanhamento mais sensível e presente na vida dos discentes, são notórias a insuficiente clareza e a falta de informação dos estudantes perante os serviços que são gerenciados pela PRAE, como o seu público alvo, as modalidades de atendimento, como chegar ao serviço, localização do prédio central e assim por diante. No mais, é possível associar esse distanciamento dos estudantes com o

serviço a questões sociais e culturais, que ainda hoje subjagam e condenam como incapaz aquele que detém fragilidades emocionais e psicológicas.

Não se sentir confortável em tratar sobre questões emocionais/psicológicas no ambiente acadêmico é algo evidenciado nessa pesquisa, uma constante entre os estudantes do curso de pedagogia da UFPR, no mais, para aqueles poucos que ascenderam um diálogo sobre suas minúcias e problemáticas dentro da instituição, apenas 3,2% deles foram orientados a procurar o serviço de acolhimento psicológico da PRAE. Para Castro (2017, p. 386) o principal fator “[...] que dificulta o tratamento e prevenção de transtornos mentais nos estudantes é a comunicação deficitária entre diferentes serviços de suporte e alunos”, para os estudantes do curso de pedagogia da UFPR, para além de um desconhecimento dos serviços ofertados, há uma lacuna entre os discentes e a PRAE, existente por meras questões culturais como vergonha, medo, insegurança, desconhecimento e uma constante sensação de incapacidade e culpabilidade, que reprimem e afastam os estudantes dos serviços. Para além, quando os discentes foram questionados sobre a importância da temática da saúde mental dentro da universidade e no curso de pedagogia, 96,1% deles consideraram o assunto de grande relevância e observaram a necessidade de que o tema seja mais difundido dentro da instituição e do curso.

Em detrimento dessa lacuna suscitada pelos estudantes de pedagogia, Castro (2017) enfatiza que

É nesse cenário que instrumentos de apoio se configuram como fundamentais para auxiliar os estudantes vulneráveis a prosseguirem com sua graduação. Destarte, as instituições devem reavaliar suas políticas de saúde mental para garantir medidas de intervenção e prevenção específicas que tratem mentalmente os alunos antes de se formarem. Ainda, sabe-se que os estudantes assumem posição importante frente aos investimentos sociais do país, reforçando a necessidade de novos estudos e pesquisas em saúde mental e prevalência de sintomas psicopatológicos entre estudantes de ensino superior (CASTRO, 2017, p. 386).

A fim de conjecturar com a afirmação de Castro (2017), evidencia-se a urgente necessidade de se elaborar “instrumentos de apoio e auxílio” que visem aproximar os estudantes de uma escuta psicológica profissional mais sensível e efetiva. Compreende-se que mais importante do que estudar o fenômeno da saúde mental, elucidar incorreções e advertir sobre a indispensabilidade de mudanças concretas para a providência do bem-estar dos discentes e da instituição, é substancialmente necessário também angariar e contribuir com soluções possíveis e eficazes, que

construídas sob um alicerce de base e pesquisa científica, efetive transformações e colaborem para o aperfeiçoamento e qualidade dos serviços. Destarte, o subitem 5.3 contemplará o desenvolvimento de uma sugestão pensada pela autora, com base no ano de estudo e escuta ativa e sensível dos estudantes de pedagogia da UFPR, visando aproximar os estudantes da UFPR ao serviço de acolhimento psicológico prestado pela PRAE.

5.3 DESTA DISTÂNCIA, SURGE UMA APROXIMAÇÃO – PRAE CONTA COMIGO

Todo o transcurso deste trabalho possibilitou-nos aferir como os estudantes das IES do país sentem-se com relação a sua saúde mental, compreendendo também, em contrapartida, como as IES defrontam-se com as problemáticas psicológicas oriundas de seu alunado e como laboram para atuar diante desse contingente.

Como já visto a priori, os estudantes de pedagogia da UFPR, ao responderem o questionário da autora, enfatizaram que não se sentem à vontade para falar sobre questões psicológicas pessoais no ambiente acadêmico, apresentando resistência e dificuldade em procurar o serviço de acolhimento psicológico ofertado pela PRAE. Refletindo sobre o contundente temor dos estudantes ao falarem sobre si, sobre o sentimento de vergonha e insegurança que sentem em buscar ajuda, sobre as dificuldades de lidarem, muitas vezes sozinhos, com os fatores estressores oriundos do ambiente acadêmico, uma ideia que visa transmutar essa realidade surgiu, sendo inicialmente apenas uma pequena sugestão, mas que após cada capítulo escrito nesse trabalho, lapidou-se e aprimorou-se, ganhou forma e findou-se em um simples, mas promissor artifício, que visa garantir uma aproximação de todo o corpo discente da UFPR ao serviço de acolhimento ofertado pela PRAE.

Há pouco tempo, a UFPR implementou uma plataforma própria denominada “SIGA-UFPR 3.0”. A mesma busca reunir todos os dados e documentos acadêmicos dos discentes da instituição em um único lugar, proporcionando-os realizar, de maneira simples e intuitiva, várias ações, como matrículas, trancamento de curso, consulta à grade horária e às disciplinas matriculadas, requisição de histórico escolar, documento de integralização do curso, comprovante de matrícula, entre outras facilidades que são atendidas momentaneamente pela plataforma.

Ao perceber a facilidade de uso da plataforma e o seu potencial em realizar ações que interligam todos os setores da universidade, ascende-se assim o programa “PRAE CONTA COMIGO”, representado através de um ícone criado pela autora deste trabalho, que poderá ser inserido dentro do sistema SIGA-UFPR 3.0 de cada discente. O ícone poderá aparecer na página inicial de acesso, e comporá uma triagem para o programa de acolhimento psicológico da PRAE, bem como utilizar-se-á para o agendamento prévio do serviço, de acordo com a demanda e a necessidade.

IMAGEM 1 – ÍCONE PRAE CONTA COMIGO



FONTE: A autora (2020) modificado de Flaticon.com

Ao clicar no ícone, ao estudante aparecerá, automaticamente, um formulário a ser preenchido, com a finalidade de coleta dos dados necessários para direcionar o agendamento do serviço que mais se aplica às necessidades apresentadas por cada um. Dessa forma, a PRAE poderia agendar o serviço e enviar, também via SIGA, os dados referentes ao agendamento, como: o serviço, o local, o profissional que atenderá o estudante, a hora e o dia. Assim, toda a triagem seria realizada de maneira remota e com contato apenas entre PRAE e discente, sem envolver terceiros nessa dinâmica, o que pode vir a estabelecer maior liberdade e confiança aos estudantes, que teriam acesso a um serviço mais sigiloso e confiável, o que facilitaria igualmente a organização e o gerenciamento do serviço de acolhimento psicológico da PRAE, possibilitando, inclusive, que os serviços de acolhimento diário via demanda própria sejam agendados via SIGA, com uma hora de antecedência.

IMAGEM 2 – ÍCONE PRAE CONTA COMIGO EM UM ACESSO PESSOAL DO SIGA

The screenshot displays the SIGAUFPR personal access interface for a student named EMANOELA. The interface is divided into several sections:

- Header:** sigaufpr logo and user name EMANOELA THERESA MARQUES DE MENDONCA GLATZ.
- Left Sidebar:** Navigation menu with options: Início, Disciplinas, Trancamento de Curso, Exames, Documentos, and Equivalências.
- Course Information:** PEDAGOGIA 40001016082G0.
 - CURSO:** Pedagogia
 - CURRÍCULO:** 2009 - Pedagogia
 - COORDENADOR:** ROBERLAYNE DE OLIVEIRA BORGES ROBALLO (roberlayneroballo@hotmail.com)
 - SECRETARIA:** (41) 3360-5206 (pedagogia@ufpr.br)
- Central Banner:** PRAE (Pró-reitoria de Assuntos Estudantis) advertisement. Text includes: "Está difícil lidar sozinho (a) com suas questões emocionais?", "Agende seu acolhimento psicológico na PRAE, acessando o ícone ao lado. O ambiente é muito seguro, sigiloso e seus dados serão encaminhados diretamente para a nossa equipe de psicólogos.", "Sua saúde mental é muito importante para nós, fala que a gente te escuta!", and "Se cuide e, se precisar, CONTA COMIGO!".
- Right Panel:** Calendário Acadêmico for Setembro 2020. The calendar shows dates from 30 to 26, with the 4th of September highlighted.
- Bottom Section:** Grade Horária (Class Schedule) with buttons for status: Escolhida, Solicitada, Matriculado, Conflito. Periodo: Anual, Período Especial 1.

FONTE: A autora (2020).

A ideia de construir um instrumento que realize uma conexão direta com o serviço de acolhimento psicológico da PRAE visa diminuir o contato necessário com terceiros, como professores, colegas e até mesmo com a coordenação do curso, tornando o processo de busca por escuta mais sigiloso. Para além, ter um agendamento prévio e comparecer na sede da Pró-reitoria apenas para realizar o atendimento desburocratiza o processo de assistência, facilita para a equipe de psicólogos que organizar-se-á de acordo com a demanda solicitada via SIGA, e o mais importante, transparece ao estudante sensibilidade e respeito ao direcionar-se a ele um espaço, um profissional e um momento de acolhida único. Evita-se também a propagação de informações desconstruídas sobre o atendimento, a localização do prédio e até mesmo do andar ou sala específica da Pró-reitoria em que se deve procurar por ajuda, o que, conseqüentemente, contribuiu para a desistência do estudante em buscar o serviço.

É importante salientar que o ícone via SIGA é apenas uma sugestão que poderia auxiliar os profissionais da PRAE na organização e na oferta dos serviços, bem como promover uma aproximação com os discentes da UFPR. Ademais, os serviços já ofertados pela Pró-reitoria devem avançar, sendo, no entanto, ressignificados, ampliados, buscando manter-se sempre sob um movimento de reconhecimento mais íntimo da realidade do corpo discente, promovendo um processo de escuta e troca contínua com as coordenações de curso, que devem sinalizar sobre as eventuais problemáticas oriundas de seus estudantes. É preciso unir forças e

trabalhar conjuntamente para evitar que os problemas psicológicos se delonguem, e acabem, infelizmente, virando mais um número nas estatísticas de suicídio.

É imprescindível intencionar o aprimoramento de ações e serviços que envolvam a temática da saúde mental dentro do ensino superior, bem como a concepção de “[...] novos estudos e reflexões sobre o tema, assim como uma coordenação das atividades das universidades para difundir e aprimorar suas políticas e serviços de apoio psicológico e psicopedagógico aos universitários” (CASTRO, 2017, p. 380). Também, é urgente a necessidade de que sejam priorizadas novas pesquisas e estudos na área da saúde mental, principalmente ao seu fomento dentro do ambiente acadêmico, visando aprimorar a qualidade de vida e do processo de ensino-aprendizagem dos acadêmicos das IES.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo viabilizou-se a partir da necessidade de compreender o fenômeno da saúde mental dentro do ambiente de ensino superior, reconhecendo a quão frágil, delicada e inexplorada é essa temática de estudo. Compreende-se que o ser humano, produto e produtor de cultura, possui traços idiossincráticos oriundos de sua subjetividade, que denotam ao homem a especificidade de ser um sujeito biopsicossocial.

Destarte, aferiu-se que há um limite culturalmente traçado que diferencia e rotula o considerado normal do patológico. Bem como, percebe-se um movimento de progressão contínua da medicalização e psicologização da vida, que banaliza os transtornos psicológicos e deturpa os diagnósticos, colocando em constante sofrimento os socialmente considerados “anormais”.

Percebemos que historicamente a temática da saúde mental transfigurou-se e que os hospitais psiquiátricos, com características de higiene social bem definidas, que aprisionavam, penalizavam e condenavam os doentes mentais, foram com muita luta destituídos, progressivamente, após a Reforma Psiquiátrica brasileira inspirada na aprovação da Lei Basaglia e na Reforma Psiquiátrica italiana.

Falar sobre saúde mental no ensino superior é compreender que há nesse ambiente uma série de fatores estressores (distância do grupo familiar, problemas com o sono, excesso de carga horária de leituras e trabalhos, baixa condição socioeconômica, dificuldade em lidar com os professores, sentimento de não pertencimento ao ambiente universitário e afins), que acabam por desencadear problemas de caráter psicológico e sofrimentos psíquicos que deterioram, progressivamente, a saúde mental dos universitários.

Para além, compreendemos que a saúde mental no ambiente do ensino superior é amparada por políticas públicas assistenciais que garantem, minimamente, subsídios financeiros necessários para auxiliar a permanência dos estudantes na instituição. O PNAES, que a cada ano recebe menos investimentos por parte da União, é o principal programa de manutenção assistencial estudantil do ensino superior público. Na UFPR, a PRAE se constitui como receptora dos benefícios pecuniários oriundos do PNAES, sendo a mesma responsável também por desenvolver programas de acolhimento e assistência a todos os estudantes ativos da instituição.

Ao analisar o perfil dos estudantes do curso de pedagogia da UFPR, principal público alvo deste estudo, concluímos que a maior parte dos discentes são mulheres, da raça branca, jovens e que possuem uma renda familiar per capita baixa. Quando questionados sobre os sentimentos em relação à universidade, aferiu-se que há uma ambivalência, pois ao mesmo tempo em que incorrem-se sentimento de insegurança e desânimo, há também alegria e entusiasmo. Essa ambivalência muito se deve ao atual momento vivenciado, considerando que a pandemia de Sars-Cov-2 relativizou experiências e instaurou sentimentos deletérios na população.

Notabilizou-se também a distância existente entre os estudantes de pedagogia da UFPR e o serviço de acolhimento psicológico da PRAE, bem como elucidou-se a insegurança, o medo e o pré-conceito que há em se falar sobre problemáticas psíquicas dentro do ambiente acadêmico. A ansiedade, a volição, o isolamento social, os comportamentos destrutivos e até mesmo o suicídio, existentes na população acadêmica do ensino superior (FONAPRACE, 2018; UFPR, 2019b), são marcas e estigmas difíceis de lidar, um preconceito cultural imposto, que distancia o estudante na busca por ajuda qualificada. Mas desta distância, sugeriu-se uma aproximação, ao implementar-se um ícone de triagem, o PRAE-CONTA COMIGO, diretamente no acesso pessoal do SIGA dos discentes com matrícula ativa na UFPR, dessa forma, através de um processo mais sigiloso, menos burocrático e mais assertivo, os acadêmicos poderão buscar auxílio psicológico profissional, com informações pré-agendadas, evitando os “julgamentos” de terceiros e uma exposição desnecessária de sua individualidade.

Encerra-se essa reflexão registrando-se a resposta da questão que me acompanhou durante todo o ano de pesquisa e elaboração deste trabalho, versado com empenho e com o anseio de elevar a temática da saúde mental em um debate mais amplo, necessário, justo e urgente:

... SIM, A SAÚDE MENTAL VAI À UNIVERSIDADE, aliás, mais que isso, A SAÚDE MENTAL DEVE ESTAR SEMPRE NA UNIVERSIDADE. No entanto, ela precisa ser ampliada, discutida, ressignificada e, principalmente, democratizada.

Cabe às IES estudarem, aperfeiçoarem, debaterem e colocarem em prática programas que incluam e aproximem a temática da saúde mental dentro desse singular espaço acadêmico, correlacionando-a com todos os sujeitos inseridos ali, não somente a comunidade discente, mas os professores, os técnicos e afins, é preciso

incluir todos, como cita a orientadora deste trabalho, Prof^a Dr^a Roberlayne Borges Roballo (criando-se uma alusão ao seu projeto de extensão), não há de se ter “nenhum a menos” na atenção à saúde mental.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. In: Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALMEIDA, J. M. C. Política de saúde mental no Brasil: o que está em jogo nas mudanças em curso. **Cadernos de Saúde Pública** [online], v. 35, n. 11, p. 1-6, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/static/arquivo/1678-4464-csp-35-11-e00129519.pdf>. Acesso em: 23 de dez. 2020.
- ALVES, R. **A pedagogia dos caracóis**. Campinas: Versus, 2011.
- AMARANTE, P. **O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. 142p.
- AMERICAN, P. A. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5ª ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- American Psychological Association (APA). **Frequently asked questions about the American Psychological Association**. Washington, 2015. Disponível em: <<https://www.apa.org/support/about-apa?item=7>>. Acesso em: 22 de mai. 2020.
- AMORIM, Filipi Vieira; CALLONI, Humberto. Sobre o conceito de amorosidade em Paulo Freire. **CONJECTURA: filosofia e educação**, v. 22, n. 2, p. 380-392, 2017. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/4807/pdf>. Acesso em: 26 de mar. 2020.
- ARAÚJO, F.S.; BEZERRA, J. C. B. Tendências da política de assistência ao estudante no contexto da reforma universitária brasileira. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas, Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI**. 2007, Maranhão. **Anais...**Maranhão: UFMA – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2007, p. 1-7.
- ARBEX, D. **Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- ARINO, D. O.; BARDAGI, M. P. Relação entre Fatores Acadêmicos e a Saúde Mental de Estudantes Universitários. **Psicol. pesq.** [online], vol.12, n.3, 2018, pp. 44-52. ISSN 1982-1247.
- ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- ARROYO, M. Os jovens, seu direito a se saber e o currículo. In: **Juventude e Ensino Médio**. DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 157-203.

BAADER, Tomas et al. Diagnóstico de la prevalencia de trastornos de la salud mental en estudiantes universitarios y los factores de riesgo emocionales asociados. **Revista chilena de neuro-psiquiatría**, v. 52, n. 3, p. 167-176, Santiago, 2014. Disponível em:

https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-92272014000300004. Acesso em 17 de ago. 2020.

BARLOW, D.; DURAND, V. M. **Psicopatologia: uma abordagem integrada**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

BELLOCH, A.; OLABARRIA, B. El modelo bio-psico-social: un marco de referencia necesario para el psicólogo clínico. **Revista Clínica e Salud**, v. 4, nº. 2, p. 181-190, 1993. Disponível em:

<https://journals.copmadrid.org/clysa/art/812b4ba287f5ee0bc9d43bbf5bbe87fb>.

Acesso em: 26 de mar. 2020.

BOARINI, M. L. O higienismo na educação escolar. In: **VI Congresso Luso Brasileiro da História da Educação**. Minas Gerais, 2006, p. 6516 – 6525.

BOARINI, M. L. **A higiene mental e o saber instituído**. Clio-Psyché – Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia. Mnemosine, v. 3, nº1, p. 3-17, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto N° 1.190, de 04 de abril de 1939**. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Ministério da Educação, Rio de Janeiro, 06 de abril de 1939. DOU (Seção 1, p. 7929). Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=D%C3%A1%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Faculdade%20Nacional%20de%20Filosofia.&text=1%C2%BA%20A%20Faculdade%20Nacional%20de,se%20Faculdade%20Nacional%20de%20Filosofia>. Acesso em: 23 de set. 2020.

BRASIL. Decreto N° 6.096, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Ministério da Educação, Brasília, DF, 24 de abr. 2007. **DOU** (n° 79, Seção 1, pág. 07). Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/544223/pg-7-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-25-04-2007?ref=next_button. Acesso em: 08 de jun. 2020.

BRASIL. Decreto N° 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Ministério da Educação, Brasília, DF, 20 de jul. 2010. **DOU** (n° 137, Seção 1, pág. 05). Disponível em:

https://www.jusbrasil.com.br/diarios/6652601/pg-5-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-20-07-2010?ref=previous_button. Acesso em: 07 de jun. 2020.

BRASIL. **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) - Relatório de área – Pedagogia (licenciatura)**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2014/2014_r_el_pedagogia_licenciatura.pdf. Acesso em 30 de set. 2020.

BRASIL. Portaria Normativa Nº 25, de 28 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais - PNAEST. Ministério da Educação, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 de dez. 2010a. **DOU** (nº 249, Seção 1, pág. 37). Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/12/2010&jornal=1&pagina=37&totalArquivos=136>. Acesso em: 13 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Institui sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 1990. Seção 1, p. 18055. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1196309/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-20-09-1990>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n 5.452, de 1 de maio de 1943, e o Decreto-Lei n 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 de fev. de 2017. Seção 1, p. 01. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/02/2017&jornal=1&pagina=01&totalArquivos=44>. Acesso em: 27 de set. 2020.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Nº 248, Seção 01, p. 01. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/12/1996>>. Acesso em: 27 de set. 2020.

BRASIL, M. S. “**De Volta para Casa**”: **Manual do Programa**. Brasília: 2003. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Manual_PVC.pdf. Acesso em: 05 de mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gestão do SUS. Articulação Interfederativa. **Comissão Intergestores Tripartite**. Brasília: 2013. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/comissao-intergestores-tripartite>. Acesso em: 12 de mai. 2020.

_____. **Nota técnica nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS**: Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. Brasília: 2019. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/13by1kfwEhYmJn8cOhse86bG_RtEDb-v8/view.

Acesso em: 05 de mai. 2020.

_____. Portaria nº 106, de 11 de fevereiro de 2000. Dispõe sobre a necessidade da reestruturação do modelo de atenção ao portador de transtornos mentais, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS; a necessidade de garantir uma assistência integral em saúde mental e eficaz para a reabilitação psicossocial; a necessidade da humanização do atendimento psiquiátrico no âmbito do SUS; a necessidade da implementação de políticas de melhoria de qualidade da assistência à saúde. Ministério da Saúde, Brasília, DF, 24 fev. 2000. **DOU** (nº 39-E, Seção 1, pág. 23). Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2015/marco/10/PORTARIA-106-11-FEVEREIRO-2000.pdf>. Acesso em: 05 de mai. 2020.

_____. Lei Orçamentária Anual para 2020, nº 13.978. Dispõe sobre os orçamentos da União para o exercício financeiro do ano de 2020. Ministério da Economia, Brasília, DF, 17 de jan. de 2020. **DOU** (nº1, Seção 1, pág. 01). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/279015654/dou-secao-1-20-01-2020-pg-1>>. Acesso em 13 de ago. 2020.

_____. Lei Orçamentária Anual para 2019, nº 13.808. Dispõe sobre os orçamentos da União para o exercício financeiro do ano de 2018. Ministério da Economia, Brasília, DF, 02 de jan. de 2019b. **DOU** (nº11, Seção 1, pág. 01). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/224069767/dou-secao-1-16-01-2019-pg-1?ref=goto>>. Acesso em 13 de ago. 2020.

_____. Lei Orçamentária Anual para 2018, nº 13.587. Dispõe sobre os orçamentos da União para o exercício financeiro do ano de 2018. Ministério da Economia, Brasília, DF, 03 de jan. de 2018. **DOU** (nº 02, Seção 1, pág. 01). Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/01/2018&jornal=515&pagina=01&totalArquivos=192>. Acesso em 13 de ago. 2020.

_____. Lei Orçamentária Anual para 2017, nº 13.414. Dispõe sobre os orçamentos da União para o exercício financeiro do ano de 2017. Ministério da Economia, Brasília, DF, 11 de jan. de 2017b. **DOU** (nº 08, Seção 1, pág. 01). Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=11/01/2017>. Acesso em 13 de ago. 2020.

_____. Lei Orçamentária Anual para 2016, nº 13.255. Dispõe sobre os orçamentos da União para o exercício financeiro do ano de 2016. Ministério da Economia, Brasília, DF, 14 de jan. de 2016. **DOU** (nº 09, Seção 1, pág. 02). Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=14/01/2016&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=64>. Acesso em 13 de ago. 2020.

_____. Parecer CNE/CP Nº: 5/2005. Projeto de Resolução que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, Licenciatura. Ministério da Educação, Brasília, DF, 13 de dez. 2005. **DOU** (nº 91, Seção 01, p.10). Disponível em: <https://www.semesp.org.br/legislacao/migrado2633/>; http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf .Acesso em: 27 de set. 2020.

_____. **Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – Gespública.** Carta de Serviço ao Cidadão – Universidade Federal do Paraná. Ministério do Planejamento. Curitiba: 2012. 202 p. Disponível em: http://www.proplan.ufpr.br/portal/institucional/carta_servicos_ufpr.pdf. Acesso em: 14 de jun. 2020.

_____. **Projeto de Lei Orçamentária nº 7/2015.** Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Dispõe sobre o orçamento, a ser aprovado, para o exercício financeiro de 2016. Consolidação dos Programas de Governo, v. II, p. 59. Brasília: 2016.

_____. **Projeto de Lei Orçamentária nº 18/2016.** Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Dispõe sobre o orçamento, a ser aprovado, para o exercício financeiro de 2017c. Detalhamento dos créditos orçamentários - Poder Executivo – Ministério da Educação, v. V, p. 49. Brasília: 2016.

_____. **Projeto de Lei Orçamentária nº 20/2017.** Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Dispõe sobre o orçamento, a ser aprovado, para o exercício financeiro de 2018c. Detalhamento dos créditos orçamentários - Poder Executivo – Ministério da Educação, v. V, p. 49. Brasília: 2017.

_____. **Projeto de Lei Orçamentária nº 27/2018.** Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Dispõe sobre o orçamento, a ser aprovado, para o exercício financeiro de 2019b. Detalhamento dos créditos orçamentários - Poder Executivo – Ministério da Educação, v. V, p. 64. Brasília: 2018.

_____. **Projeto de Lei Orçamentária nº 22/2019.** Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Dispõe sobre o orçamento, a ser aprovado, para o exercício financeiro de 2020. Consolidação dos Programas de Governo, v. II, p. 77. Brasília: 2019.

_____. **Projeto de Lei Orçamentária nº 28/2020.** Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Dispõe sobre o orçamento, a ser aprovado, para o exercício financeiro de 2021. Consolidação dos Programas de Governo, v. II e V. Brasília: 2020b.

_____. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil.** In: Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas, 2005, Brasília. Documento. Brasília: OPAS, 2005b. 56 p.

_____. **Residências Terapêuticas: para quem precisa de cuidados em saúde mental, o melhor é viver em sociedade.** Brasília, 2004. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/120.pdf>. Acesso em: 05 de mai. 2020.

_____. Resolução Nº 01, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF, 16 de maio de 2006. **DOU** (nº 91, Seção 02, p. 29). Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portarias-de-15-de-maio-de-2006-186006665>. Acesso em: 26 de set. 2020.

_____. **REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.**

Diretrizes Gerais. Brasília, 2007b. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 07 de jun. 2020.

BOURDIEU, P. 2001. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (orgs.). **Escritos de Educação**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 71-79.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

CASTRO, V. R. Reflexões sobre a saúde mental do estudante universitário: estudo empírico com estudantes de uma instituição pública de ensino superior. **Revista Gestão em Foco**, nº 09. São Paulo: 2017, p. 380-401.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COSTA, M. C. Os impactos da política de assistência estudantil no rendimento acadêmico. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 11, n. 22, p. 351-366. Rio de Janeiro: ago./dez de 2016.

CRAHAY, M. Como a escola pode ser mais justa e mais eficaz? **Cadernos Cenpec | Nova série**, [S.l.], v. 3, n. 1. São Paulo; dez. 2013, p. 9-40.

CRUZ, R. E. Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional?. **Educar em Revista**, n. 22, p. 51-75. Curitiba: 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n22/n22a03.pdf>. Acesso em: 06 de jun. 2020.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DIAS, D. D.; LARA, L.; BUTIERRES, M. C. O sujeito de direitos. **PolisePsique**, vol. 02, n. 2, p. 124- 127. Porto Alegre: 2012.

DUNKER, C. I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: Uma psicopatologia do Brasil entre muros**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

DUNKER, C. I. L. **Paixão da Ignorância: a escuta entre a Psicanálise e a Educação**. Coleção Educação e Psicanálise, v. 1. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERRAZZA, D. A.; ROCHA, L. C. Sobre a Reforma Psiquiátrica Brasileira: histórias e âmbitos atuais de luta. **BarBarói**, nº 45. Santa Cruz do Sul: 2015, p. 274 - 292. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/5690/5250>. Acesso em: 23 de jul. 2020.

FLATICON. **Freepik Company S.L.** Disponível em:

https://www.flaticon.com/br/icone-gratis/abraco_1361323. Acesso em: 12 de set. 2020.

FONAPRACE. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Coordenação Nacional. Brasília: ANDIFES, 2007. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf. Acesso em: 07 de jun. 2020.

FONAPRACE. **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação: Das Instituições Federais de Ensino Brasileiras**. Brasília: ANDIFES, 2018.

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FOUCAULT, M. **Doença Mental e Psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª edição, 1984.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. RJ: Paz e Terra, 1996 e 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREUD, S. Além do Princípio do Prazer, Psicologia de Grupo e outros trabalhos. In: J. Strachey, **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** (Vol. 18). Rio de Janeiro: Imago, 1966a. (Originalmente publicado em 1920).

FREUD, S. O ego e o ID e outros trabalhos. In: J. Strachey, **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** (Vol. 18). Rio de Janeiro: Imago, 1966b. (Originalmente publicado em 1923).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

GRANER, K. M.; CERQUEIRA, A. T. A. R. Revisão Integrativa: sofrimento psíquico e estudantes universitários e fatores associados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, nº 4. Rio de Janeiro: 2019, p. 1327-1346.

GUERRA, A. Do holocausto nazista à nova eugenia no século XXI. **Cienc. Cult.**, v. 58, n. 1. São Paulo: 2006, p. 4-5.

HIRDES, A. A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re) visão. **Cienc. saúde coletiva**, vol.14 no.1. Rio de Janeiro: jan./fev. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000100036. Acesso em: 31 de mar. 2020.

INFOPÉDIA. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 2003-2020. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/reitor>. Acesso em: 30 de jul. 2020.

JORGE, M. A. S. 'Vão voltar com o modelo que a gente sabe que não deu certo'. Rio de Janeiro: 15 de fev. 2019. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Entrevista. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/vao-voltar-com-o-modelo-que-a-gente-sabe-que-nao-deu-certo>. Acesso em: 05 de mai. 2020.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. Goiânia: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogias e pedagogo: inquietações e buscas. **Educar em revista**, nº 17. Curitiba: 2001, p. 153 – 176.

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68. Campinas: 1999.

MARTINEZ, D.; LENZ, M. C. S.; BARRETO, L. M. Diagnóstico dos transtornos do sono relacionados ao ritmo circadiano. **Jornal Bras. Pneumo**. 34(3). Brasília: 2008, 173-180.

MELO, W. Nise da Silveira e o campo da Saúde Mental (1944-1952): contribuições, embates e transformações. **Mnemosine**, v. 5, nº 2, p. 30-52. Rio de Janeiro: 2009.

MISKOLCI, R. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, nº 22, p. 231-233, 2006. Resenha.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª edição. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NEVES, M. C. C; DALGALARRONDO, P. Transtornos mentais auto-referidos em estudantes universitários. **J. Bras. Psiquiatr.**, v. 56, nº 04. Rio de Janeiro: 2007, p. 237- 244. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852007000400001>. Acesso em: 17 de ago. 2020.

NOGUEIRA, M. J.; SEQUEIRA, C. A saúde mental em estudantes do ensino superior. Relação com o gênero, nível socioeconômico e os comportamentos de saúde. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, (Spe. 5). Portugal: 2017, p. 51-56.

OLIVEIRA, C. T.; SANTOS, A. S.; DIAS, A. C. G. Expectativa de universitários sobre a universidade: sugestões para facilitar a adaptação acadêmica. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 17, nº 01. Porto Alegre: 2016, p. 43-53. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902016000100006. Acesso em: 17 de ago. 2020.

OLIVEIRA, L. G. Eros e Thanatos: A pulsão de vida no conceito Freudiano e o Homo Consumericus. **Revista Labirinto** – Ano X, nº 14, p. 62-92. Rondônia: dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/935/918>. Acesso em: 14 abr. 2020.

OLIVEIRA, W. F. Eletroconvulsoterapia (ECT) / Eletrochoque: a produção de evidências sobre seu uso, eficácia e eficiência. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**. v.11, n.28, p. 46-68. Florianópolis, 2019.

OMETTO, A. M. H.; FURTUOSO, M. C. O.; SILVA, M. V. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 5, p. 403-414, out. 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101995000500011#back. Acesso em: 06 de jun. 2020.

OMS. **Declaração de Caracas**. Conferência Regional para a Reestruturação dos Sistemas Locais de Saúde (SILOS). Venezuela: 1990. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_caracas.pdf. Acesso em: 04 de mai. 2020.

OMS. **Relatório Mundial da Saúde - Saúde mental: nova concepção, nova esperança**. 1 Ed. Lisboa: 2002. Disponível em: https://www.who.int/whr/2001/en/whr01_po.pdf. Acesso em: 30 de mar. 2020.

PADOVANI, R. C. et al. Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 10, nº 01. Rio de Janeiro: 2014, p. 2-10. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-56872014000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 de ago. 2020.

PAIM, J. S. **Reforma Sanitária Brasileira: Contribuição para a compreensão e crítica**. Salvador: 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10376/1/5555555555.pdf>. Acesso em: 04 de mai. 2020.

PAULO, D. In: **Paulo Delgado: Dados Pessoais**, [2007?]. Disponível em: <https://paulodelgado.com.br/>. Acesso em: 4 maio 2020.

PAVÃO, A. C. Trabalho, subjetividade, transformações: uma breve reflexão sobre a construção e reconstrução de seus significados. In: **PSICOLOGIA E TRABALHO: Desafios e perspectivas**. Assis: UNESP, 2018, p. 08-23. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/cedap/psicologiaetrabalho.pdf>. Acesso em: 22 de jul. 2020.

POLANYI, K. **A Grande Transformação. As origens da nossa época**. 2ª. Ed. 10ª. Imprensa. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RAMOS, L. F. D. **A Assistência ao Estudante nas IFES em contexto brasileiro: O Programa Saudavelmente da Procom-UFG**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

SÁ, R. A. Pedagogia e complexidade: diálogos preliminares. **Educar em revista**, nº 32. Curitiba: 2008, p 57-73.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. O espaço acadêmico da Pedagogia no Brasil: perspectiva histórica. **Paidéia**, v. 14, n° 28. Ribeirão Preto: 2004, p. 113-124.

SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo**. 7ª edição. São Paulo: Pensamento – Cultrix, 2009. About Behaviorism. Ano copyright: 1974.

SOCHA, A. **Alguns dos vocabulários mais usados em psicanálise: Angústia de castração**. FEBRAPSI/ Federação Brasileira de Psicanálise. Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: <https://www.febrapsi.org/wp-content/uploads/2017/02/angustia-de-castracao--alexandre-socha.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SOUTO, L. R. F.; OLIVEIRA, M. H. B. Movimento da Reforma Sanitária Brasileira: um projeto civilizatório de globalização alternativa e construção de um pensamento pós-abissal. **Saúde debate**. V. 40, n. 108, p. 204-218. Rio de Janeiro: jan-mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2016.v40n108/204-218/pt>. Acesso em: 04 de mai. 2020.

SOUZA, V. L. T.; ANDRADA, P. C. Contribuições de Vygotsky para a compreensão do psiquismo. **Estudos em Psicologia**, Campinas, 30 (3), p. 355- 365, jul-set 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v30n3/v30n3a05.pdf>. Acesso em: 26 de mar. 2020.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. **Diccionario Paulo Freire**. Lima: CEAAL, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Portal UFPR**. Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/prae-substitui-logica-de-plantoes-por-novo-modelo-de-acolhimento-a-estudantes-que-permite-monitoramento-dos-casos/>. Acesso em 14 de jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Curitiba: 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1RmIEYGQ14ukeFj38085jzsoAitPdVM1e/view>. Acesso em: 03 de out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)**. Curitiba, [2008?]. Disponível em: <http://www.prae.ufpr.br/prae/>. Acesso em: 13 de jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). IV Fórum de Avaliação e Planejamento das Políticas de Apoio e Assistência Estudantil. In: **Relatório Anual de Pedagogia**. Curitiba: 2019b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). **Relatório 2008/2016**. Curitiba, 2017. Disponível em:

http://www.prae.ufpr.br/prae/wp-content/uploads/2017/01/relatorio_prae_curvas2.pdf. Acesso em: 13 de jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Resolução Nº 02/08, de 12 de março de 2008. Altera o art. 30 do Regimento Geral da Universidade Federal do Paraná. **Secretaria do Órgãos Colegiados**, Curitiba, 1 p., mar. 2008a. Disponível em: http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016/07/resolucao_coun_27032008-252.pdf. Acesso em: 14 de jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Resolução Nº 03/08, de 12 de março de 2008. Altera o art. 31 do Regimento Geral da Universidade Federal do Paraná. **Secretaria do Órgãos Colegiados**, Curitiba, 1 p., mar. 2008b. Disponível em: http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016/07/resolucao_coun_27032008-253.pdf. Acesso em: 14 de jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Resolução Nº 30/08, de 26 de agosto 2008. Fixa o Currículo Pleno do Curso de Pedagogia, do Setor de Educação. **Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão**, Curitiba: 14 p., ago. 2008c. Disponível em: <http://www.pedagogia.ufpr.br/alunos/currpedago08.pdf>. Acesso em 30 de set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Resolução Nº 10/00, de 05 de setembro de 2000. Regulamenta a ocupação de espaços físicos nos imóveis da Universidade Federal do Paraná, que sejam disponibilizados para concessão ou permissão de uso, objetivando a exploração ou execução de serviços remunerados e não remunerados, e dá outras providências. **Conselho de Administração e Planejamento**, Curitiba, 3 p., set. 2000. Disponível em: http://www.prae.ufpr.br/prae/wp-content/uploads/2017/11/RESOLU%C3%87%C3%83O-10_00-COPLAD-recurso-das-cantinas.pdf. Acesso em 14 de jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Superintendência de Comunicação Social. **Portal da informação**. Curitiba, 2008d. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/ifes-formalizam-adesao-ao-reuni/>. Acesso em: 06 de jun. 2020.

VARGAS, J.; FELIPE, E. S. Década de 1980: as crises da economia e do Estado brasileiro, suas ambiguidades institucionais e os movimentos de desconfiguração do mundo do trabalho no país. **Revista de Economia**, n. 3, v. 41, (ano 39). Curitiba: p. 127-148, set./dez. 2015.

VEIGA, C. G. Discriminação Social e desigualdade escolar na história política da educação brasileira (1822-2016): Alguns apontamentos. **Hist. Educ.** (Online), n 53, v. 21. Porto Alegre: set./dez. 2017, p. 158-181.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- AMARANTE, P. Reforma Antimanicomial no Brasil: do horror aos dias de hoje. **Conexão FIOTEC – FIOCRUZ**, Rio de Janeiro, nº 12, p. 6-13. Nov- dez- jan. 2017 – 2018. Entrevista concedida a Suelen Gomes. Disponível em: https://issuu.com/fiotec/docs/conexao_fiotec-fiocruz_12?e=2256144/57693180. Acesso em: 10 de mai. 2020.
- ANDRÉS, A. **Aspectos da assistência estudantil nas universidades brasileiras**. Câmara dos Deputados. Brasília: 2011. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema11/2011_4354.pdf. Acesso em: 14 de ago. 2020.
- BRASIL, M. E. **Texto para discussão: 2524. Entre judicialização e juridicização: por um Ministério Público resolutivo nas políticas públicas de saúde mental**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2524.pdf. Acesso em: 12 de mai. 2020.
- FONAPRACE. **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação: Das Instituições Federais de Ensino Brasileiras**. Brasília: ANDIFES, 2014.
- MARTINEZ, D.; LENZ, M. C. S.; BARRETO, L. M. Diagnóstico dos transtornos do sono relacionados ao ritmo circadiano. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 34, n. 3. Brasília: 2008, p. 173-180.
- NASCIMENTO. P. M. **Financiamentos com pagamentos vinculados à renda futura**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: 2019, 330 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190703_financiamentos_com_pagamentos_vinculados.pdf. Acesso em: 12 de mai. 2020.
- PAIM, J. et al. Mudanças na PNSM: participação social atropelada, de novo. **Boletim informativo do Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS) e do Centro de Documentação Virtual (CDV)**, Bahia, nº 15, 2018. Disponível em: <https://www.analisepoliticaemsaude.org/oaps/boletim/edicao/15/>. Acesso em: 10 de mai. 2020.
- PASCHOAL, J.; AGUIAR, L.; BOLSONARO, V. **Projeto de Lei Nº 1. 174/2019**. Confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil e traz outras providências. Assembleia Legislativa de São Paulo, 15 de out. 2019. São Paulo: 2019. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000292074>. Acesso em 01 de out. 2020.
- SERAPIONI, M. Franco Basaglia: biografia de um revolucionário. *História, Ciências, Saúde*, v. 26, n. 4, Manguinhos, Rio de Janeiro, out.-dez. 2019, p.1169- 1187

SOCIAL, C. R. S. Mudanças na Política Nacional de Saúde Mental: mais uma ameaça do governo ilegítimo. **Nota pública do Conselho Federal de Serviço Social**. 12º região. Santa Catarina, 14 de dez. 2017. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/2017/12/14/mudancas-na-politica-nacional-de-saude-mental-mais-uma-ameaca-do-governo-ilegitimo/>. Acesso em: 09 de mai. 2020.

ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Seção 1 de 4

A saúde mental no curso de pedagogia da UFPR e o Acolhimento Psicológico prestado pela PRAE

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa destinada ao fomento de uma monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) realizada por Emanoela Thereza Marques de Mendonça Glatz, acadêmica de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná e Roberlayne de Oliveira Borges Roballo, coordenadora do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná.

O intuito desse questionário é coletar dados, a fim de delinear o perfil dos acadêmicos do curso de Pedagogia da UFPR, bem como compreender, qual é a sua relação com a temática da saúde mental e com os serviços prestados pela UAPS (Unidade de Apoio Pedagógico e Psicossocial), especificamente o Acolhimento Psicológico, ofertado pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE).

Para participar, além de ler e compreender bem este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, é necessário que você leia a declaração ao final deste texto e clique que concorda em participar, o que lhe dará acesso então, ao questionário on-line completo. Caso seja necessário, você poderá arquivar e/ou imprimir uma cópia deste termo.

Para essa coleta de dados, foi elaborado um instrumento composto por um questionário rápido, para que possamos compreender melhor sobre a população a qual você pertence, com fins únicos e restritos de pesquisa.

É importante salientar que o procedimento de coleta de dados não oferece nenhum risco e exposição às pessoas que participarem do estudo. As informações aqui coletadas, serão armazenadas em um banco de dados onde os (as) respondentes serão identificados (as) apenas por um numeral e/ ou letra, e serão analisadas em conjunto com os dados fornecidos por outros (as) participantes da pesquisa. A apresentação dos resultados desta pesquisa em eventos acadêmicos-científicos e/ou artigos científicos, será feita de forma a preservar o sigilo absoluto quanto à identidade dos (as) participantes.

Esteja ciente de que, se você concordar em colaborar com esta pesquisa, não receberá compensação financeira por sua participação. Saiba também, que terá o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo por isso.

O questionário é breve e levará no máximo cinco minutos para finalizá-lo. Sua contribuição será de importante valia para a compreensão da relação dos discentes de Pedagogia com as políticas de saúde mental oferecidas pela PRAE, podendo contribuir, inclusive, para o fomento de novos métodos de trabalho e manejo da saúde mental dentro do ambiente acadêmico. Vamos lá então??

Caso tenha alguma dúvida ou interesse sobre esta pesquisa, sinta-se à vontade para entrar em contato conosco por e-mail:

Emanoela Thereza Marques de Mendonça Glatz – manuglatz@hotmail.com/ emanoela.glatz@ufpr.br
Roberlayne de Oliveira Borges Roballo – roberlayneroballo@hotmail.com

Declaro que li e compreendi o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que: *

Concordo em participar desta pesquisa

ANEXO II – PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO (DOCS.GOOGLE)

Seção 2 de 4

Informações Pessoais



Suas respostas à esta etapa do questionário, nos fará compreender o perfil do alunado do curso de Pedagogia da UFPR.

1) Como você foi designada (o) ao nascer (registro civil)? *

- Homem
- Mulher
- Outros...

2) Como você se identifica agora (gênero)? *

- Mulher
- Homem
- Outros...

3) Quanto a raça/etnia, como você se auto identifica? *

- Branca
- Parda
- Negra
- Amarela
- Indígena
- Prefiro não responder
- Outros...

4) Qual a sua idade? Selecione a faixa etária que mais se aproxime: *

- 17 – 22 anos
- 23 – 28 anos
- 29 – 34 anos
- 35 – 39 anos
- 40 – 50 anos
- Mais de 50 anos

5) Atualmente, com que você mora? *

- Sozinho
- Com cônjuge/ companheiro (a)
- Com amigos/ colegas
- Com os pais
- Com outros familiares
- Em Residência Estudantil (Casa do Estudante)

6) Em qual ano do curso de Pedagogia, você se encontra hoje: *

- 1º ano
- 2º ano
- 3º ano
- 4º ano
- 5º ano
- Sou desperiodizado

7) Qual é sua renda familiar total (a sua, se houver, somada a de todas as pessoas que moram com você)? Selecione a renda que mais se aproxime: *

- Menos de um salário mínimo (- R\$1045,00)
- De um a dois salários mínimos (R\$1045,00 – R\$2090,00)
- De dois a quatro salários mínimos (R\$2090,00 – R\$4180,00)
- De quatro a seis salários mínimos (R\$ 4180,00 – R\$6270,00)
- Acima de seis salários mínimos (+ R\$6270,00)

8) Você recebe algum auxílio da PROBEM? *

- Sim
- Não

09) Se sua resposta anterior tiver sido SIM, com quais destes auxílios você é contemplado? (Você poderá marcar mais de um ou todos)

- Auxílio Permanência
- Auxílio Refeição
- Auxílio Moradia
- Auxílio Creche

Seção 3 de 4

Informações pertinentes ao tema da Saúde Mental

Agora, suas respostas nos ajudarão a compreender qual é a sua relação com a temática da saúde mental e como você se sente, perante a universidade e aos recursos sociais oferecidos por ela.

10) Você já fez, alguma vez na vida, terapia com psicólogo? *

- Sim
- Não

...

11) Você já fez, ou ainda faz, o uso de algum medicamento para dormir e/ou antidepressivos? *

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

...

12) Quando você pensa na universidade, nos seus colegas de turma, professores e na dinâmica de estudo, quais são os sentimentos que em você desperta? (Você pode marcar mais de um e/ou todos) *

- Alegria
- Medo
- Insegurança
- Paz
- Tristeza
- Desânimo
- Apatia
- Calma
- Raiva
- Entusiasmo
- Nenhuma das anteriores

13) Para você, qual é a qualidade do seu sono? *

- Péssima
- Ruim
- Mediana
- Boa
- Ótima

14) Na sua opinião, quais são as maiores dificuldades sentidas do ambiente universitário? (Você * pode marcar mais de um e/ou todos)

- Conciliar o meu trabalho diário com as atividades acadêmicas
- O excesso de carga horária de leitura, trabalhos e provas
- A falta de condições financeiras para a permanência na universidade
- A precária formação na educação básica, que pouco prepara para a inserção na universidade
- Os professores e suas metodologias
- Não apresento nenhuma dificuldade na universidade

15) Você conhece o programa de Acolhimento Psicológico que é oferecido pela PRAE? *

- Sim
- Não

16) Você já utilizou, ou tentou utilizar, esse serviço de Acolhimento Psicológico? *

- Sim
- Não

17) Se você já utilizou, ou se já tentou utilizar o serviço de Acolhimento Psicológico da PRAE, como você o avalia:

- Péssimo
- Ruim
- Mediano
- Bom
- Ótimo

18) Na sua opinião, qual é a maior dificuldade em utilizar o serviço de Acolhimento Psicológico da PRAE? *

- Há pouca ou nenhuma informação sobre a oferta desse serviço de atendimento psicológico
- Há falta de acessibilidade ao prédio central da PRAE
- Há uma dificuldade em conseguir contato via e-mail ou telefone com a PRAE
- Há pouca receptividade e/ou informação quando se chega na PRAE
- Há muita demora pelo atendimento
- Não encontrei nenhuma dificuldade em utilizar o serviço de assistência psicológica da PRAE.
- Outros...

Seção 4 de 4

A saúde mental no curso de pedagogia

As suas respostas à esta etapa do questionário, nos fará compreender qual é sua visão sobre a temática da saúde mental no curso de pedagogia.

19) Você acha que há abertura/liberdade, por parte dos professores e/ou da coordenação do curso de pedagogia, para a escuta de eventuais problemáticas de saúde mental trazida pelos estudantes? *

- Sim
- Não

20) Você sente confortável em tratar sobre suas questões psicológicas pessoais, dentro no ambiente acadêmico? *

- Sim
- Não

21) Caso você já tenha compartilhado suas questões psicológicas pessoais, com professores e/ou com a coordenação do curso, você recebeu algum tipo de encaminhamento, auxílio e/ou sugestão para a resolução dessa problemática levantada? *

- Sim, me orientaram a procurar ajuda de um psicólogo
- Sim, me orientaram a procurar o serviço de acolhimento psicológico da PRAE
- Sim, me orientaram a solicitar maiores informações diretamente com a coordenação do curso
- Sim, recebi conselhos pessoais
- Já compartilhei minhas questões pessoais, porém, não tive nenhum tipo de encaminhamento ou auxílio
- Nunca compartilhei minhas questões pessoais dentro do ambiente acadêmico

22) Na sua opinião, o tema da saúde mental deveria ser mais abordado no curso de Pedagogia? *

Sim

Não

23) Você se sente feliz e realizado, cursando pedagogia? *

Sim

Não

ANEXO III – LINK DO QUESTIONÁRIO ENCAMINHADO VIA E-MAIL DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA – UFPR

Pesquisa: "A saúde mental no curso de pedagogia da UFPR"



Pedagogia <pedagogia@ufpr.br>

Qua, 03/06/2020 17:46

Para: alunos-pedagogia-ufpr@googlegroups.com



Caros colegas, espero que estejam todos bem, na medida do possível.

Me chamo Emanoela, sou formanda do curso de pedagogia, e este é um convite para o preenchimento de um questionário, que auxiliará na construção da minha monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Minha pesquisa, orientada pela coordenadora do curso, Professora Dr^a Roberlayne Roballo, tem a finalidade de compreender sobre a temática da saúde mental dentro do ambiente universitário, especificamente no curso de pedagogia da UFPR, procurando elucidar também, qual é a relação dos estudantes com o serviço de "Acolhimento Psicológico", prestado pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Ressalto que o questionário é totalmente sigiloso, e que todas as informações coletadas serão armazenadas em um banco de dados, onde os (as) respondentes serão identificados apenas por letras e/ou números, respeitando o total anonimato.

O questionário é bem simples e de fácil preenchimento, não levará mais do que cinco minutinhos para finalizá-lo.

Todas as informações aqui levantadas, serão de enorme importância para a construção da minha pesquisa, e poderão, inclusive, auxiliar no fomento de novos métodos de trabalho e manejo da saúde mental dentro do ambiente acadêmico.

Sabemos o quanto a saúde mental é importante para o nosso bem estar emocional, social e acadêmico, e o

quanto é necessário aproximar essa temática do nosso curso.

Gostaria muito de saber um pouquinho sobre vocês, e ficaria muito grata pela colaboração de todos.

Qualquer dúvida, estou à disposição para ajudá-los através dos e-mails: manuglatz@hotmail.com / emanoela.glatz@ufpr.br

Muito obrigada pela contribuição, cuidem-se.

- Link para acesso direto ao formulário: <https://forms.gle/ZtCcpA1xm273E5ko8>



[A saúde mental no curso de pedagogia da UFPR e o Acolhimento Psicológico prestado pela PRAE](https://forms.gle/ZtCcpA1xm273E5ko8)

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa destinada ao fomento de uma monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) realizada por Emanoela Thereza Marques de Mendonça Glatz, acadêmica de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná e Roberlayne de Oliveira Borges Roballo, coordenadora do curso de Pedagogia da Universidade

forms.gle

**Agradecemos por sua colaboração
Emanoela e Roberlayne**

**ANEXO IV - CARTA DE SOLICITAÇÃO ENCAMINHADA VIA E-MAIL PARA A
CHEFE DA UNIDADE DE APOIO PSICOSSOCIAL PEDAGÓGICO (UAPS) DA
PRAE**

**CARTA DE SOLICITAÇÃO DE DADOS REFERENTE AOS SERVIÇOS
OFERTADOS PELA PRAE NO ANO DE 2019 – 2020.**

Eu, Emanoela Thereza Marques de Mendonça Glatz, GRR20196860, estudante do quinto ano do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná, CPF 075.537.769-98, juntamente com a Professora Doutora Roberlayne Borges Roballo, CPF 859.869.509-25, coordenadora do curso de Pedagogia e orientadora da estudante supracitada, desenvolvemos uma pesquisa que fará parte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **“A saúde mental vai à universidade? A confluência entre estressores no contexto universitário, os acadêmicos do curso de pedagogia e o serviço de Acolhimento Psicológico da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal do Paraná”**

Na fase final da pesquisa, evidenciou-se a necessidade da obtenção de alguns dados atualizados da PRAE, a fim de garantir a atualização e excelência das informações. Dessa forma, através desta carta, solicitamos cordialmente alguns dados atualizados, como:

- Número de estudantes atendidos em todos os serviços (como PROBEM, auxílio refeição, auxílio pedagógico e etc.);
- Número de estudantes atendidos, especificamente, no serviço de Acolhimento Psicológico e dentre esses, o curso com maior predominância de estudantes com problemas de saúde mental;
- Quantos estudantes atendidos são oriundos do curso de Pedagogia,
- Quantos estudantes atendidos são oriundos dos cursos da área da Saúde e de Humanas;
- Faixa etária desses estudantes, bem como, gênero e renda per capita.

Ainda sobre os estudantes que buscam acolhimento psicológico:

- Quais são as principais queixas apontadas que os fazem procurar o serviço;
- Quais são os sentimentos mais prevalentes entre eles (tristeza, ansiedade, desânimo...);
- Qual é a taxa de retorno dos estudantes que buscam o acolhimento;
- Como é feito o encaminhamento de casos mais graves.

É importante salientar que qualquer ajuda será muito bem vinda, e que todos os dados enviados serão analisados com responsabilidade, ética e excelência.

Desde já agradecemos a atenção e a disponibilidade e aproveitamos a oportunidade para reforçar nossos votos de alta estima e distinta consideração.

Emanoela Thereza Marques de Mendonça Glatz

Roberlayne Borges Roballo

